



Relatório Anual 2018

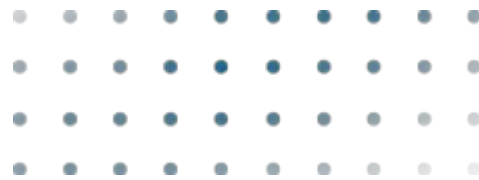


Índice



03	Introdução
04	Mensagem da Diretoria
06	Acontecimentos em destaque
08	Gestão previdenciária
15	Gestão de investimentos
31	Demonstrações contábeis
105	Pareceres
106	Parecer atuarial do plano BD Eletrobrás
127	Parecer atuarial do plano CD Eletrobrás
139	Parecer atuarial do plano CV ONS
146	Parecer atuarial do plano CV EPE
153	Parecer atuarial do plano CD CERON
160	Despesas
162	Eletros-Saúde
199	Administração
205	Contatos

Uma Eletros mais moderna para você



Seja bem-vindo ao Relatório Anual de 2018 da Eletros. Ao longo de cada capítulo, você vai encontrar informações completas referentes ao desempenho da Fundação no último ano e poderá comprovar a solidez de uma marca que trabalha há 47 anos para que você tenha um plano de aposentadoria adequado às suas necessidades.

O Relatório Anual de 2016, explorou o conceito de unidades isoladas, que remetia à ideia de construção de uma forte estrutura. No documento do ano seguinte, o RAI 2017, a ideia da estrutura foi continuada por meio da representação de folhagens que se ramificavam em diversos sentidos, indicando o processo de evolução alcançado pela Fundação, sempre em constante desenvolvimento.

Para ilustrar este avanço, a edição do Relatório Anual de 2018 apresenta-se com ares de renovação expressados desde a elaboração de uma capa moderna, com texturas sóbrias e cores vibrantes, até a representação de um participante antenado, que independente de sua idade, quer uma Fundação moderna, ágil, cada vez mais focada em oferecer o melhor serviço e o melhor retorno financeiro para o investimento do seu plano de previdência.

A Eletros está constantemente se desenvolvendo para que você possa viver a sua aposentadoria de forma planejada e com independência financeira.

Boa leitura!

Mensagem da Diretoria



A Diretoria da Eletros tem o orgulho de informar o encerramento de mais um ano com metas alcançadas e desafios superados. E mesmo frente a uma conjuntura político-econômica interna ainda tão incerta e tantas instabilidades e tensões no cenário macroeconômico, a Fundação hoje está mais forte e preparada para encarar tudo o que nos espera em 2019.

Sabemos da responsabilidade envolvida na gestão do seu patrimônio e sentimo-nos honrados e estimulados a responder com ética e competência à confiança depositada por você, participante.

Desde que esta Diretoria assumiu a Fundação, o trabalho tem sido incansável na direção da satisfação do cliente e na busca pelas melhores e mais sólidas decisões para o seu investimento.

O ano de 2018 foi marcado por importantes conquistas no que tange à modernização do atendimento da Eletros com a implementação da ferramenta de Monitoramento dos Atendimentos que proporciona um histórico de atendimento multicanal. Com toda a informação do cliente em um mesmo lugar, independente do meio de contato, o atendimento se torna mais eficiente e personalizado.

O chat online veio para somar como mais uma opção de canal de atendimento. Disponível na página da Eletros, o participante pode fazer as suas solicitações diretamente no site, online.

A Eletros implementou o Sistema de Gestão da Qualidade que teve como marco importante a publicação da nova Política de Gestão da Qualidade que estabelece as diretrizes para que todos os empregados e a Entidade devem observar para garantir o comprometimento com a melhoria contínua dos processos e procedimentos operacionais.

Com o Sistema de Gestão da Qualidade, a Eletros busca o selo de certificação ISO 9001:2015 que está previsto para 2019.

Falando ainda em lançamentos, não podemos deixar de mencionar os vários formatos experimentados da Apresentação de Resultados – que contou com versões em vídeo legendado, apresentação audiovisual e presencial – mas uma prova de que a Fundação segue atenta às tendências e melhores práticas do mercado, buscando sempre o aprimoramento do relacionamento com você.

Sobre os esforços mencionados no relatório passado para implementar o Plano de Equacionamento do Plano BD Eletrobrás, é preciso dizer que o assunto é pauta constante na Eletros e, em fevereiro de 2019, foi aprovado pela Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), cujo objetivo é a adequação de prazos e condições para a elaboração, aprovação e implementação de novos planos de ação relativos aos resultados deficitários apurados nos exercícios de 2013 e 2015.

Quanto a Gestão de Investimentos podemos afirmar em números que a Eletros fez um excelente trabalho ao logo de todo ano de 2018, período de altíssima instabilidade no cenário econômico Brasileiro e todos os acontecimentos mundiais.

Para auxiliarmos nessa reflexão, a rentabilidade média conquistada pelos Planos CD e CV da Eletros nos últimos cinco anos foi de 76,4% (113% do CDI), enquanto a rentabilidade média obtida pelos fundos abertos de previdência foi de 61,0% (91% do CDI). O levantamento, que considerou as premissas* abaixo e resultou em uma amostra de 283 fundos, mostra que a Eletros alcançou a maior rentabilidade média no período, o que demonstra a consistência e eficiência na gestão dos recursos.

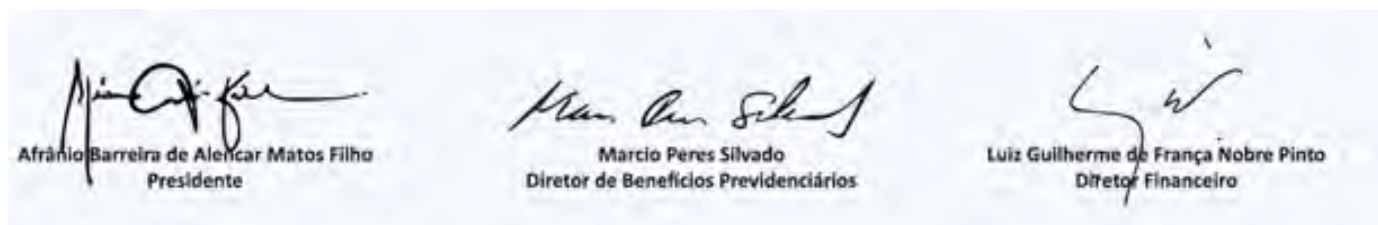
Além disso, é possível verificar que taxa média de administração dos fundos abertos de previdência é de 1,44% ao ano, enquanto do Perfil Eletros é de 0,45% ao ano.

* No que se refere às premissas para seleção de Fundo de Previdência Aberta, a fonte utilizada foi a Quantum Axis. O período avaliado compreende os anos de 2014 a 2018 (5 anos). Foram selecionados, segundo a classificação ANBIMA, fundos de previdência, abertos para captação, com patrimônio mínimo de R\$ 100 milhões.

Para acompanhar o cenário econômico e o que a equipe de investimentos da Eletros tem a dizer, colocamos no ar o Podcast de Investimentos, um áudio da própria equipe de investimento que traz uma análise sobre o cenário econômico e a performance do seu plano, mês a mês. Um material pensado para aproximar cada vez mais os participantes de seus investimentos.

Em abril de 2018, foi realizada uma ampla pesquisa com participantes ativos, aposentados e pensionistas da Fundação. O resultado classificou a Eletros com uma empresa na Zona de Qualidade, segundo a metodologia Net Promoter Score.

Tudo isto, é claro, construído ao longo de 47 sólidos anos de dedicação e profissionalismo de toda a equipe que compõe o time Eletros. Deste modo, nos despedimos desta edição com os nossos cumprimentos dedicados mais uma vez aos nossos colaboradores, conselheiros, patrocinadoras e, em especial, agradecendo à confiança de todos os nossos participantes ativos e assistidos, que diariamente nos dão oportunidade de trabalhar em prol do seu benefício. Vamos em frente. Juntos. Sempre.



Acontecimentos em destaque



Este capítulo apresenta, de forma objetiva e transparente, um resumo dos feitos relevantes sobre os planos de benefícios e os novos projetos da Eletros no ano de 2018 até o primeiro trimestre de 2019.

CERTIFICAÇÃO ISO 9001

Em 30 de janeiro de 2018, foi realizado um evento de lançamento para anunciar o projeto de qualificação da Eletros à norma ISO 9001. A certificação tem como finalidade estabelecer normas e padrões de gestão da qualidade, visando garantir aos participantes que os serviços prestados pela Fundação são executados de modo padronizado e consistente, atendendo aos seus requisitos e necessidades.

O Conselho Deliberativo da Eletros – CDE aprovou, em 27 de fevereiro de 2019, a nova Política da Qualidade, avançando em mais uma etapa da implementação do Sistema de Gestão da Qualidade – SGQ.

A Política da Qualidade estabelece as diretrizes que todos os empregados e a Entidade devem observar, visando garantir o comprometimento com a melhoria contínua dos processos e procedimentos operacionais.

Com o Sistema de Gestão da Qualidade e a Política de Qualidade implantado, a Eletros está passando pela auditoria em busca do selo de certificação ISO 9001:2015.

A previsão de conclusão do projeto está prevista 2019.

PESQUISA DE SATISFAÇÃO DO PARTICIPANTE ELETROS

Em abril de 2018, a Eletros realizou uma ampla pesquisa com participantes ativos, aposentados e pensionistas da Fundação. O objetivo foi conhecer melhor o perfil dos participantes, entender suas expectativas e percepções e identificar o que pode ser melhorado. O trabalho foi realizado pela empresa de Pesquisa Multiconteúdo, com uma amostra composta por 745 pesquisas, com margem total de erro de 3%.

A Fundação foi classificada na Zona de Qualidade na análise do Net Promoter Score, uma vez que 69% dos participantes são promotores da marca, ou seja, participantes satisfeitos e que recomendariam a Eletros (notas 9-10) para um novo funcionário da sua empresa. 20% estão na zona neutra (notas 7-8), o que significa uma posição de imparcialidade, e apenas 11% são participantes que não estão satisfeitos com a Fundação (notas 0-6). O resultado completo está disponível no site da Eletros.

ATENDIMENTO DIGITAL

De olho nas tendências de mercado e perseverante na missão de aprimorar cada vez mais o atendimento ao participante, a Eletros implementou, ao final de 2018, duas novas

ferramentas de comunicação: o Chat Online e um novo Sistema de Monitoramento dos Atendimentos.

O Sistema de Monitoramento dos Atendimentos, fornecido pela Zendesk, uma das principais empresas de solução digital do mercado, é uma plataforma desenvolvida para auxiliar a equipe de atendimento na separação das demandas recebidas por categoria. Além de gerar protocolos (tickets) que respondem automaticamente o participante que a sua solicitação está sendo atendida, a plataforma tem ainda a capacidade de armazenar as informações apuradas em um grande banco de dados completamente personalizado, que ajudará a tornar o atendimento da Eletros cada vez mais ágil e assertivo.

PODCAST DE INVESTIMENTOS

Em janeiro de 2019, a Eletros inaugurou um novo formato de apresentação do Relatório de Conjuntura e Risco, que deu lugar a uma versão mais resumida dos dados, acompanhada de uma explicação em áudio – o Podcast de Investimentos. A iniciativa visa aproximar ainda mais os participantes dos assuntos relacionados aos seus investimentos, facilitando o acompanhamento periódico da evolução do patrimônio.

O Podcast de Investimentos tem periodicidade mensal e é enviado aos participantes por email, podendo também ser revisitado a qualquer momento através do site, onde todo o histórico está armazenado na página de mesmo nome.

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TAC) DO PLANO BD ELETROBRÁS

Em fevereiro de 2019, o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) do Plano BD Eletrobrás foi aprovado pela Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

O objeto do TAC é a adequação da conduta da Fundação, por meio do estabelecimento de prazos e condições para a elaboração, aprovação e implementação de novos planos de equacionamento do Plano BD Eletrobrás relativos aos resultados deficitários apurados nos exercícios de 2013 e 2015.

O próximo passo é a elaboração do Plano de Equacionamento, conforme cronograma de implementação definido no TAC.

Gestão Previdenciária



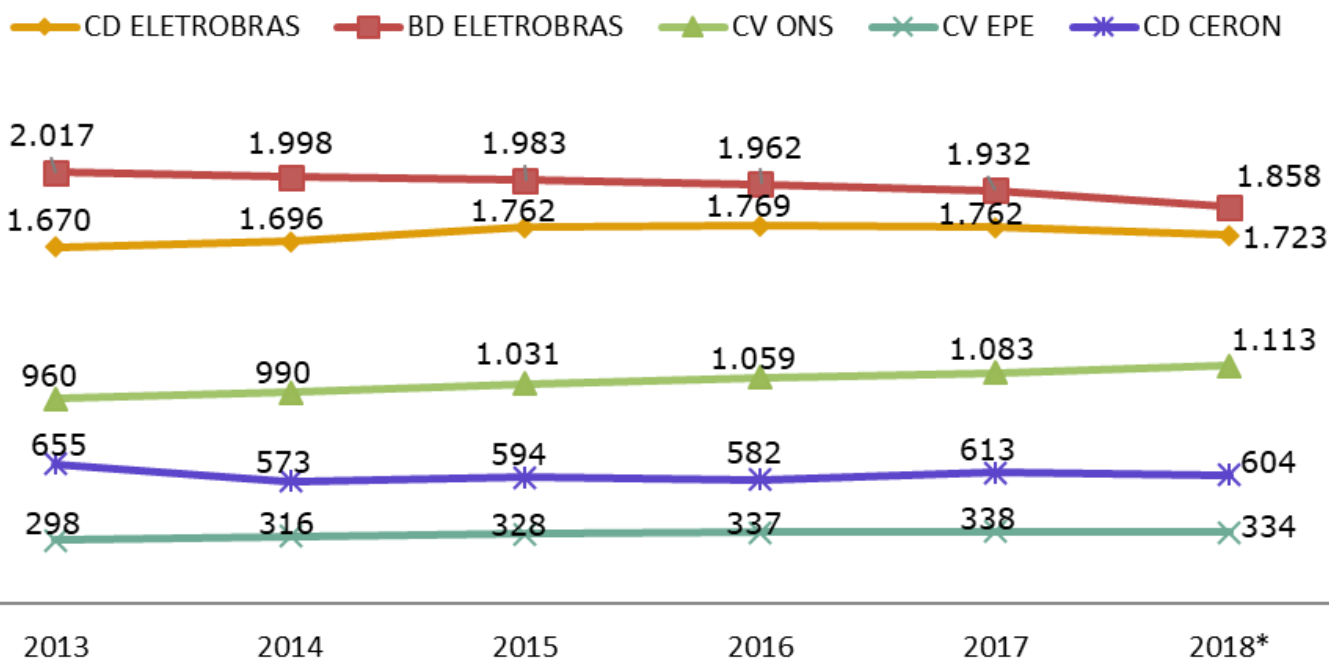
1. PANORAMA GERAL DOS PARTICIPANTES EM 2018

Distribuição de participantes

	Ativos	Assistidos	Pensões*	Auto-patrocinados	BPD	TOTAL
BD Eletrobrás	147	1318	377	0	16	1858
CD Eletrobrás	1056	508	32	46	81	1723
CV ONS	838	116	18	51	90	1113
CV EPE	269	18	1	19	27	334
CD CERON	565	10	4	8	17	604
TOTAL	2875	1970	432	124	231	5632

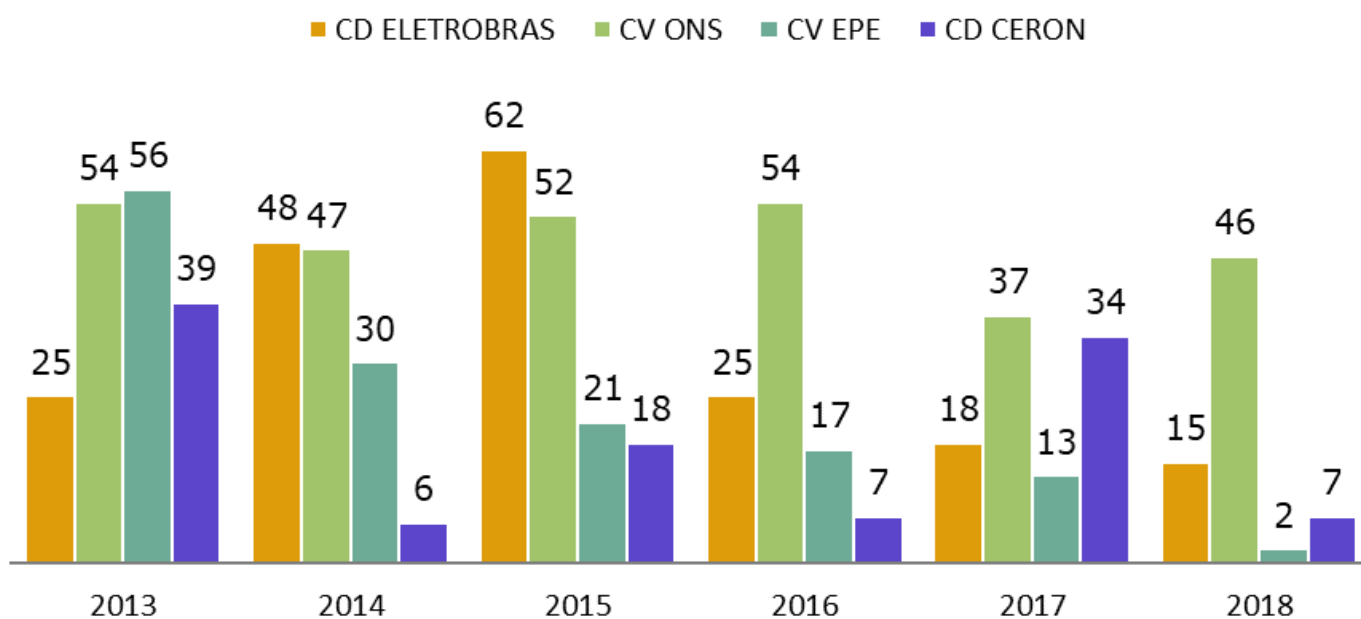
2. CRESCIMENTO

Evolução da Quantidade Absoluta de participantes e assistidos por plano



*A partir do RAI de 2018, considera-se a quantidade de pensões por participante gerador.

Novas adesões de participantes por plano



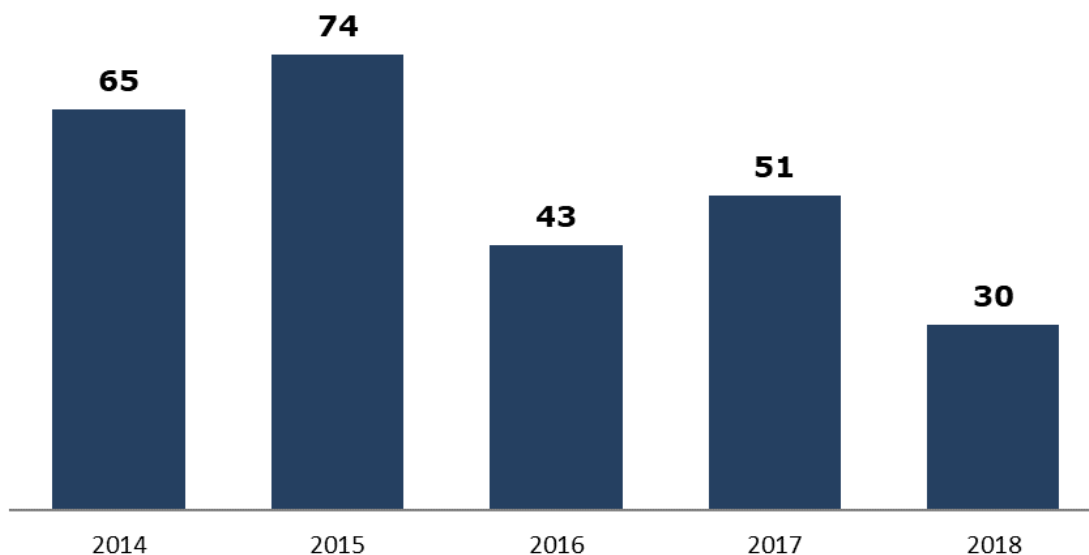
Aposentados e Pensionistas por plano

	2013	2014	2015	2016	2017	2018
CD Eletrobrás	268	410	426	441	483	540
BD Eletrobrás	1.721	1.799	1.767	1.747	1.725	1.695
CV ONS	64	75	92	100	112	134
CD CERON	4	4	7	14	13	14
CV EPE	0	0	7	12	15	19
TOTAL	2.057	2.288	2.299	2.314	2.348	2.402

Novas opções de institutos por plano em 2018

	Autopatrocínio	BPD	Portabilidade de Entrada	Portabilidade de Saída	Resgate
CD Eletrobrás	3	11	1	2	22
BD Eletrobrás	0	0	0	3	5
CV ONS	4	15	7	3	13
CV EPE	1	4	0	1	4
CD CERON	3	0	0	0	8
TOTAL	11	30	8	9	52

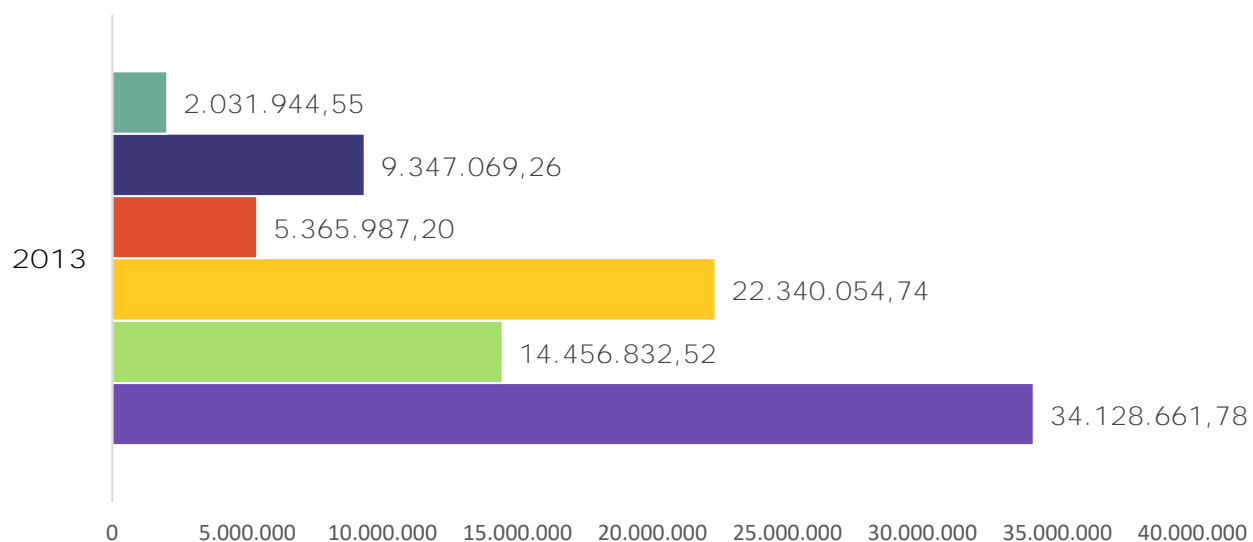
Concessões de Aposentadoria INSS

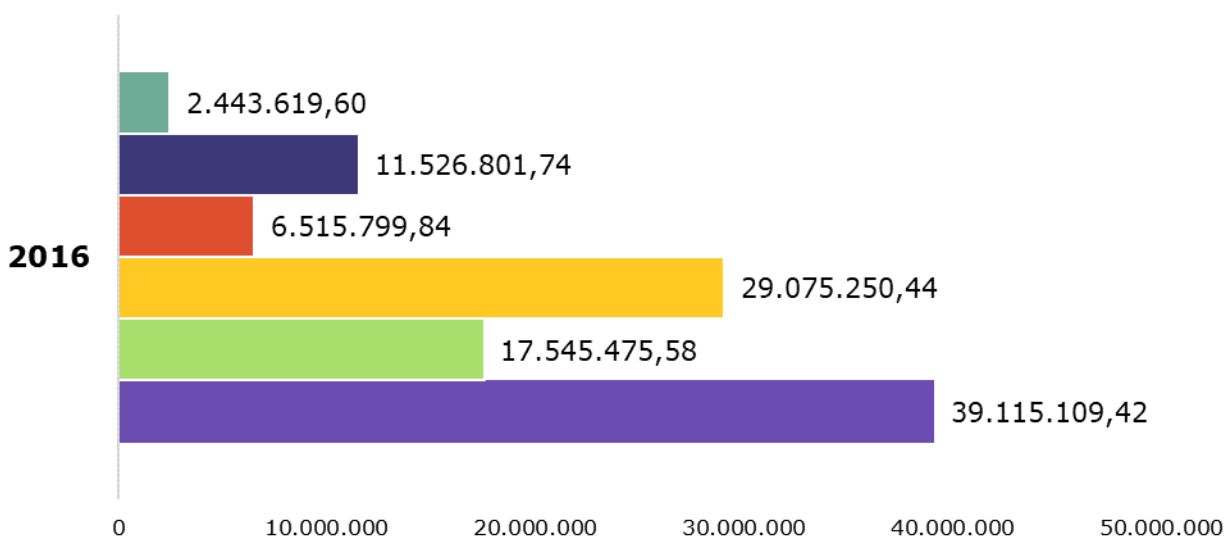
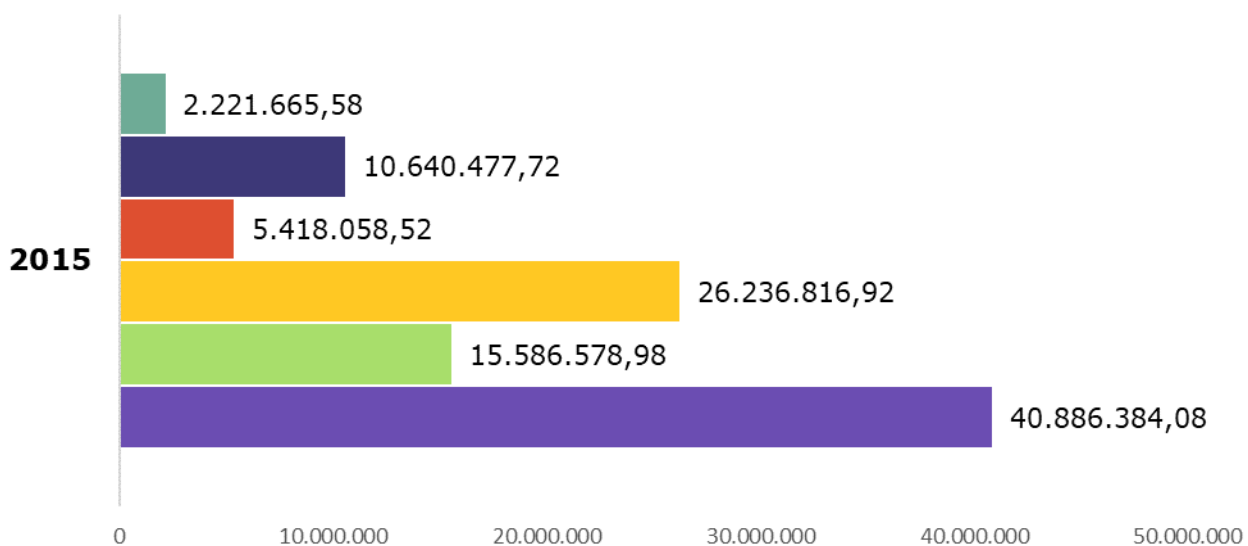
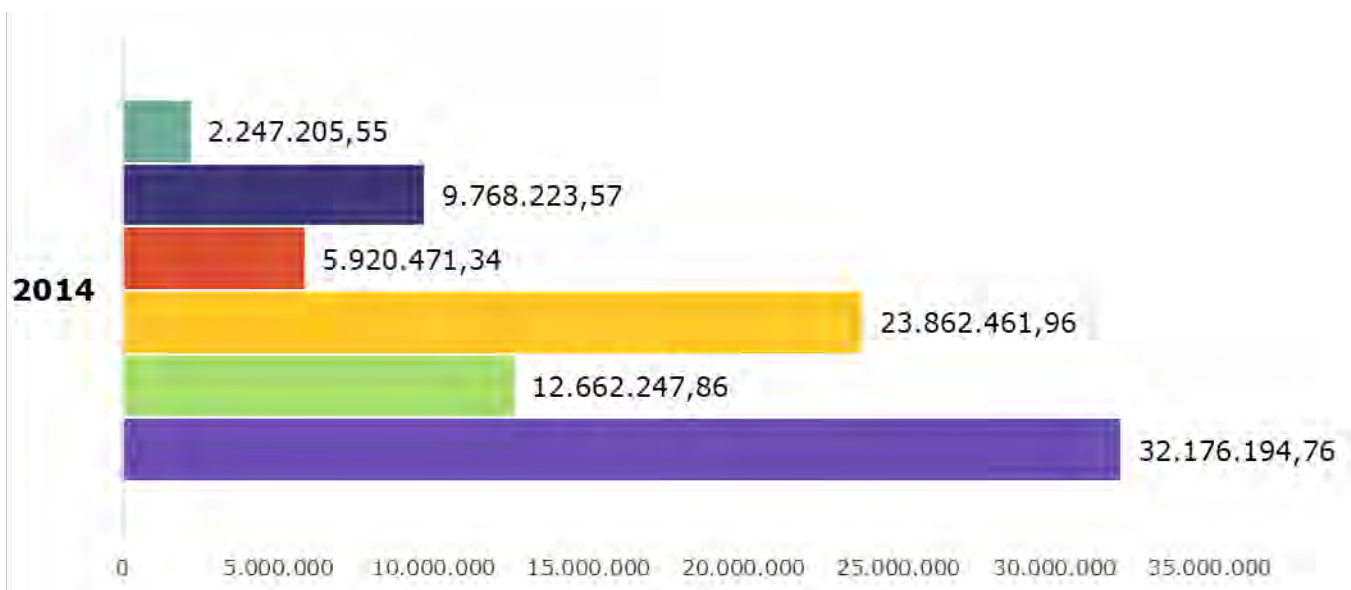


3. VOLUMES OPERACIONAIS (BENEFÍCIOS PAGOS, CONTRIBUIÇÕES NORMAIS GERENCIADAS E CONTRIBUIÇÕES ADICIONAIS)

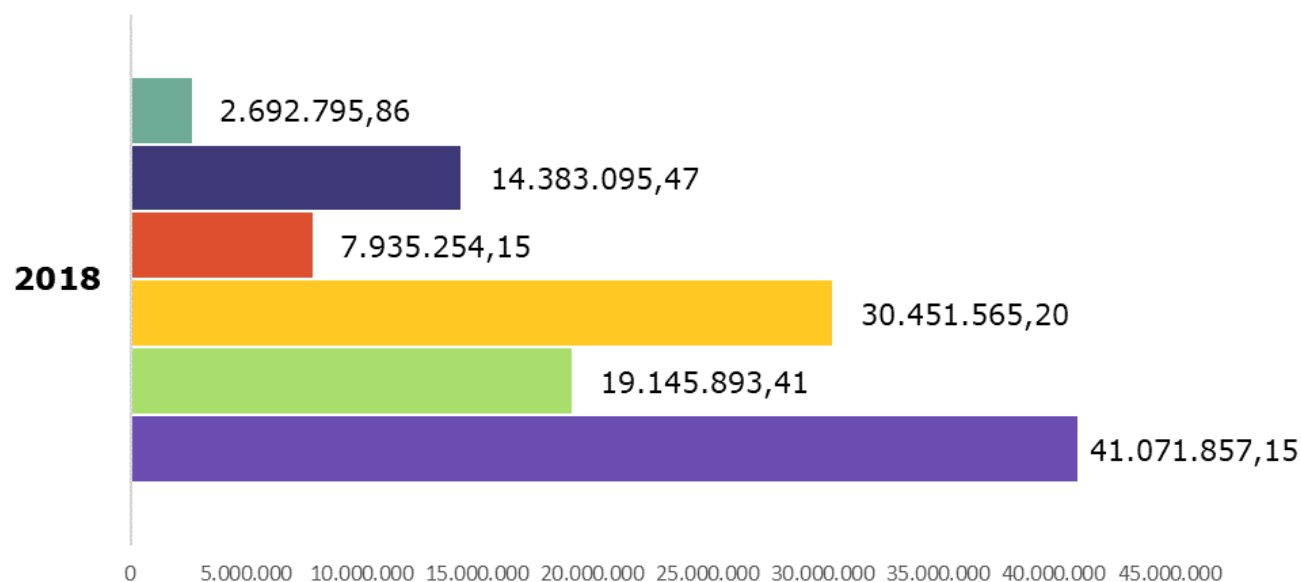
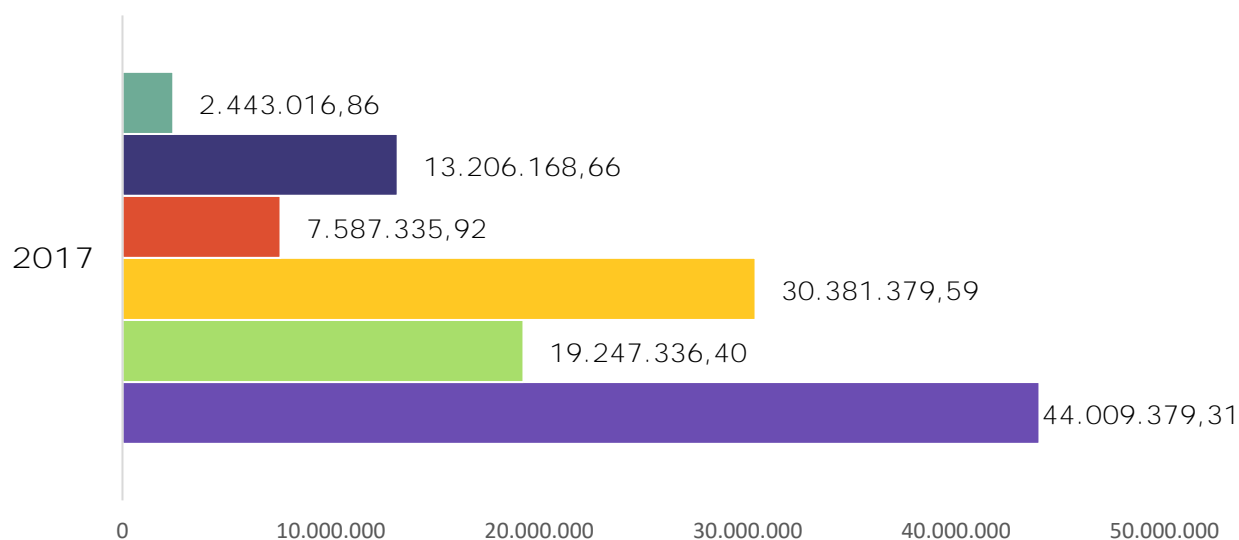
Somatório de contribuições normais por patrocinadora (R\$)

■ ELETROS ■ CERON ■ EPE ■ ONS ■ CEPEL ■ ELETROBRAS





■ ELETROS
 ■ CERON
 ■ EPE
 ■ ONS
 ■ CEPEL
 ■ ELETROBRAS



Somatório de Contribuições Adicionais por patrocinadoras (R\$)

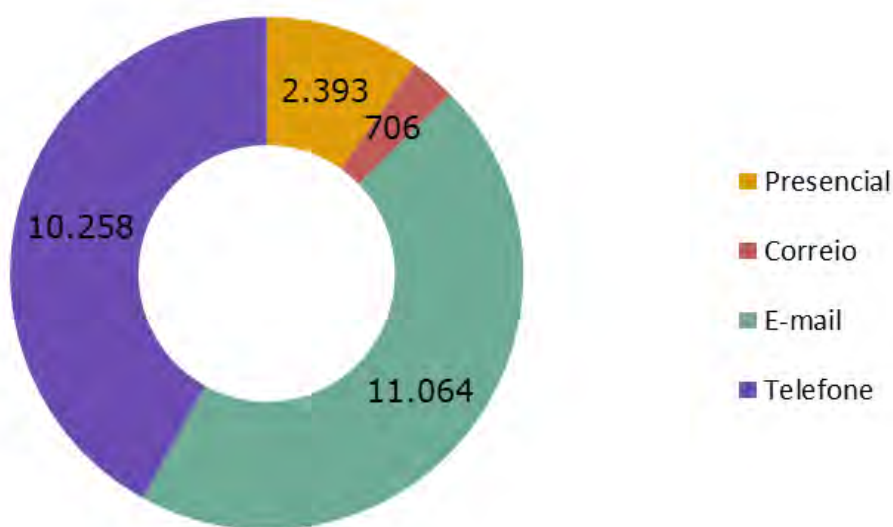
	2015	2016	2017	2018
CD Eletrobrás	231.636,39	239.878,75	443.883,59	1.426.383,70
CV ONS	2.846.771,77	3.808.474,66	3.951.014,38	3.748.367,25
CV EPE	166.985,85	168.966,01	94.609,22	197.297,17
CD CERON	23.413,76	317.095,83	25.573,14	38.003,94
TOTAL	3.268.807,77	4.534.415,25	4.515.080,33	5.410.052,06

Somatórios dos valores dos benefícios pagos por plano (R\$)

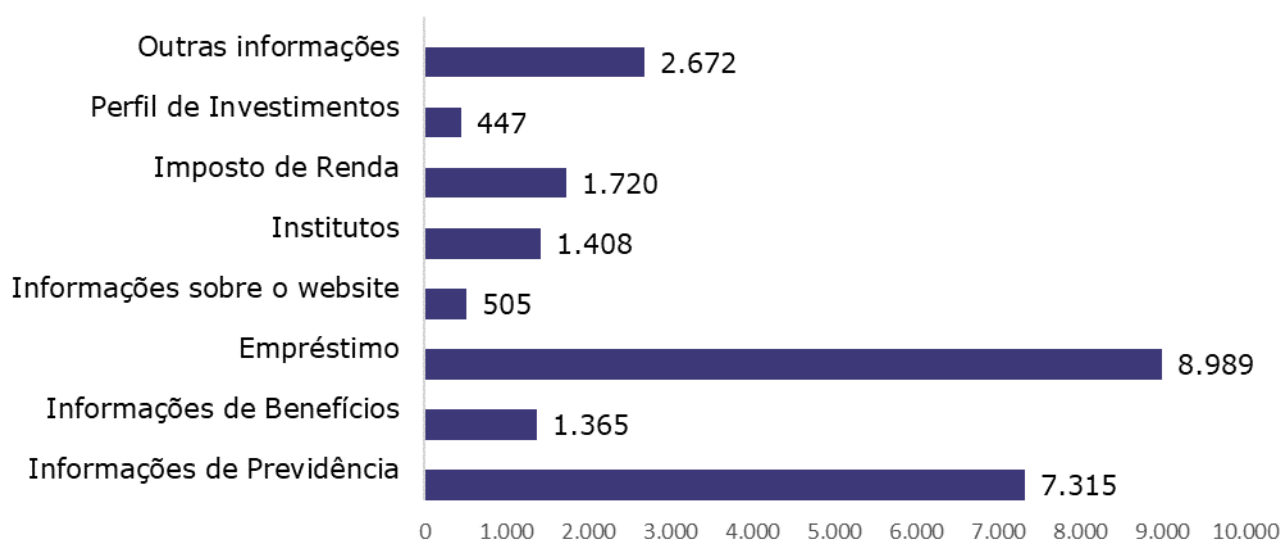
	2013	2014	2015	2016	2017	2018
CD Eletrobrás	18.060.057,18	40.826.801,47	51.564.590,21	52.012.144,89	63.522.681,32	71.627.206,65
BD Eletrobrás	163.041.394,04	183.435.239,91	208.920.262,23	232.048.220,34	243.731.822,68	231.632.486,44
CV ONS	1.329.102,31	1.986.841,41	3.592.516,63	4.167.862,50	6.778.012,22	7.099.701,17
CD CERON	20.467,02	50.974,04	99.345,74	152.436,80	349.092,40	287.024,75
CV EPE	0	0	196.586,00	587.233,20	737.676,47	764.943,46
TOTAL	182.451.020,55	226.299.856,83	264.373.300,81	288.967.897,73	315.119.285,09	311.411.362,47

4. RELACIONAMENTO

Número de atendimentos registrados x canal de comunicação



Distribuição de atendimento por assunto



Número de atendimento por plano e situação em 2018

	Ativo	Assistido	Pensionista	Outros	Total
BD Eletrobrás	1.259	6.693	1.601	465	10.018
CD Ceron	439	16	10	16	481
CD Eletrobrás	5.518	2.703	232	162	8.615
CV ONS	3.736	359	70	146	4.311
CV EPE	863	52	13	64	992
Não participante	0	0	0	4	4
Total	11.815	9.823	1.926	857	24.421

Gestão de Investimentos



1. COMENTÁRIOS SOBRE A CONJUNTURA ECONÔMICA EM 2018

Os cenários macroeconômico externo e interno são importantes para analisar o comportamento dos investimentos, principalmente dos segmentos de renda fixa e de renda variável, que são os de maior relevância nos investimentos dos planos previdenciários administrados pela Eletros.

O cenário externo em 2018 não foi favorável para os países emergentes em geral. O risco Brasil medido pelo CDS (Credit Default Swap) acabou sendo afetado pelo cenário externo mais adverso. O quadro macroeconômico se mostrou volátil devido, principalmente, a possibilidade de alta das taxas de juros nos Estados Unidos e a perspectiva de desaceleração do crescimento econômico global.

O cenário macroeconômico interno foi marcado por momentos de maior volatilidade em 2018. A greve dos caminhoneiros no segundo trimestre do ano afetou de forma negativa o ritmo de retomada da atividade econômica. Este evento impactou o preço dos ativos no curto prazo. No segundo semestre, o principal fator de risco foi o processo eleitoral, o qual trouxe mais incerteza até o final do mês de outubro.

Apesar da volatilidade ocasionada pelo cenário externo e interno menos favorável, a consolidação do quadro eleitoral, com a vitória do candidato de maior aceitação pelo mercado, levou à valorização dos ativos brasileiros, se descolando das variações negativas dos ativos mundiais.

A Política de Investimento possibilitou que a Eletros tirasse proveito das oportunidades que o mercado de capitais ofereceu em 2018. Os Perfis de Investimento com maior exposição à risco, neste caso, a renda variável, foram beneficiados pela boa rentabilidade da carteira de ações.

2. PERFIS DE INVESTIMENTO

Os Perfis de Investimento são mecanismos específicos de planos de Contribuição Definida (CD) e de Contribuição Variável (CV). Desde 2010 a Eletros oferece cinco modalidades de Perfis de Investimento aos participantes e assistidos dos Planos CD ELETROBRÁS e CV ONS que possuem diferenças em relação à tolerância ao risco.

- PERFIL SUPER CONSERVADOR
- PERFIL CONSERVADOR
- PERFIL MODERADO
- PERFIL AGRESSIVO
- PERFIL ELETROS

Mais detalhes e informações sobre os Perfis de Investimento podem ser obtidas na Cartilha Explicativa disponível no endereço eletrônico da Eletros, independente de esclarecimentos adicionais que se façam necessários e que poderão ser feitos pelo telefone (21) 2138-6000, pelo e-mail atendimento@eletros.com.br – opção 2 ou na sede da Fundação.

3. CENÁRIO MACROECONÔMICO E PERSPECTIVAS PARA OS INVESTIMENTOS EM 2019

Temos uma visão positiva para o conjunto de variáveis macroeconômicas em 2019. A situação fiscal, o desemprego e o baixo crescimento são desafios que precisam ser vencidos nos próximos anos e, especificamente em 2019, esperamos que a aprovação da proposta de reforma da previdência seja efetivada, permitindo assim o início de um processo de recuperação econômica, com inflação sob controle e o início de recuperação do emprego.

O cenário mais provável adotado pela Eletros é de que a situação internacional continuará desafiadora para países emergentes, com as principais economias mundiais apresentando um baixo crescimento.

Em termos de impacto sobre os investimentos em 2019, a variável-chave externa será o comportamento da taxa de juro dos Estados Unidos. O melhor cenário seria se o Banco Central americano não elevasse sua taxa de juro, pois faria com que os recursos fossem direcionados para os países em desenvolvimento.

Pelo lado interno as expectativas se concentrarão na aprovação da reforma da previdência, variável-chave para recuperação da economia e valorização dos ativos brasileiros. A perspectiva para o segmento de renda fixa é de retorno mais baixo se comparado ao ano de 2018 por conta da taxa de juro Selic menor. Já o segmento de renda variável, o segundo em importância no patrimônio, deverá apresentar uma rentabilidade real acima da renda fixa. Ambos cenários condicionados à aprovação da reforma da previdência.

As demais classes de investimento que compõem o patrimônio dos planos, embora recebam atenção pela possibilidade de diversificação, não devem gerar grande impacto na rentabilidade de 2019.

O acompanhamento mensal da conjuntura econômica e das perspectivas para os investimentos pode ser encontrado no Relatório de Investimentos, disponível no endereço eletrônico da Eletros – Área do Participante.

4. RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO DE 2019

1. Introdução

A Política de Investimento da Eletros para o exercício de 2019 (PI 2019) deve ser aplicada individualmente aos planos de benefícios previdenciários e administrativo geridos pela entidade a saber, ao Plano BD ELETROBRÁS; ao Plano CD ELETROBRÁS, composto por Plano ELETROBRÁS CD SALDADO (BPDS) e Plano CD ELETROBRÁS PURO; ao Plano CV ONS; ao Plano CV EPE; ao Plano CD CERON e ao Plano de GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA).

2. Metas de rentabilidade

As metas reais de rentabilidade acima da inflação medida pelo INPC estão assim definidas na PI 2019:

Planos	Exercício de 2019	Médio prazo (2019 a 2021)	Longo prazo (2019 a 2023)
Plano BD ELETROBRÁS	5,0%	6,0%	6,0%
Plano CD ELETROBRÁS PURO	3,6%	5,0%	5,2%
Plano CD SALDADO (BPDS)	5,0%	5,8%	5,9%
Plano CV ONS	4,1%	5,3%	5,4%
Plano CV EPE	3,7%	5,1%	5,2%
Plano CD CERON	3,7%	5,0%	5,2%
PGA	4,7%	5,3%	5,3%

3. Alocação de Ativos por Plano

A alocação de ativos é definida como o conjunto de atividades relacionadas à distribuição do patrimônio de cada plano entre os segmentos de renda fixa, renda variável, imóveis, operações com participantes (empréstimos), investimentos estruturados e no exterior.

3.1. Alocação por Plano em Renda Fixa

Renda fixa	Alocação em relação ao patrimônio		
Planos	Proposta para 2019		
	Mínimo	Alvo	Máximo
Plano BD Eletrobrás	51%	69%	92%
Plano CD Eletrobrás Total	50%	77%	89%
Plano CD Eletrobrás Puro*	48%	77%	88%
Plano CD Saldado (BPDS)	57%	74%	93%
Plano CV ONS*	56%	76%	88%
Plano CV EPE*	56%	81%	90%
Plano CD Ceron	56%	78%	90%
PGA	100%	100%	100%

*Somando todos os Perfis de Investimento

3.2. Alocação por Plano em Renda Variável

Renda variável	Alocação em relação ao patrimônio		
Planos	Proposta para 2019		
	Mínimo	Alvo	Máximo
Plano BD Eletrobrás	5%	15%	20%
Plano CD Eletrobrás Total	9%	15%	28%
Plano CD Eletrobrás Puro*	10%	15%	30%
Perfil Eletros do CD Puro**	10%	20%	30%
Plano CD Saldado (BPDS)	5%	15%	20%
Plano CV ONS*	10%	19%	30%
Perfil Eletros do CV ONS**	10%	20%	30%
Plano CV EPE*	10%	15%	30%
Perfil Eletros do CV EPE**	10%	20%	30%
Plano CD Ceron	10%	20%	30%

*Somando todos os Perfis de Investimento

**Alocação em relação ao total do Perfil Eletros

Perfis de Investimentos

Perfil de Investimento	Alocação em Renda Variável
(CD PURO ELETROBRÁS, CV ONS e CV EPE)	(Alocação objetivo)
Perfil Super Conservador	0%
Perfil Conservador	15%
Perfil Moderado	30%
Perfil Agressivo	45%
Perfil Eletros	De acordo com a PI 2019

3.3. Alocação por Plano no Segmento Imobiliário

Segmento Imobiliário	Alocação em relação ao patrimônio		
Planos	Proposta para 2019		
	Mínimo	Alvo	Máximo
Plano BD Eletrobrás	0%	9%	11%
Plano CD Eletrobrás Total	0%	3%	6%
Plano CD Eletrobrás Puro*	0%	3%	6%
Plano CD Saldado (BPDS)	0%	5%	7%

* Somando todos os Perfis de Investimento.

3.4. Alocação por Plano com Participantes (Empréstimos)

Empréstimos	Alocação em relação ao patrimônio		
Planos	Proposta para 2019		
	Mínimo	Alvo	Máximo
Plano BD Eletrobrás	3%	5%	10%
Plano CD Eletrobrás Total	2%	3%	10%
Plano CD Eletrobrás Puro*	2%	3%	10%
Plano CD Saldado (BPDS)	2%	4%	10%
Plano CV ONS*	2%	3%	10%
Plano CV EPE*	0%	2%	10%
Plano CD Ceron	0%	0%	10%

* Somando todos os Perfis de Investimento.

3.5. Alocação por Plano em Investimentos Estruturados

Investimentos estruturados	Alocação em relação ao patrimônio		
Planos	Proposta para 2019		
	Mínimo	Alvo	Máximo
Plano BD Eletrobrás	0%	1%	6%
Plano CD Eletrobrás Total	0%	1%	4%
Plano CD Eletrobrás Puro*	0%	1%	4%
Plano CD Saldado (BPDS)	0%	1%	4%
Plano CV ONS*	0%	1%	2%
Plano CV EPE*	0%	1%	2%
Plano CD Ceron	0%	1%	2%

* Somando todos os Perfis de Investimento.

3.6. Alocação por Plano em Investimento no Exterior

Investimentos no exterior	Alocação em relação ao patrimônio		
Planos	Proposta para 2019		
	Mínimo	Alvo	Máximo
Plano BD Eletrobrás	0%	1%	2%
Plano CD Eletrobrás Total	0%	1%	2%
Plano CD Eletrobrás Puro*	0%	1%	2%
Plano CD Saldado (BPDS)	0%	1%	2%
Plano CV ONS*	0%	1%	2%
Plano CV EPE*	0%	1%	2%
Plano CD Ceron	0%	1%	2%

* Somando todos os Perfis de Investimento.

Alocação entre os Segmentos por Planos

Segmentos	BD Eletrobrás		CD Eletrobrás		CD ONS	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Renda Fixa	1.416.577	72,29%	1.492.750	78,14%	466.013	77,68%
Renda Variável	249.728	12,75%	295.605	15,48%	117.309	19,55%
Imóveis	181.937	9,29%	68.871	3,61%	-	0,00%
Empréstimos	94.755	4,84%	52.971	2,77%	16.631	2,77%
Estruturados	16.230	0,83%	-	0,00%	-	0,00%
Consolidado	1.959.227	100,00%	1.910.197	100,00%	599.953	100,00%

Segmentos	CV EPE		CD CERON		PGA	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Renda Fixa	75.003	83,46%	85.109	84,88%	100.412	100,0%
Renda Variável	13.531	15,06%	15.157	15,12%	-	-
Imóveis	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	1.334	1,48%	-	-	-	-
Estruturados	-	-	-	-	-	-
Consolidado	89.868	100,00%	100.266	100,00%	100.412	100,0%

Rentabilidade Brutas dos Planos de Benefícios

Segmentos	BD Eletrobrás		CD Eletrobrás		CV ONS	
	Meta Atuarial	INPC + 5,65%	Meta Referência	INPC + 5,25%	Meta Referência	INPC + 5,25%
	Nominal	Nominal sobre meta atuarial	Nominal	Nominal sobre meta atuarial	Nominal	Nominal sobre meta atuarial
Renda Fixa	10,59%	1,20%	6,83%	-1,62%	6,82%	-1,88%
Renda Variável	20,57%	10,33%	20,57%	10,76%	20,57%	10,76%
Imóveis	6,89%	-2,19%	6,89%	-1,81%	-	-
Empréstimos	11,23%	1,78%	11,15%	2,12%	11,98%	2,87%
Inv. Estruturados	25,07%	14,45%	-	-	-	-
Consolidado	11,27%	1,82%	8,63%	-0,03%	9,45%	0,54%

Segmentos	CV EPE		CD CERON		PGA	
	Meta Referência	INPC + 5,25%	Meta Referência	INPC + 4,40%	Meta Referência	INPC + 4,60%
	Nominal	Nominal sobre Meta Atuarial	Nominal	Nominal sobre Meta Atuarial	Nominal	Nominal sobre Meta Atuarial
Renda Fixa	6,81%	-1,89%	6,80%	-1,10%	8,77%	0,54%
Renda Variável	20,57%	10,76%	20,57%	11,65%	-	-
Imóveis	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	10,23%	1,26%	-	-	-	-
Inv. Estruturados	-	-	-	-	-	-
Consolidado	8,57%	-0,27%	8,50%	0,48%	8,77%	0,54%

Indicadores de Mercado

2018	
INPC	3,43%
CDI	6,42%
INPC + 5,65%	9,28%
INPC + 5,25%	8,86%
INPC + 4,40%	7,99%
INPC + 4,60%	8,19%

Rentabilidade dos Perfis de Investimentos

Plano CD Eletrobrás

	AGRESSIVO		MODERADO		ELETROS	
	Nominal	Real(Desc. Inflação)	Nominal	Real	Nominal	Real(Desc. Inflação)
Renda Fixa	6,83%	3,29%	6,83%	3,29%	6,83%	3,29%
Renda Variável	20,57%	16,57%	20,57%	16,57%	20,57%	16,57%
Imóveis	6,89%	3,34%	6,89%	3,34%	6,89%	3,34%
Empréstimos	11,15%	7,46%	11,15%	7,46%	11,15%	7,46%
Inv. Estruturados	-	-	-	-	-	-
Consolidado	13,79%	10,02%	11,64%	7,94%	8,39%	4,79%

	CONSERVADOR		SUPER CONSERVADOR	
	Nominal	Real	Nominal	Real(Desc. Inflação)
Renda Fixa	6,83%	3,29%	6,83%	3,29%
Renda Variável	20,57%	16,57%	20,57%	16,57%
Imóveis	6,89%	3,34%	6,89%	3,34%
Empréstimos	11,15%	7,46%	11,15%	7,46%
Inv. Estruturados	-	-	-	-
Consolidado	9,37%	5,74%	6,95%	3,40%

Rentabilidade dos Perfis de Investimentos

Plano CV ONS

	AGRESSIVO		MODERADO		ELETROS	
	Nominal	Real(Desc. Inflação)	Nominal	Real	Nominal	Real(Desc. Inflação)
Renda Fixa	6,82%	3,27%	6,82%	3,27%	6,82%	3,27%
Renda Variável	20,57%	16,57%	20,57%	16,57%	20,57%	16,57%
Imóveis	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	11,98%	8,27%	11,98%	8,27%	11,98%	8,27%
Inv. Estruturados	-	-	-	-	-	-
Consolidado	13,78%	10,01%	11,69%	7,99%	8,76%	5,15%

	CONSERVADOR		SUPER CONSERVADOR	
	Nominal	Real	Nominal	Real(Desc. Inflação)
Renda Fixa	6,82%	3,27%	6,82%	3,27%
Renda Variável	20,57%	16,57%	20,57%	16,57%
Imóveis	-	-	-	-
Empréstimos	11,98%	8,27%	11,98%	8,27%
Inv. Estruturados	-	-	-	-
Consolidado	9,42%	5,79%	6,96%	3,42%

Aderência da Alocação à Política de Investimento 2018 – PI

Segmentos	BD Eletrobrás		CD Eletrobrás		CD ONS	
	PI	Dez-18	PI	Dez-18	PI	Dez-18
Renda Fixa	52,00% a 92,00%	72,29%	50,00% a 89,00%	78,14%	56,00% a 88,00%	77,68%
Renda Variável	5,00% a 20,00%	12,75%	9,00% a 28,00%	15,48%	10,00% a 30,00%	19,55%
Estruturados	0,00% a 6,00%	0,83%	0,00% a 4,00%	-	0,00% a 2,00%	-
Imóveis	0,00% a 10,00%	9,29%	0,00% a 6,00%	3,61%	-	-
Empréstimos	3,00% a 10,00%	4,84%	2,00% a 10,00%	2,77%	2,00% a 10,00%	2,77%
Exterior	0,00% a 2,00%	-	0,00% a 2,00%	-	0,00% a 2,00%	-

Segmentos	CV EPE		CD CERON		PGA	
	PI	Dez-18	PI	Dez-18	PI	Dez-18
Renda Fixa	61,00% a 90,00%	83,46%	61,00% a 90,00%	84,88%	0,00% a 100,00%	100,00%
Renda Variável	10,00% a 25,00%	15,06%	10,00% a 25,00%	15,12%	-	-
Estruturados	0,00% a 2,00%	-	0,00% a 2,00%	-	-	-
Imóveis	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	0,00% a 10,00%	1,48%	0,00% a 10,00%	-	-	-
Exterior	0,00% a 2,00%	-	0,00% a 2,00%	-	-	-

Rentabilidade Nominal Prevista na PI x Realizada

	Prevista*	Realizada	Meta Atuarial
BD Eletrobrás	9,40%	11,27%	9,28%
CD Eletrobrás Puro	8,20%	8,63%	8,86%
CD Eletrobrás Saldado	9,60%	9,64%	8,86%
CD ONS	8,10%	9,45%	8,86%
CV EPE	7,90%	8,56%	8,86%
CD CERON	7,80%	8,50%	7,99%
PGA	9,30%	8,77%	9,30%

* Estimativa de INPC em 4,40% maior que o INPC realizado de 3,43%

Seleção de Ativos - Investimentos por Modalidade de Aplicação

Planos	BD Eletrobrás		CD ONS		CD Eletrobrás	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Investimentos em Renda Fixa	1.416.585	72,30%	466.004	77,67%	1.492.741	78,16%
Notas Tesouro Nacional	630.539	-	19.389	-	178.505	-
Letras Tesouro Nacional	-	-	25.036	-	30.623	-
Letras Hipotecárias	197.413	-	-	-	-	-
Letras Financeiras	-	-	17.841	-	47.809	-
Fundos de Renda Fixa	581.693	-	403.738	-	1.235.804	-
Debêntures Não Conversíveis	6.940	-	-	-	-	-
Investimentos em Renda Variável	249.728	12,75%	117.309	19,55%	295.605	15,48%
Mercado a Vista	110.368	-	51.845	-	130.644	-
Derivativos	-	-	-	-	-	-
Fundos de Ações	139.360	-	65.464	-	164.961	-
Investimentos Estruturados	16.230	0,83%	-	-	-	-
Fundos Multimercado	16.230	-	-	-	-	-
Investimentos em Imóveis	181.937	9,29%	-	-	68.871	3,61%
Imóveis para Aluguel e Renda	173.608	-	-	-	65.718	-
Imóveis de Uso Próprio	6.529	-	-	-	2.471	-
Outros valores	1.800	-	-	-	682	-
Empréstimos	94.755	4,84%	16.631	2,77%	52.971	2,77%
Emergência	211	-	-	-	6	-
Financeiro	84.350	-	16.716	-	53.393	-
Vesting	11.085	-	-	-	97	-
Escolar	-	-	-	-	-	-
Provisão P/ Devedores Duvidosos	(880)	-	(85)	-	(522)	-
Restituição	(11)	-	-	-	(3)	-
Total dos Investimentos	1.959.235	100,00%	599.944	100,00%	1.910.188	100,00%

Planos	CV EPE		CD CERON		PGA	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Investimentos em Renda Fixa	74.994	83,46%	85.098	84,88%	100.397	100,00%
Notas Tesouro Nacional	3.049	-	3.397	-	56.327	-
Letras Tesouro Nacional	5.661	-	7.833	-	-	-
Letras Hipotecárias	-	-	-	-	-	-
Letras Financeiras	2.805	-	3.126	-	-	-
Fundos de Renda Fixa	63.479	-	70.742	-	44.070	-
Debêntures Não Conversíveis	-	-	-	-	-	-
Investimentos em Renda Variável	13.531	15,06%	15.157	15,12%	-	-
Mercado a Vista	5.980	-	6.699	-	-	-
Derivativos	-	-	-	-	-	-
Fundos de Ações	7.551	-	8.458	-	-	-
Investimentos Estruturados	-	-	-	-	-	-
Fundos Multimercado	-	-	-	-	-	-
Investimentos em Imóveis	-	-	-	-	-	-
Imóveis para Aluguel e Renda	-	-	-	-	-	-
Imóveis de Uso Próprio	-	-	-	-	-	-
Outros valores	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	1.334	1,48%	-	-	-	-
Emergência	-	-	-	-	-	-
Financeiro	1.348	-	-	-	-	-
Vesting	-	-	-	-	-	-
Escolar	-	-	-	-	-	-
Provisão P/ Devedores Duvidosos	(14)	-	-	-	-	-
Restituição						
Total dos Investimentos	89.859	100,00%	100.255	100,00%	100.397	100%

Distribuição de Recursos entre Gestão Própria e Terceirizada - Renda Variável

Carteira	R\$	Total
Gestão Própria	303.710	44,05%
Gestão Terceirizada	385.793	55,95%
Apex São Conrado	99.254	14,40%
Gap Arpoador	269.232	39,05%
JGP Grumari	17.307	2,51%
Total	689.503	100,00%

Distribuição de Recursos entre Gestão Própria e Terceirizada - Renda Fixa

Gestão própria	R\$	Total
Carteira Própria (ALM)	834.892	23,25%
Carteira Estratégica	77.795	2,17%
Carteira Índice de Preços	71.581	1,99%
Carteira PGA	56.327	1,57%
Carteira Alternativo	7.833	0,22%
Carteira Renda Vitalícia	2.017	0,06%
Carteira Saldado	124.529	3,47%
Gestão Terceirizada		
Fundo Votorantim Geribá	427.040	11,89%
Fundo Bradesco Ipanema	321.283	8,95%
Fundo Alfa Itaipava	1.651.204	45,99%
Fundo Hamilton Lane	16.230	0,45%
Total	3.590.731	100,00%

Distribuição de Recursos entre Gestão Própria e Terceirizada – Segmentos Estruturados

Gestão própria	R\$	Total
Carteira Própria (ALM)	32,7%	1.174.974
Fundos RF	66,8%	2.399.527
Fundos FIP	0,5%	16.230
Total	100%	3.590.731

Distribuição de Recursos entre Gestão Própria e Terceirizada - Segmentos Estruturados

Ações	Quantidade	Preço	Financeiro (R\$mil)	Participação (%)
ABEV3 AMBEV ON	699.712	15,38	10.762	3,54%
B3SA3 BMF BOVESPA ON	386.700	26,81	10.367	3,41%
BBAS3 BANCO DO BRASIL ON	153.300	46,49	7.127	2,35%
BBDC3 BRADESCO ON	160.558	33,85	5.435	1,79%
BBDC4 BRADESCO PN	622.146	38,65	24.046	7,92%
BBSE3 BB SEGURIDADE	76.200	27,59	2.102	0,69%
BOVA11 ISHARE BOVESPA	646.120	84,60	54.662	18,00%
BRAP4 BRADESPAR PN	25.800	31,69	818	0,27%
BRFS3 BRASIL FOODS ON	250.900	21,93	5.502	1,81%
BRKM5 BRASKEM PNA	45.100	47,38	2.137	0,70%
BRML3 BR MALLS ON	157.561	13,07	2.059	0,68%
BTOW3 B2W ON	71.100	42,02	2.988	0,98%
CCRO3 CCR RODOVIAS ON	196.600	11,20	2.202	0,73%
CPLE6 COPEL PNB	18.800	30,55	574	0,19%
CRFB3 CARREFOUR	78.700	18,09	1.424	0,47%
CSAN3 COSAN ON	25.800	33,46	863	0,28%
CSMG3 COPASA ON	42.400	61,53	2.609	0,86%
CVCB3 CVC BRASIL	24.500	61,18	1.499	0,49%
CYRE3 CYRELA ON	102.300	15,47	1.583	0,52%
ELET3 ELETROBRAS ON	46.300	24,23	1.122	0,37%
ELET6 ELETROBRAS PNB	34.000	28,17	958	0,32%
EMBR3 EMBRAER ON	49.700	21,68	1.077	0,35%
ENGI11 ENERGISA UNIT	25.725	37,10	954	0,31%

EQTL3	EQUATORIAL ENERGIA ON	40.000	74,56	2.982	0,98%
ESTC3	ESTÁCIO ON	35.100	23,76	834	0,27%
FLRY3	FLEURY	45.200	19,78	894	0,29%
GGBR4	GERDAU PN	347.700	14,82	5.153	1,70%
HYPE3	HYPERMARCAS ON	66.300	30,20	2.002	0,66%
ITSA3	ITAUSA PN	1.089	13,30	14	0,00%
ITSA4	ITAUSA PN	948.006	12,08	11.452	3,77%
ITUB4	ITAUBANCO PN	829.401	35,50	29.444	9,69%
KLBN11	KLABIN UNIT	138.000	15,88	2.191	0,72%
KROT3	KROTON UNIT	186.300	8,87	1.652	0,54%
LAME4	LOJAS AMERIC PN	123.061	19,70	2.424	0,80%
LOGG3	LOG COMMERCIAL PROPERTIES ON	10.642	18,02	192	0,06%
LREN3	LOJAS RENNER ON	163.850	42,40	6.947	2,29%
MDIA3	M. DIAS BRANCO	46.200	42,80	1.977	0,65%
MGLU3	MAGAZINE LUIZA	19.500	181,07	3.531	1,16%
MOVI3	MOVIDA AS	257.600	8,60	2.215	0,73%
MRVE3	MRV ON	147.500	12,36	1.823	0,60%
MULT3	MULTPLAN ON	46.962	24,31	1.142	0,38%
NATU3	NATURA ON	30.800	45,00	1.386	0,46%
PCAR4	P.ACUCAR-CBD PN	49.342	80,98	3.996	1,32%
PETR3	PETROBRAS ON	431.000	25,40	10.947	3,60%
PETR4	PETROBRAS PN	678.176	22,68	15.381	5,06%
PSSA3	PORTO SEGURO ON	15.800	52,15	824	0,27%
QUAL3	QUALICORP ON	43.200	12,89	557	0,18%
RADL3	RAIA DROGASIL ON	27.200	57,15	1.554	0,51%
RAIL3	RUMO ON	335.100	17,00	5.697	1,88%
RENT3	LOCALIZA ON	84.800	29,75	2.523	0,83%
SUZB3	SUZANO PAPEL PN	86.800	38,08	3.305	1,09%
TIET4	AES TIETÊ UNIT	1.450	2,02	3	0,00%
TIMP3	TIM PART ON	138.200	11,85	1.638	0,54%
UGPA3	ULTRAPAR ON	69.200	53,20	3.681	1,21%
USIM5	USIMINAS PNA	62.500	9,22	576	0,19%
VALE3	VALE R DOCE ON	508.175	51,00	25.917	8,53%
VIVT4	VIVOTELESP PN(TELEF)	74.600	46,23	3.449	1,14%
VVAR3	VIA VAREJO ON	64.200	4,39	282	0,09%
WEGE3	WEG ON	128.450	17,54	2.253	0,74%
Própria	Total de Mercado	-	-	303.710	100,00%

Gestão Terceirizadas

Terceirizados	R\$	%
Apex São Conrado	99.254	25,73%
Gap Arpoador	269.232	69,79%
JGP Grumari	17.307	4,49%
Total do mercado	385.793	100,00%
Total geral	689.503	

Gestão Terceirizadas

Setores	Apex São Conrado	Gap Arpoador	JGP Grumari	IBrX
Alimentos & Bebidas	1,91%	1,65%	1,65%	7,07%
Bancos	21,46%	33,17%	21,18%	28,95%
Bio-Combustíveis	0,00%	1,43%	1,02%	0,50%
Construção	3,06%	0,00%	1,15%	0,82%
Educação	0,00%	0,00%	2,44%	1,35%
Elétrico	15,74%	12,62%	7,13%	5,67%
Farmácia	0,00%	0,00%	1,17%	1,52%
Logística	4,16%	0,00%	0,00%	1,20%
Máquinas & Equipamentos	3,11%	0,00%	0,00%	1,13%
Mineração	0,00%	10,50%	13,17%	10,33%
Outros	0,00%	2,01%	0,00%	3,46%
Papel & Celulose	5,28%	5,92%	1,68%	2,70%
Petróleo & Gás	8,28%	9,96%	8,75%	11,06%
Químico & Petroquímico	3,10%	0,00%	0,00%	2,61%
Rodovias	0,00%	0,00%	0,00%	0,91%
Saneamento	2,25%	0,00%	0,00%	1,11%
Saúde	0,00%	0,00%	5,14%	0,80%
Seguro	3,78%	2,13%	3,58%	2,53%
Shopping & Properties	0,00%	2,48%	1,11%	1,36%
Siderurgia	0,00%	0,00%	4,08%	1,83%
Telecom & Tecnologia	0,00%	0,00%	2,24%	2,32%
Têxtil	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Transporte	2,23%	5,91%	2,97%	2,08%
Varejo & Serviços	25,63%	12,21%	21,52%	8,69%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Enquadramento

Descrição	Limite 4661	BD Eletrobrás 31/12/2018	CV ONS 31/12/2018	CD Eletrobrás 31/12/2018
Investimentos (R\$ Mil)	-	1.959.227	599.953	1.910.197
% do total de investimentos	-	41,2%	12,6%	40,1%
Investimentos em Renda Fixa (R\$ Mil)	-	1.416.577	466.013	1.492.750
% Renda Fixa Total	100%	72,9%	78,45%	78,8%
% Títulos Públicos Federais	100%	58,4%	68,3%	69,2%
% Outros Títulos de Renda Fixa	80%	14,5%	10,2%	9,6%
Investimentos em Renda Variável (R\$ Mil)	-	249.728	117.309	295.605
% Renda Variável Total	70%	12,2%	18,78%	14,9%
% Segmento Especial	70%	11,9%	18,2%	14,4%
% Segmento Básico	60%	0,3%	0,5%	0,4%
% Segmento BDR	45%	-	-	-
% Segmento Ouro	35%	-	-	-
Investimentos Estruturados (R\$ Mil)	-	16.230	-	-
% Investimentos Estruturados Total	20%	0,8%	-	-
Investimentos no Exterior (R\$ Mil)	-	-	-	-
% Investimentos no Exterior Total	10%	-	-	-
Investimentos em Imóveis (R\$ Mil)	-	181.937	-	68.871
% Imóveis Total	20%	9,3%	-	3,6%
Empréstimos e Financiamentos (R\$ Mil)	-	94.755	16.631	52.971
% Empréstimos e Financiamentos Total	15%	4,8%	2,77%	2,8%
		100,00%	100,00%	100,00%

Descrição	CV-EPE	CD-CERON	PGA
	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2018
Investimentos (R\$ Mil)	89.868	100.266	100.412
% do total de investimentos	1,9%	2,1%	2,1%
Investimentos em Renda Fixa (R\$ Mil)	75.003	85.109	100.412
% Renda Fixa Total	84,1%	85,6%	100,0%
% Títulos Públicos Federais	73,4%	74,8%	93,3%
% Outros Títulos de Renda Fixa	10,7%	10,7%	6,7%
Investimentos em Renda Variável (R\$ Mil)	13.531	15.157	-
% Renda Variável Total	14,4%	14,4%	-
% Segmento Especial	14,0%	14,0%	-
% Segmento Básico	0,4%	0,4%	-
% Segmento BDR	-	-	-
% Segmento Ouro	-	-	-
Investimentos Estruturados (R\$ Mil)	-	-	-
% Investimentos Estruturados Total	-	-	-
Investimentos no Exterior (R\$ Mil)	-	-	-
% Investimentos no Exterior Total	-	-	-
Investimentos em Imóveis (R\$ Mil)	-	-	-
% Imóveis Total	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos (R\$ Mil)	1.334	-	-
% Empréstimos e Financiamentos Total	1,5%	-	-
	100,00%	100,00%	100,00%



Demonstrações Contábeis

Fundação
Eletrobrás de
Seguridade Social
- ELETROS

**Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2018 e 2017**

KPDS 401045

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	4
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações da mutação do patrimônio social	8
Demonstrações do plano de gestão administrativa consolidada	9
Plano de benefícios BD Eletrobrás - Demonstração do ativo líquido (DAL)	10
Plano de benefícios BD Eletrobrás - Demonstração da mutação do ativo líquido (DMAL)	11
Plano de benefícios BD Eletrobrás - Demonstração das provisões técnicas do plano de benefícios (DPT)	12
Plano de benefícios CD Eletrobrás - Demonstração do ativo líquido (DAL)	13
Plano de benefícios CD Eletrobrás - Demonstração da mutação do ativo líquido (DMAL)	14
Plano de benefícios CD Eletrobrás - Demonstração das provisões técnicas do plano de benefício	15
Plano de benefício CV ONS - Demonstração do ativo líquido (DAL)	16
Plano de benefício CV ONS - Demonstração da mutação do ativo líquido (DMAL)	17
Plano de benefício CV ONS - Demonstração das provisões técnicas do plano de benefício (DPT)	18
Plano de benefício CD CERON - Demonstração do ativo líquido (DAL)	19
Plano de benefício CD CERON - Demonstração da mutação do ativo líquido (DMAL)	20
Plano de benefício CD CERON - Demonstração das provisões técnicas do plano de benefício (DPT)	21

Plano de benefício CV EPE - Demonstração do ativo líquido (DAL)	22
Plano de benefício CV EPE - Demonstração da mutação do ativo líquido (DMAL)	23
Plano de benefício CV EPE - Demonstração das provisões técnicas do plano de benefício (DPT)	24
Notas Explicativas às demonstrações contábeis	25



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Conselheiros, Diretores, Patrocinadores e Participantes da
Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - Eletros (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Entidade, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 29) em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - Eletros, e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2018, e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por planos de benefício". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Déficit técnico acumulado do Plano de Benefícios BD Eletrobrás

Chamamos a atenção para as notas explicativas nºs 12.5.1 e 16 às demonstrações contábeis, as quais descrevem que no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os saldos de provisões matemáticas a constituir nos montantes de R\$ 357.394 mil e R\$ 229.262 mil, referentes aos déficits acumulados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2015, respectivamente, consideraram os ajustes efetuados em seus planos de equacionamento, conforme previsto no termo de ajustamento de conduta (TAC), o qual foi submetido e aprovado pela Previc. As tratativas relacionadas ao assunto encontram-se em curso e consequentemente, o equacionamento e o atendimento ao TAC, dependem do desfecho do processo de análise e aprovação das patrocinadoras e seu órgão de controle (SEST/Ministério do Planejamento). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade e ou os planos de benefícios continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade e ou os planos de benefícios ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade e ou dos planos de benefícios. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade e os planos de benefícios a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ


Marcelo Faria Pereira
Contador CRC RJ-077911/O-2

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Exercício findo em		Nota	Exercício findo em	
	31/12/2018	31/12/2017		31/12/2018	31/12/2017
Disponível	75	33		17.551	17.050
Realizável	4.803.221	4.556.646		7.185	6.746
Gestão Previdencial	10.670	18.130	8	10.320	10.246
Gestão Administrativa	28.981	26.507	9	46	58
Investimentos	4.763.570	4.512.009	10	34.445	33.452
Títulos Públicos	960.362	910.933		11.097	12.758
Créditos Privados e Depósitos	275.934	258.433		19.676	17.103
Ações	305.537	328.439		3.672	3.591
Fundos de Investimento	2.801.551	2.630.849		4.752.131	4.507.197
Investimentos Imobiliários	250.808	212.789		4.584.380	4.355.661
Empréstimos	165.706	166.977		4.762.331	4.963.508
Depósitos Judiciais/Recursais	3.672	3.589		3.823.799	3.372.186
Permanente Imobilizado	831	1.020		1.590.344	1.686.981
	255	237		(651.812)	(95.659)
Intangível	576	783		(177.951)	(607.847)
Gestão Assistencial	28.163	27.386	7	(177.951)	(607.847)
Total do Ativo	4.832.290	4.585.085		(177.951)	(607.847)
				(177.951)	(607.847)
				167.751	151.536
				52.638	46.077
				100.270	93.504
				14.843	11.955
Gestão Assistencial	28.163	27.386		28.163	27.386
Total do Passivo	4.832.290	4.585.085		4.832.290	4.585.085

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Demonstrações do Plano de Gestão Administrativa Consolidada

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Varição
	31/12/2018	31/12/2017	(%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	93.504	89.930	3,97
1. Custeio da gestão administrativa	49.512	47.289	4,70
1.1. Receitas	49.512	47.289	4,70
Custeio administrativo da gestão previdencial	5.462	5.375	1,62
Custeio administrativo dos investimentos	22.334	20.968	6,51
Taxa de administração de empréstimos e financiamentos	121	218	(44,50)
Receitas diretas	1.317	1.284	2,57
Resultado positivo líquido dos investimentos	8.100	8.073	0,33
Reembolso da gestão assistencial	9.321	9.183	1,50
Outras receitas	2.857	2.188	30,58
2. Despesas administrativas	40.924	39.236	4,30
2.1. Administração previdencial	16.632	13.647	21,87
Pessoal e encargos	12.279	10.028	22,45
Treinamentos/congressos e seminários	128	60	113,33
Viagens e estadias	35	43	(18,60)
Serviços de terceiros	2.560	2.072	23,55
Despesas gerais	1.154	987	16,92
Depreciações e amortizações	166	171	(2,92)
Tributos	310	286	8,39
2.2. Administração dos investimentos	13.535	14.854	(8,88)
Pessoal e encargos	10.436	11.444	(8,81)
Treinamentos/congressos e seminários	109	68	60,29
Viagens e estadias	30	49	(38,78)
Serviços de terceiros	1.839	1.972	(6,74)
Despesas gerais	980	1.126	(12,97)
Depreciações e amortizações	141	195	(27,69)
2.3. Administração assistencial	9.321	9.183	1,50
Despesas Administrativas	8.873	8.604	3,13
Constituição de contingências	448	579	(22,63)
2.4. Outras despesas	1.436	1.552	(7,47)
3. Constituição/reversão de contingências administrativas	1.822	1.971	(7,56)
4. Reversão de recursos para o plano de benefícios	0	2.508	(100,00)
6. Sobra/insuficiência da gestão administrativa (1-2-3-4)	6.766	3.574	89,31
7. Constituição/reversão do fundo administrativo (6)	6.766	3.574	89,31
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)	100.270	93.504	7,24

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Demonstrações da Mutação do Patrimônio Social

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variacão
	31/12/2018	31/12/2017	(%)
A) Patrimônio Social – In�cio do Exercício	4.507.197	4.283.702	5,22
1. Adições	652.633	681.848	(4,28)
Contribuições Previdenciais	192.902	185.147	4,19
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Previdencial	407.331	447.692	(9,02)
Receitas Administrativas	41.412	39.216	5,60
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Administrativa	8.100	8.073	0,33
Constituição de Fundos de Investimentos	2.888	1.720	67,91
2. Destinações	(407.699)	(458.353)	(11,05)
Benefícios	(364.550)	(412.494)	(11,62)
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(403)	(2.144)	(81,20)
Despesas Administrativas	(40.476)	(41.165)	(1,67)
Constituição Líquida de Contingências – Gestão Administrativa	(2.270)	(2.550)	(10,98)
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	244.934	223.495	9,59
Provisões matemáticas	(201.177)	686.477	(129,31)
Superavit (Déficit) Técnico do Exercício	429.896	(477.268)	(190,07)
Fundos Previdenciais	6.561	8.992	(27,04)
Fundos Administrativos	6.766	3.574	89,31
Fundos dos Investimentos	2.888	1.720	67,91
B) Patrimônio Social - Final do Exercício (A+3)	4.752.131	4.507.197	5,43
5. Gestão Assistencial	(2.233)	2.265	(198,59)
Receitas Assistenciais	97.804	91.391	7,02
Despesas Assistenciais	(100.037)	(89.126)	12,24

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Plano de Benefícios BD Eletrobrás

Demonstração do Ativo Líquido (DAL)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Varição
	31/12/2018	31/12/2017	(%)
1. Ativos	2.031.228	2.008.227	1,15
Disponível	8	5	60,00
Recebível	69.154	74.655	(7,37)
Investimentos	1.962.066	1.933.567	1,47
Títulos públicos	630.539	600.574	4,99
Créditos Privados e Depósitos	204.353	191.633	6,64
Ações	110.369	144.151	(23,44)
Fundos de Investimento	737.283	742.048	(0,64)
Derivativos	-	-	-
Investimentos Imobiliários	181.937	154.358	17,87
Empréstimos	94.766	98.048	(3,35)
Depósitos Judiciais/Recurais	2.819	2.755	2,32
2. Obrigações	17.680	19.259	(8,20)
Operacional	4.429	4.398	0,70
Contingencial	13.251	14.861	(10,83)
3. Fundos não previdenciais	67.462	64.137	5,18
Fundos Administrativos	59.343	57.422	3,35
Fundos dos Investimentos	8.119	6.715	20,91
5. Ativo Líquido (1-2-3)	1.946.086	1.924.831	1,10
Provisões Matemáticas	2.110.667	2.528.726	(16,53)
Superavit (Deficit) Técnico	(164.581)	(603.895)	(72,75)
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	(164.581)	(603.895)	(72,75)
b) Ajuste de Precificação	37.048	35.382	4,71
c) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	127.533	(568.513)	(122,43)

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Plano de Benefícios BD Eletrobrás

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variacão
	31/12/2018	31/12/2017	(%)
A) Ativo líquido – In�cio do Exercício	1.924.831	2.000.849	(3,80)
1. Adic�es	274.534	257.418	6,65
Contribui�es	76.637	65.488	17,02
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Previdencial	197.897	191.930	3,11
2. Destina�es	(253.279)	(333.436)	(24,04)
Benefícios	(250.713)	(329.114)	(23,82)
Constitui�o Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(395)	(4.896)	(91,93)
Custeio Administrativo	(2.171)	574	(478,22)
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	21.255	(76.018)	(127,96)
Provisões Matemáticas	(418.059)	404.962	(203,23)
Superavit (Deficit) Técnico do Exercício	439.314	(480.980)	(191,34)
B) Ativo Líquido – Final do Exercício (A+3)	1.946.086	1.924.831	1,10
C) Fundos Não Previdenciais	67.462	64.137	5,18
Fundos Administrativos	59.343	57.422	3,35
Fundos dos Investimentos	8.119	6.715	20,91

As notas explicativas integram as Demonstra es Contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Plano de Benefícios BD Eletrobrás

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variação
	31/12/2018	31/12/2017	(%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	1.971.886	1.950.805	1,08
1. Provisões Matemáticas	2.110.668	2.528.726	(16,53)
1.1. Benefícios Concedidos	2.565.857	2.405.001	6,69
Benefício Definido	2.565.857	2.405.001	6,69
1.2. Benefício a Conceder	186.379	212.281	(12,20)
Benefício Definido	186.379	212.281	(12,20)
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	(641.568)	(88.556)	624,48
(-) Serviço passado	(35.121)	(63.891)	(45,03)
(-) Patrocinador(es)	(35.121)	(63.891)	(45,03)
(-) Deficit Equacionado	(606.447)	(24.665)	2.358,74
(-) Patrocinador(es)	(160.004)	(8.188)	1.854,13
(-) Participantes	(37.721)	(2.184)	1.627,15
(-) Assistidos	(408.722)	(14.293)	2.759,60
2. Equilíbrio Técnico	(164.581)	(603.895)	(72,75)
2.1. Resultados Realizados	(164.581)	(603.895)	(72,75)
(-) Deficit Técnico Acumulado	(164.581)	(603.895)	(72,75)
3. Fundos	8.119	6.715	20,91
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	8.119	6.715	20,91
4. Exigível Operacional	4.429	4.398	0,70
4.1. Gestão Previdencial	4.403	4.353	1,15
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	26	45	(42,22)
5. Exigível Contingencial	13.251	14.861	(10,83)
5.1. Gestão Previdencial	10.431	12.105	(13,83)
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	2.820	2.756	2,32

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Plano de Benefícios CD Eletrobrás

Demonstração do Ativo Líquido (DAL)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Varição
	31/12/2018	31/12/2017	(%)
1. Ativos	1.944.543	1.833.723	6,04
Disponível	21	10	110,00
Recebível	33.478	29.825	12,25
Investimentos	1.911.044	1.803.888	5,94
Títulos públicos	209.128	197.750	5,75
Créditos Privados e Depósitos	47.809	45.440	5,21
Ações	130.644	132.348	(1,29)
Fundos de Investimento	1.400.765	1.315.319	6,50
Investimentos Imobiliários	68.871	58.431	17,87
Empréstimos	52.974	53.766	(1,47)
Depósitos Judiciais/Recursais	853	834	2,28
2. Obrigações	3.391	3.085	9,92
Operacional	1.873	1.597	17,28
Contingencial	1.518	1.488	2,02
3. Fundos Não Previdenciais	38.392	33.486	14,65
Fundos Administrativos	32.619	28.929	12,76
Fundos dos Investimentos	5.773	4.557	26,68
5. Ativo Líquido (1-2-3)	1.902.760	1.797.153	5,88
Provisões Matemáticas	1.880.486	1.770.450	6,22
Superavit (Deficit) Técnico	(13.370)	(3.952)	238,31
Fundos Previdenciais	35.644	30.655	16,27
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	(13.370)	(3.952)	238,31
b) Ajuste de Precificação	14.787	15.045	(1,71)
c) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	1.417	11.093	(87,23)

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Plano de Benefícios CD Eletrobrás

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variacão
	31/12/2018	31/12/2017	(%)
A) Ativo líquido – Inicio do Exercício	1.797.154	1.617.553	11,10
1. Adic�es	203.952	249.934	(18,40)
Contribui�es	56.041	61.750	(9,25)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Previdencial	147.911	185.431	(20,23)
Resultados a Realizar	-	2.753	(100,00)
2. Destina�es	(98.345)	(70.333)	39,83
Benefícios	(96.703)	(68.535)	41,10
Constitui�o Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(7)	-	
Custeio Administrativo	(1.635)	(1.798)	(9,07)
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	105.607	179.601	(41,20)
Provisões Matemáticas	110.036	170.946	(35,63)
Fundos Previdenciais	4.989	4.942	0,95
Superavit (Deficit) Técnico do Exercício	(9.418)	3.712	(353,72)
B) Ativo líquido – Final do Exercício (A+3)	1.902.761	1.797.154	5,88
C) Fundos Não Previdenciais	38.392	33.486	14,65
Fundos Administrativos	32.619	28.929	12,76
Fundos dos Investimentos	5.773	4.557	26,68

As notas explicativas integram as Demonstra es Contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Plano de Benefícios CD Eletrobrás

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefício (DPT)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variação
	31/12/2018	31/12/2017	(%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	1.911.925	1.804.795	5,94
1. Provisões Matemáticas	1.880.486	1.770.450	6,22
1.1. Benefícios Concedidos	1.147.487	884.672	29,71
Contribuição Definida	810.696	601.930	34,68
Benefício Definido	336.791	282.742	19,12
1.2. Benefício a Conceder	743.241	892.880	(16,76)
Contribuição Definida	690.384	803.744	(14,10)
Saldo de Contas - Parcela Patrocinadora/Instituidor	385.727	483.825	(20,28)
Saldo de Contas - Parcela Participantes	304.657	319.919	(4,77)
Benefício definido	52.857	89.136	(40,70)
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	(10.242)	(7.102)	44,21
(-) Serviço passado	(10.242)	(7.102)	44,21
(-) Patrocinador(es)	(10.242)	(7.102)	44,21
2. Equilíbrio Técnico	(13.370)	(3.952)	238,31
2.1. Resultados Realizados	(13.370)	(3.952)	238,31
(-) Déficit Técnico Acumulado	(13.370)	(3.952)	238,31
3. Fundos	41.418	35.212	17,62
3.1. Fundos Previdenciais	35.645	30.655	16,28
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	5.773	4.557	26,68
4. Exigível Operacional	1.873	1.597	17,28
4.1. Gestão Previdencial	1.858	1.586	17,15
4.2. Investimentos	15	11	36,36
5. Exigível Contingencial	1.518	1.488	2,02
5.1. Investimentos	665	654	1,68
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	853	834	2,28

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Plano de Benefício CV ONS

Demonstração do Ativo Líquido (DAL)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variação
	31/12/2018	31/12/2017	(%)
1. Ativos	604.479	526.302	14,85
Disponível	10	5	100,00
Recebível	4.523	3.371	34,17
Investimentos	599.946	522.926	14,73
Títulos públicos	44.427	40.527	9,62
Créditos privados e depósitos	17.841	16.255	9,76
Ações	51.845	42.422	22,21
Fundos de investimento	469.202	409.496	14,58
Empréstimos	16.631	14.227	16,90
2. Obrigações	655	562	16,55
Operacional	655	562	16,55
3. Fundos Não Previdenciais	5.445	4.040	34,78
Fundos Administrativos	4.523	3.371	34,17
Fundos dos Investimentos	922	669	37,82
5. Ativo Líquido (1-2-3)	598.379	521.701	14,70
Provisões Matemáticas	589.982	514.265	14,72
Fundos Previdenciais	8.397	7.436	12,92

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Plano de benefício CV ONS

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variacão
	31/12/2018	31/12/2017	(%)
A) Ativo líquido – Inicio do Exercício	521.699	439.725	18,64
1. Adic�es	92.113	94.536	(2,56)
Contribui�es	44.168	39.805	10,96
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Previdencial	47.945	54.731	(12,40)
2. Destina�es	(15.433)	(12.562)	22,85
Benefic�os	(14.523)	(11.666)	24,49
Custeio Administrativo	(910)	(896)	1,56
3. Acréscimo/decréscimo no ativo líquido (1+2)	76.680	81.974	(6,46)
Provisões matemáticas	75.718	80.283	(5,69)
Fundos previdenciais	962	1.691	(43,11)
B) Ativo líquido – Final do Exercício (A+3)	598.379	521.699	14,70
C) Fundos não previdenciais	5.445	4.040	34,78
Fundos administrativos	4.523	3.371	34,17
Fundos dos investimentos	922	669	37,82

As notas explicativas integram as Demonstra es Contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Plano de benefício CV ONS

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefício (DPT)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Varição
	31/12/2018	31/12/2017	(%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	599.956	522.931	14,73
1. Provisões Matemáticas	589.982	514.265	14,72
1.1. Benefícios Concedidos	98.673	72.860	35,43
Contribuição definida	98.673	72.860	35,43
1.2. Benefício a Conceder	491.309	441.405	11,31
Contribuição definida	491.309	441.405	11,31
Saldo de Contas - Parcela Patrocinadora/Instituidor	221.152	198.846	11,22
Saldo de Contas - Parcela Participantes	270.157	242.559	11,38
3. Fundos	9.319	8.105	14,98
3.1. Fundos Previdenciais	8.397	7.436	12,92
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	922	669	37,82
4. Exigível Operacional	655	562	16,55
4.1. Gestão Previdencial	652	561	16,22
4.2. Investimentos	3	1	200,00

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Plano de benefício CD CERON

Demonstração do Ativo Líquido (DAL)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variação
	31/12/2018	31/12/2017	(%)
1. Ativos	103.486	84.684	22,20
Disponível	10	5	100,00
Recebível	3.219	3.192	0,85
Investimento	100.257	81.487	23,03
Títulos públicos	11.231	10.084	11,37
Créditos privados e depósitos	3.126	2.604	20,05
Ações	6.699	5.006	33,82
Fundos de investimento	79.201	63.793	24,15
2. Obrigações	205	187	9,63
Operacional	205	187	9,63
3. Fundos não previdenciais	3.219	3.192	0,85
Fundos administrativos	3.219	3.192	0,85
5. Ativo Líquido (1-2-3)	100.062	81.304	23,07
Provisões Matemáticas	94.849	77.013	23,16
Fundos Previdenciais	5.213	4.291	21,49

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Plano de benefício CD CERON

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variacão
	31/12/2018	31/12/2017	(%)
A) Ativo líquido – In�cio do Exercício	81.305	61.953	31,24
1. Adic�es	21.212	21.366	(0,72)
Contribui�es	14.444	13.784	4,79
Resultado positivo dos investimentos – Gestão previdencial	6.768	7.582	(10,74)
2. Destina�es	(2.455)	(2.014)	21,90
Benefícios	(2.023)	(1.589)	27,31
Custeio administrativo	(432)	(425)	1,65
3. Acréscimo/decréscimo no ativo líquido (1+2)	18.757	19.352	(3,07)
Provisões matemáticas	17.836	18.166	(1,82)
Fundos previdenciais	922	1.186	(22,26)
B) Ativo líquido – Final do Exercício (A+3)	100.062	81.305	23,07
C) Fundos não previdenciais	3.219	3.192	0,85
Fundos administrativos	3.219	3.192	0,85

As notas explicativas integram as Demonstra es Contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Plano de benefício CD CERON

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefício (DPT)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Varição
	31/12/2018	31/12/2017	(%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	100.267	81.491	23,04
1. Provisões Matemáticas	94.849	77.013	23,16
1.1. Benefícios concedidos	2.244	2.385	(5,91)
Contribuição definida	2.244	2.385	(5,91)
1.2. Benefício a conceder	92.605	74.629	24,09
Contribuição definida	92.605	74.629	24,09
Saldo de contas - parcela Patrocinadora/instituidor	45.567	36.648	24,34
Saldo de contas - Parcela participantes	47.038	37.981	23,85
3. Fundos	5.213	4.291	21,49
3.1. Fundos Previdenciais	5.213	4.291	21,49
4. Exigível Operacional	205	187	9,63
4.1. Gestão Previdencial	205	187	9,63

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Plano de Benefício CV EPE

Demonstração do Ativo Líquido (DAL)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Varição
	31/12/2018	31/12/2017	(%)
1. Ativos	90.437	77.462	16,75
Disponível	10	7	42,86
Recebível	567	591	(4,06)
Investimentos	89.860	76.864	16,91
Títulos Públicos	8.710	7.936	9,75
Créditos Privados e Depósitos	2.805	2.501	12,16
Ações	5.980	4.514	32,48
Fundos de Investimento	71.030	60.978	16,48
Empréstimos e Financiamentos	1.335	935	42,78
2. Obrigações	111	106	4,72
Operacional	111	106	4,72
3. Fundos Não Previdenciais	596	606	(1,65)
Fundos Administrativos	567	591	(4,06)
Fundos dos Investimentos	29	15	93,33
5. Ativo Líquido (1-2-3)	89.730	76.750	16,91
Provisões Matemáticas	86.347	73.055	18,19
Fundos Previdenciais	3.383	3.695	(8,44)

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Plano de Benefício CV EPE

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variacão
	31/12/2018	31/12/2017	(%)
A) Ativo líquido – In�cio do Exercício	76.750	63.457	20,95
1. Adic�es	15.921	16.263	(2,10)
Contribui�es	9.109	8.245	10,48
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Previdencial	6.812	8.018	(15,04)
2. Destina�es	(2.941)	(2.970)	(0,98)
Benefícios	(2.625)	(2.647)	(0,83)
Custeio Administrativo	(316)	(323)	(2,17)
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	12.980	13.293	(2,35)
Provisões Matemáticas	13.292	12.120	9,67
Fundos Previdenciais	(312)	1.173	(126,60)
B) Ativo líquido – Final do Exercício (A+3)	89.730	76.750	16,91
C) Fundos não Previdenciais	596	606	(1,65)
Fundos Administrativos	567	591	(4,06)
Fundos dos Investimentos	29	15	93,33

As notas explicativas integram as Demonstra es Contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Plano de Benefício CV EPE

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefício (DPT)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Varição
	31/12/2018	31/12/2017	(%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	89.870	76.870	16,91
1. Provisões Matemáticas	86.347	73.054	18,20
1.1. Benefício Concedidos	9.537	7.268	31,22
Contribuição Definida	9.537	7.268	31,22
1.2. Benefício a Conceder	76.810	65.786	16,76
Contribuição Definida	76.810	65.786	16,76
Saldo de Contas - Parcela Patrocinadora/Instituidor	35.422	30.068	17,81
Saldo de Contas - Parcela Participantes	41.388	35.718	15,87
3. Fundos	3.412	3.710	(8,03)
3.1. Fundos Previdenciais	3.383	3.695	(8,44)
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	29	15	93,33
4. Exigível Operacional	111	106	4,72
4.1. Gestão Previdencial	110	105	4,76
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	1	1	-

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS ("ELETROS" ou "Entidade") pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, é uma entidade fechada de previdência complementar (EFPC), instituída pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS ("Eletrobras") e tem por finalidade básica instituir e executar planos privados de concessão de benefícios de caráter previdenciário. Tais planos são acessíveis aos empregados da patrocinadora-instituidora e das demais patrocinadoras, extensivos aos seus respectivos beneficiários legais.

Os recursos de que a Entidade dispõe para a consecução de seus objetivos são formados por contribuições de suas patrocinadoras, de seus participantes, assistidos e dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos, que devem obedecer ao disposto na Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.661, de 25 de maio de 2018 e suas atualizações.

As atividades da Entidade são regulamentadas pelas Leis Complementares n.ºs 108/2001 e 109/2001 e pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPB) e são fiscalizadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar ("PREVIC") vinculada ao Ministério da Fazenda.

Atualmente a ELETROS administra cinco planos de benefícios, todos inscritos no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios - CNPB mantidos pela PREVIC, conforme exposto a seguir:

- **Plano BD Eletrobrás** - patrocinado pela ELETROBRAS, Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL e ELETROS, na forma de benefício definido, CNPB nº 19.790.021-18, teve sua primeira aprovação pela SPC em 25 de julho de 1979, através da Portaria PT-GM nº 1.713, com regulamento vigente aprovado por meio do Ofício GAB/SPC/CGPAC, nº 836, de 22 de outubro de 1993 e a última alteração aprovada pelo Ofício SPC/DETEC/CGAT nº 3.698, de 23 de outubro de 2008, Portaria SPC nº 2.574 de 23 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União Seção 1 em 24 de outubro de 2008, estando fechado a novas adesões de participantes a partir de 01 de abril de 2006, em função da aprovação do Plano CD Eletrobrás.
- **Plano CD Eletrobrás** - patrocinado pela ELETROBRAS, Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL e ELETROS, na forma de contribuição definida, CNPB nº 20.060.015-74, com regulamento vigente aprovado por meio do Ofício SPC/DETEC/CGAT, nº 1.004 de 29 de março de 2006, Portaria SPC nº 359 de 29 de março de 2006 e ratificado pelo Ofício SPC/DETEC/CGAT, nº 1.771 de 29 de maio de 2006 e a última alteração aprovada pela Portaria SPC nº 2.926 de 26 de maio de 2009.

- **Plano CV ONS** - patrocinado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, na forma de Contribuição Variável (CV), CNPB nº 20.000.056-83, com regulamento vigente aprovado por meio do Ofício SPC/COG nº 2.214, de 26 de julho de 2000 e a última alteração aprovada pela Portaria PREVIC Nº 477, de 04 de outubro de 2016, publicada no Diário Oficial da União Seção 1 em 5 de outubro de 2016, nesta última alteração ocorreu a adequação da nomenclatura de Plano CD ONS para Plano CV ONS, uma vez que há possibilidade de concessão de Renda Vitalícia desde a instituição do Plano em questão. Ressalta-se que até o encerramento do exercício de 2018 não houve concessão de nenhum benefício vitalício.
- **Plano CV EPE** - patrocinado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE, na forma de Contribuição Variável, CNPB nº 20.090.029-38, com regulamento vigente aprovado por meio da Portaria SPC nº 3.149, de 12 de novembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União Seção 1 em 13 de novembro de 2009.
- **Plano CD CERON** - patrocinado pela Centrais Elétricas de Rondônia S.A.- CERON, na forma de Contribuição Definida, CNPB nº 20.110.015-11, com regulamento e convênio de adesão vigentes aprovados por meio da Portaria PREVIC nº 389 de 26 de julho de 2011, publicada no Diário Oficial da União Seção 1 em 27 de julho de 2011 e a última alteração aprovada pela Portaria PREVIC Nº 998, de 24 de outubro de 2018, publicada no Diário Oficial da União Seção 1 em 29 de outubro de 2018.

As principais características da massa de participantes dos planos de benefícios administrados pela ELETROS e a quantidade estão apresentadas a seguir:

Participantes 2018											
Situação	BD		CD				CV				Total
	Eletrobrás		Eletrobrás		CERON		ONS		EPE		
	2018	Idade Média	2018	Idade Média	2018	Idade Média	2018	Idade Média	2018	Idade Média	
Ativos	163	54	1.183	46	590	49	979	44	315	42	3.230
Aposentados	1.318	72	508	64	10	62	116	65	18	67	1.970
Pensões	377	78	32	64	4	56	18	63	1	37	432
Total	1.858		1.723		604		1.113		334		5.632

Participantes 2017											
Situação	BD		CD				CV				Total
	Eletrobrás		Eletrobrás		CERON		ONS		EPE		
	2017	Idade Média	2017	Idade Média	2017	Idade Média	2017	Idade Média	2017	Idade Média	
Ativos	207	54	1.279	46	600	48	971	44	323	41	3.380
Aposentados	1.313	71	423	63	9	62	96	64	15	67	1.856
Pensões	407	69	29	46	4	35	16	43	-	-	456
Total	1.927		1.731		613		1.083		338		5.692

Em 2018 a média de idade das pensionistas foi baseada na idade da pensionista de maior idade. Em 2017 a média foi realizada considerando todas as pensionistas.

A ELETROS administra, ainda, serviços de assistência à saúde, através do plano Eletros-Saúde desde 1991, devidamente autorizado pela SPC, através do Ofício DPC/SNPSC/MTPS nº 123/91, de 20 de março de 1991 e ratificado pela Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, art. 76.

As entidades de previdência complementar estão isentas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica, desde janeiro de 2005, e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, de acordo com a Lei nº 11.053, de 29/12/2004, e com a Instrução Normativa SRF no 588, de 21/12/2005, e alteradas pelas IN SRF no 667, de 26/07/2006, e IN RFB no 1.315, de 03/01/2013, respectivamente.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da ELETROS e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), especificamente a Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC) nº 29, de 13 de abril de 2018 e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e suas alterações; e pela Instrução MPS/Previc nº 15, de 12 de novembro de 2014 e Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a ITG 2001.

Essas diretrizes não requerem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, assistencial e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC TG 26.

As demonstrações consolidadas representam o somatório dos saldos contábeis de todos os planos de benefícios administrados pela Eletros, da Gestão Assistencial e do Plano de Gestão Administrativa (PGA), e as demonstrações individuais apresentam exclusivamente os valores contabilizados em cada Plano de Benefícios. Os demonstrativos contábeis exigidos pela Resolução CNPC nº 08/2011 e alterações posteriores são os seguintes:

- Balanço Patrimonial (Consolidado).
- Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (Consolidada).
- Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (Individual por plano).
- Demonstração do Ativo Líquido (Individual por plano).
- Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada).
- Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (Individual por plano).

A contabilização e os relatórios contábeis da Gestão Assistencial seguem as normas contábeis determinadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, sendo apresentados para fins destas demonstrações contábeis somente os valores patrimoniais da Gestão Assistencial (ativo e passivo) e a movimentação que demonstra a variação da Gestão Assistencial. As operações do Plano Assistencial são contabilizadas de acordo com as regras e o plano de contas da ANS, evidenciando o patrimônio assistencial em demonstrações específicas emitidas separadamente.

3 Resumo das principais práticas contábeis

a. Apuração do resultado

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento, bem como as variações patrimoniais da Gestão Assistencial são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

b. Contribuições para a gestão previdencial

As contribuições do Plano BD Eletrobrás são registradas pelo regime de competência e as contribuições dos Planos CD Eletrobrás, CV ONS, CV EPE e CD CERON pelo regime de caixa (conforme § 2º do artigo 10 da Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) nº 29, de 13 de abril de 2018).

O custeio dos planos da ELETROS é anualmente estabelecido na Demonstração Atuarial, quando da avaliação atuarial anual, respeitando os limites existentes nos regulamentos dos planos de benefícios.

c. Investimentos

Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos

Em atendimento à Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) nº 29, de 13 de abril de 2018, os títulos e valores mobiliários devem ser classificados em duas categorias, a saber:

(i) *Títulos para negociação*

Aqueles com propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer, os quais devem ser avaliados ao valor provável de realização.

(ii) *Títulos mantidos até o vencimento*

Aqueles com vencimentos superiores a 12 meses da data de aquisição e que a entidade mantenha interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, bem como classificados como de baixo risco por agência de risco no País, os quais devem ser avaliados pela taxa intrínseca dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

Os critérios utilizados para apuração do valor justo dos títulos e valores mobiliários obedecem às orientações técnicas estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC TG 46 (R1), aprovada pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.428, de 25 de janeiro de 2013, que estabelece:

- a. Hierarquia de valor justo com objetivo de priorizar as informações das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação adotadas para mensurar o valor justo.
- b. Divulgação das técnicas de avaliação e informações utilizadas para desenvolver as mensurações das hierarquias de valor justo:
 - **Informações de Nível 1** - preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos acessíveis na data da mensuração.
 - **Informações de Nível 2** - informações também observáveis para o ativo ou passivo, cujos preços não sejam cotados incluídos no Nível 1. Adoção de preços cotados em mercado ativos ou passivos similares; em mercados que não sejam ativos para ativos ou passivos idênticos.
 - **Informações de Nível 3** - dados observáveis para o ativo ou passivo, na medida em que dados observáveis relevantes não sejam disponíveis, pouca ou nenhuma atividade de mercado.

Ações

As aplicações no mercado de ações são classificadas como "Títulos para negociação" e estão registradas pelo custo de aquisição, acrescido de despesas diretas de corretagem e outras taxas, ajustado ao valor de mercado, considerando a cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores, de acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNP) nº 29, de 13 de abril de 2018 e Instrução Secretária de Previdência Complementar (SPC) nº 34, de 24 de setembro de 2009.

As ações que não tenham sido negociadas em bolsas de valores ou em mercado de balcão organizado, por período superior a seis meses, são avaliadas pelo último valor patrimonial ou pelo custo, dos dois o menor.

As rendas e as variações positivas provenientes de bonificações, dividendos ou juros sobre capital próprio, foram reconhecidas contabilmente a partir da data em que a ação ficou ex-dividendos, em atendimento à Instrução nº 5 da Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), de 08 de setembro de 2011.

Cotas de Fundos de Investimentos

São contabilizados pelo valor efetivamente desembolsado nas aquisições de cotas e incluem, se for o caso, taxas e emolumentos. Os montantes relativos aos fundos de investimento são representados pelo valor de suas cotas na data de encerramento do balanço divulgado pelos administradores dos respectivos fundos.

Investimentos imobiliários

Os investimentos em imóveis estão registrados ao custo de aquisição ou construção e ajustados por reavaliações periódicas, contabilizadas com base em laudos de peritos independentes. Os planos de benefícios que optarem pela reavaliação dos investimentos imobiliários com periodicidade superior a um ano devem contabilizar a depreciação mensalmente, em caso de reavaliação anual fica dispensado o registro da depreciação. A depreciação das edificações é calculada pelo método linear, estabelecidas em função do tempo de vida útil remanescente, definidas nos Laudos.

Os imóveis devem ser reavaliados, preferencialmente, anualmente ou, pelo menos a cada três anos de acordo com o item 19 letras “h” e “k” do Anexo “A” da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e suas alterações posteriores. O resultado da reavaliação, positivo ou negativo, deverá ser contabilizado uma única vez em conta do respectivo ativo, em contra partida da conta de “Rendas/Variações Positivas” ou Deduções/Variações Negativas”, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data de emissão do respectivo laudo, no mesmo exercício social a que se referir.

Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos concedidos aos participantes são apresentados pelos valores liberados, deduzidos das amortizações, acrescidos dos rendimentos auferidos e deduzidos, quando aplicável, da provisão para perdas na realização de créditos.

d. Provisão para perdas na realização de créditos

A Entidade constituiu provisão para perdas na realização de créditos representados por direitos creditórios de liquidação incerta, de acordo com o disposto no item 11, Anexo “A” da Instrução Secretaria de Previdência Complementar (SPC) nº 34, de 24 de setembro de 2009, que estabeleceu os seguintes percentuais de provisão sobre os créditos do devedor inadimplente, vencidos e vincendos, de acordo com os períodos de atraso da parcela mais antiga: 25% para atrasos entre 61 e 120 dias, 50% entre 121 e 240 dias, 75% entre 241 e 360 dias e 100% para atrasos superiores a 360 dias.

e. Imobilizado e intangível

Os bens corpóreos são registrados ao valor de custo de aquisição líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, com base na vida útil econômica estimada.

Os direitos adquiridos relacionados ao apoio às atividades da Eletros são contabilizados ao valor de custo, deduzidos da amortização acumulada, também calculada pelo método linear, durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso.

A depreciação e a amortização são calculadas às seguintes taxas ao ano:

Móveis e utensílios	10% (dez por cento)
Máquinas e equipamentos de uso	10% (dez por cento)
Biblioteca	10% (dez por cento)
Computadores e periféricos - “Hardware”	20% (vinte por cento)
Direito de uso de software	20% (vinte por cento)

As benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros estão sendo amortizadas de acordo com a temporalidade que beneficiará os exercícios sociais subsequentes.

f. Provisão de férias e 13º salário e respectivos encargos

As férias vencidas e proporcionais, inclusive o adicional de férias e o 13º salário, são provisionados no PGA, segundo o regime de competência, acrescidos dos encargos sociais.

g. Ativos e Passivos Contingentes

Registra o montante das provisões em decorrência de ações judiciais passivas mantidas contra a Fundação. A Provisão é ajustada através de informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de êxito.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e passivas são efetuadas de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, de 15 de setembro de 2009, conforme descrito abaixo:

- **Ativos contingentes (quando aplicável):** trata-se de direitos potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. São reconhecidos nas demonstrações financeiras somente quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização (Classificação de Risco “Praticamente Certo”), geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
 - **Passivos contingentes:** são registrados sempre que classificados como perdas prováveis, observando-se a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, com exceção dos processos trabalhistas, cuja provisão é constituída com base na perda histórica. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados apenas em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.
 - **Obrigações legais:** originam-se de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade. Tais processos têm seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Contábeis, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso. Os montantes discutidos são quantificados, registrados e atualizados mensalmente.
- h. Provisões Matemáticas**
São apuradas com base em cálculos atuariais, procedidos pelos atuários independentes responsáveis pelos planos. Representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, relativos aos benefícios concedidos e a conceder ajustados a valor presente.
- i. Superavit/Deficit Acumulados**
Apurados pela diferença do Ativo Líquido, Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais. O Deficit é registrado em Resultados a Realizar subgrupo da rubrica Deficit Técnico Acumulado, já o Superavit é registrado em Reserva de Contingência até o limite de 25% em relação ao saldo das Provisões Matemáticas. O excedente é registrado em Reserva Especial para Revisão do Plano a cada exercício.
- j. Estimativas Contábeis**
A elaboração das Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração utilize-se de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis.

Os principais itens de balanço sujeitos a essas estimativas incluem: a provisão para crédito de liquidação duvidosa, os valores de mercado dos títulos e valores mobiliários, as provisões matemáticas, basicamente aquelas relacionadas a planos de benefícios definidos; e as provisões com demandas judiciais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A alta Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos por ocasião do Balanço.

k. Plano de Gestão Administrativa

O registro contábil dos recursos destinados ao PGA, pelos planos de benefícios administrados pela Fundação, foi realizado de acordo com o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa aprovado pelo Conselho Deliberativo da Fundação.

As operações administrativas são registradas conforme Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) nº 29, de 13 de abril de 2018 e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, reconhecidas no PGA, que possui patrimônio segregado dos Planos de Benefícios Previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdencial, Investimentos, Diretas e do Assistencial), deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial, dos investimentos e do assistencial, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas do Fundo Administrativo.

A parcela equivalente à participação dos Planos de Benefícios Previdenciários no Fundo Administrativo no PGA foi registrada nas contas “Participação no Plano de Gestão Administrativa”, no Ativo, e “Participação no Fundo Administrativo do PGA”, no Passivo, nos respectivos Planos de Benefícios. O saldo do Fundo Administrativo é segregado por Planos de Benefícios Previdenciários, não caracterizando obrigações ou direitos aos Patrocinadores e Participantes dos planos.

l. Ajustes e Eliminações

Ao final de cada mês, a EFPC deve registrar nas contas “Participação no Plano de Gestão Administrativa”, no Ativo, e “Participação no Fundo Administrativo do PGA”, no Passivo, a parcela equivalente à participação do Plano de Benefícios Previdenciários no Fundo Administrativo registrado no PGA.

As contas passíveis de ajustes e eliminações, entre outras, são “Superavit Técnico”, “Déficit Técnico”, “Migração entre Planos”, “Compensação de Fluxos Previdenciais”, “Participação no Plano de Gestão Administrativa” e “Participação no Fundo Administrativo PGA”.

Os ajustes e eliminações necessárias à consolidação das Demonstrações Contábeis e balancetes devem ser registrados em documentos auxiliares.

m. Ajuste de precificação

Em atendimento à Resolução CNPC nº 22/2015, é requerido que as EFPCs divulguem o Equilíbrio Técnico Ajustado nas Demonstrações do Ativo Líquido. Este ajuste é apurado do valor resultante da diferença positiva ou negativa do valor contábil dos títulos públicos federais, classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento, atrelados à índice de preços, e o valor dos fluxos futuros desses títulos descontados pela taxa atuarial.

4 Realizável - Gestão previdencial

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a gestão previdencial pode ser assim resumida:

Descrição	Exercício findo em	
	31/12/18	31/12/17
Contribuições do mês	1.412	1.582
Contribuições contratadas	7.308	10.657
Outros realizáveis	961	3.877
Depósitos judiciais/recursais	990	2.014
Total	10.671	18.130

Contribuições do mês

Representam os recursos a receber do plano BD Eletrobrás, referentes às contribuições previdenciais normais do mês em curso, prevista na avaliação atuarial anual.

Contribuições contratadas

Representam as coberturas de reservas matemáticas já contratadas referentes aos planos BD Eletrobrás e CD Eletrobrás, e são devidas pelas patrocinadoras Cepel e Eletrobras, conforme previsto no regulamento da entidade.

As contribuições contratadas em aberto em 31 de dezembro de 2018 e 2017 podem ser assim demonstradas:

Contratos Firmados	Patrocinadora	Plano	Prazo Amortização	Parcelas (a)			Valor		Exercício findo em	
				Quitadas	Vincendas	Encargos	Contratado	Parcela	31.12.18	31.12.17
CF-015/06	CEPEL	BD Eletrobrás	15 anos	153	27	*INPC + 6% a.a.	2.774	46	1.179	1.600
CF-016-A/06	CEPEL	BD Eletrobrás	15 anos	165	15	*INPC + 6% a.a.	2.894	50	734	1.244
CF-017/A/06	CEPEL	BD Eletrobrás	15 anos	165	15	*INPC + 6% a.a.	12.764	219	3.237	5.487
CF-018/10	CEPEL	BD Eletrobrás	15 anos	107	73	*INPC + 5,5% a.a.	1.625	21	1.375	1.509
CF-022A/13	CEPEL	CD Eletrobrás	15 anos	72	108	**URE + 5,5% a.a.	798	9	783	817
Total									7.308	10.657

(a) Parcelas com vencimento no dia 28 de cada mês. Garantias:

- Os contratos não possuem garantia conforme Ofício nº 118/2006/MP/SE/DEST de 29 de março de 2006 do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - DEST, que excluiu a cláusula de garantia real. Os referidos contratos foram encaminhados à Secretaria de Previdência Complementar - SPC.

(*) INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

(**) URE - Unidade de Referência da Eletros.

Outros realizáveis

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.18	31.12.17
Valores a receber da Eletrobras (a)	-	2.710
Outros valores a receber	961	1.166
Total	961	3.876

- (a) Representam os recursos a receber da patrocinadora Eletrobras referentes ao valor do ressarcimento relativo ao depósito judicial efetuado pela Eletros, para garantir a execução do julgado ao processo movido por seus ex-empregados.

Depósitos judiciais / recursais

Representam os valores correspondentes aos depósitos judiciais com contingências passivas previdenciais.

5 Gestão Administrativa

Estão registrados os valores a receber inerentes às atividades da Gestão Administrativa da Fundação e os valores depositados em juízo relativo aos processos judiciais. Esses depósitos foram atualizados de acordo com os índices de atualização utilizada pela instituição financeira depositária.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 são apresentado a seguir:

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.18	31.12.17
Contas a receber	1.306	1.697
Responsabilidade de empregados	141	141
Responsabilidade de terceiros	824	710
Outros recursos a receber	341	846
Reembolso das despesas administrativas do Plano Eletros-Saúde	253	547
Outros valores receber	88	299
Despesas Antecipadas	563	683
Depósitos Judiciais	19.875	17.033
Outros realizáveis	7.237	7.094
Convênio de intervenção com o INSS	6.974	6.697
Valores a receber dos assistidos	145	182
Outros valores a receber	118	215
Total	28.981	26.507

6 Realizável - Investimentos

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a carteira de investimentos consolidada apresentava a seguinte composição:

	Exercício findo em	
	31/12/18	31/12/17
Títulos públicos	960.362	910.933
Notas do Tesouro Nacional	891.208	845.949
Letras Financeiras do Tesouro	69.154	64.984
Créditos privados e depósitos	275.934	258.433
Letras hipotecárias	197.413	186.318
Letras financeiras	71.581	66.799
Debêntures	9.628	8.004
Provisão para Créditos de Liquida Duvidosa	(2.688)	(2.688)
Ações	305.537	328.439
Instituições Financeiras	78.129	95.280
Companhias Abertas	227.408	233.159
Fundos de investimentos	2.801.551	2.630.850
Renda fixa	2.399.528	2.286.220
Ações	385.793	331.402
Participações	16.230	13.228
Investimentos imobiliários	250.808	212.789
Aluguéis e renda	250.808	212.789
Empréstimos	165.706	166.976
Empréstimos PCLD	167.206 (1.500)	168.458 (1.482)
Depósitos judiciais/recursais	3.672	3.589
Total de Investimentos	4.763.570	4.512.009

A rentabilidade consolidada dos planos em 2018 superou as metas previstas. Apesar da renda fixa ser o segmento com maior alocação nos planos, o principal segmento que proporcionou o bom desempenho foi a renda variável, seu retorno de 20,6% no ano foi determinante para superação das metas.

A Eletros mantém provisão de R\$ 2.688 mil em 2018 e 2017, procedimento que vem sendo adotado desde 2005, para absorver possíveis perdas com investimentos em Debêntures da empresa Ferreira Guimarães que está em liquidação judicial.

Gestão de Investimentos

A gestão de investimentos é feita de forma compartilhada, implicando na existência de solidariedade na aplicação dos recursos. Utiliza-se do método do cálculo de cotas para a segregação dos ativos e apuração da rentabilidade dos planos.

A entidade manifesta a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “Títulos mantidos até o vencimento”, dispondo, para tanto, de capacidade financeira, como tem sido atestado por ocasião da elaboração de suas políticas de investimentos.

A seguir, demonstramos a composição da carteira de investimentos por planos de benefícios e do PGA, consolidada a posição apresentada em seus fundos exclusivos.

Em 31.12.18

Investimentos	BD	CD		CV			Consolidado
	Eletrobrás	Eletrobrás	CERON	ONS	EPE	PGA	
Títulos Públicos	630.539	209.128	11.231	44.427	8.710	56.327	960.362
Créditos privados e depósitos	204.353	47.809	3.126	17.841	2.805	-	275.934
Ações	110.369	130.644	6.699	51.845	5.980	-	305.537
Fundos de investimentos	737.283	1.400.765	79.201	469.202	71.030	44.070	2.801.551
Investimentos imobiliários	181.937	68.871	-	-	-	-	250.808
Empréstimos e Financiamentos	94.766	52.974	-	16.631	1.335	-	165.706
Depósitos Judiciais	2.819	853	-	-	-	-	3.672
Total de Investimentos	1.962.066	1.911.044	100.257	599.946	89.860	100.397	4.763.570

Em 31.12.17

Investimentos	BD	CD		CV			Consolidado
	Eletrobrás	Eletrobrás	CERON	ONS	EPE	PGA	
Títulos Públicos	600.574	197.750	10.084	40.526	7.936	54.063	910.933
Créditos privados e depósitos	191.633	45.440	2.604	16.255	2.501	-	258.433
Ações	144.151	132.347	5.006	42.422	4.513	-	328.439
Fundos de investimentos	742.048	1.315.319	63.793	409.496	60.978	39.216	2.630.850
Investimentos imobiliários	154.358	58.431	-	-	-	-	212.789
Empréstimos e Financiamentos	98.048	53.766	-	14.227	935	-	166.976
Depósitos Judiciais	2.755	834	-	-	-	-	3.589
Total de Investimentos	1.933.567	1.803.887	81.487	522.926	76.863	93.279	4.512.009

6.1 Títulos Públicos e Créditos Privados e Depósitos

Os títulos e valores mobiliários foram classificados como “Títulos para negociação” estão avaliados pelo valor de mercado e os “Títulos Mantidos até o Vencimento” são avaliados pelo custo amortizado, pro rata dia até o vencimento.

Em observância ao Artigo 8º da Resolução CGPC nº4, de 30 de janeiro de 2002 estão indicados a seguir os valores dos títulos da carteira própria e os alocados em fundos de investimentos exclusivos, dos Planos de Benefícios e do PGA.

Demonstrativo, por prazo de vencimento, Consolidado dos Títulos Públicos e Créditos Privados e Depósitos:

Posição em 31.12.18					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado
Títulos Públicos					
NTN-B	11.442	74.117	130.079	348.957	564.595
NTN-C	-	-	-	326.613	326.613
LFT	-	69.154	-	-	69.154
LTN	-	-	-	-	-
Total de Títulos Públicos	11.442	143.271	130.079	675.570	960.362
Títulos Privados					
Debêntures	-	-	-	6.940	6.940
Letras Financeiras Subordinadas	71.581	-	-	-	71.581
Letras Hipotecárias	-	197.413	-	-	197.413
Total de Títulos Privados	71.581	197.413	-	6.940	275.934
Fundo de Investimento					
Operações Compromissadas	1.860.076	-	-	-	1.860.076
Títulos Públicos	42.792	76.826	169.292	-	288.910
Títulos Privados	70.313	207.678	-	-	277.991
Total	1.973.181	284.504	169.292	-	2.426.977
Total de Títulos	2.056.204	625.188	299.371	682.510	3.663.273

Posição em 31.12.17					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado
Títulos Públicos					
NTN-B (a)	-	50.470	156.300	330.468	537.238
LFT (c)	-	64.984	-	308.711	308.711
Total de Títulos Públicos	-	115.454	156.300	639.179	910.933
Títulos Privados					
Debêntures	-	-	-	5.316	5.316
Letras Financeiras Subordinadas	-	66.800	-	-	66.800
Letras Hipotecárias	-	186.317	-	-	186.317
Total de Títulos Privados	-	253.117	-	5.316	258.433
Fundo de Investimento					
Operações Compromissadas	2.095.551	-	-	-	2.095.551
Títulos Públicos	158	136.075	-	-	136.233
Títulos Privados	-	64.098	-	-	64.098
Total	2.095.709	200.173	-	-	2.295.882
Total de Títulos	2.095.709	568.744	156.300	644.495	3.465.248

- (a) Nota do Tesouro Nacional - Série B - Título indexado a variação do IPCA.
 (b) Nota do Tesouro Nacional - Série C - Título indexado a variação do IGP-M.
 (c) Letra Financeira do Tesouro - Título indexado a variação da SELIC.

6.1.1 Títulos para Negociação

a. Consolidado

Posição em 31.12.18					
	Prazo de Vencimento				Valor de Mercado
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	
Títulos Públicos					
NTN-B	-	-	-	77.796	77.796
LFT	-	69.154	-	-	69.154
Total de Títulos Públicos	-	69.154	-	77.796	146.950
Títulos Privados					
Debêntures	-	-	-	6.940	6.940
Letras Financeiras Subordinadas	71.581	-	-	-	71.581
Letras Hipotecárias	-	197.413	-	-	197.413
Total de Títulos Privados	71.581	197.413	-	6.940	275.934
Fundo de Investimento					
Operações Compromissadas	1.860.076	-	-	-	1.860.076
Títulos Públicos	42.792	76.826	169.292	-	288.910
Títulos Privados	70.313	207.678	-	-	277.991
Total	1.973.181	284.504	169.292	-	2.426.977
Total de Títulos	2.044.762	551.071	169.292	84.736	2.849.861

Posição em 31.12.17					
	Prazo de Vencimento				Valor de Mercado
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	
Títulos Públicos					
NTN-B	-	-	-	69.862	69.862
LFT	-	64.984	-	-	64.984
Total de Títulos Públicos	-	64.984	-	69.862	134.846
Títulos Privados					
Debêntures	-	-	-	5.316	5.316
Letras Financeiras Subordinadas	-	66.800	-	-	66.800
Letras Hipotecárias	-	186.317	-	-	186.317
Total de Títulos Privados	-	253.117	-	5.316	258.433
Fundo de Investimento					
Operações Compromissadas	2.095.551	-	-	-	2.095.551
Títulos Públicos	158	136.075	-	-	136.233
Títulos Privados	-	64.098	-	-	64.098
Total	2.095.709	200.173	-	-	2.295.882
Total de Títulos	2.095.709	518.274	-	75.178	2.689.161

b. Plano de Benefícios BD ELETROBRÁS

Posição em 31.12.18					
	Prazo de Vencimento				Valor de Mercado
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	
Títulos Privados					
Debêntures	-	-	-	6.940	6.940
Letras Hipotecárias	-	197.413	-	-	197.413
Total de Títulos Privados	-	197.413	-	6.940	204.353
Fundo de Investimento					
Operações Compromissadas	448.693	-	-	-	448.693
Títulos Públicos	9.552	17.150	37.790	-	64.492
Títulos Privados	18.673	59.737	-	-	78.410
Total	476.918	76.887	37.790	-	591.595
Total de Títulos	476.918	274.300	37.790	6.940	795.948

Posição em 31.12.17					
	Prazo de Vencimento				Valor de Mercado
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	
Títulos Privados					
Debêntures	-	-	-	5.316	5.316
Letras Hipotecárias	-	186.317	-	-	186.317
Total de Títulos Privados	-	186.317	-	5.316	191.633
Fundo de Investimento					
Operações Compromissadas	553.897	-	-	-	553.897
Títulos Públicos	69	17.941	-	-	18.010
Títulos Privados	-	16.114	-	-	16.114
Total	553.966	34.055	-	-	588.021
Total de Títulos	553.966	220.372	-	5.316	779.654

c. Plano de Benefícios CD ELETROBRÁS

Posição em 31.12.18					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado
Títulos Públicos					
NTN-B	-	-	-	51.959	51.959
LFT	-	30.623	-	-	30.623
Total de Títulos Públicos	-	30.623	-	51.959	82.582
Títulos Privados					
Letras Financeiras Subordinadas	47.809	-	-	-	47.809
Total de Títulos Privados	47.809	-	-	-	47.809
Fundo de Investimento					
Operações Compromissadas	951.800	-	-	-	951.800
Títulos Públicos	23.794	42.718	94.133	-	160.645
Títulos Privados	35.554	99.554	-	-	135.108
Total	1.011.148	142.272	94.133	-	1.247.553
Total de Títulos	1.058.957	172.895	94.133	51.959	1.377.944

Posição em 31.12.17					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado
Títulos Públicos					
NTN-B	-	-	-	47.523	47.523
LFT	-	28.776	-	-	28.776
Total de Títulos Públicos	-	28.776	-	47.523	76.299
Títulos Privados					
Letras Financeiras Subordinadas	-	45.440	-	-	45.440
Total de Títulos Privados	-	45.440	-	-	45.440
Fundo de Investimento					
Operações Compromissadas	1.064.279	-	-	-	1.064.279
Títulos Públicos	65	87.025	-	-	87.090
Títulos Privados	-	34.686	-	-	34.686
Total	1.064.344	121.711	-	-	1.186.055
Total de Títulos	1.064.344	195.927	-	47.523	1.307.794

d. Plano de Benefícios CV ONS

Posição em 31.12.18					
	Prazo de Vencimento				Valor de Mercado
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	
Títulos Públicos					
NTN-B	-	-	-	19.390	19.390
LFT	-	25.037	-	-	25.037
Total de Títulos Públicos	-	25.037	-	19.390	44.427
Títulos Privados					
Letras Financeiras Subordinadas	17.841	-	-	-	17.841
Total de Títulos Privados	17.841	-	-	-	17.841
Fundo de Investimento					
Operações Compromissadas	317.212	-	-	-	317.212
Títulos Públicos	7.089	12.727	28.045	-	47.861
Títulos Privados	11.151	32.171	-	-	43.322
Total	335.452	44.898	28.045	-	408.395
Total de Títulos	353.293	69.935	28.045	19.390	470.663

Posição em 31.12.17					
	Prazo de Vencimento				Valor de Mercado
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	
Títulos Públicos					
NTN-B	-	-	-	16.999	16.999
LFT	-	23.527	-	-	23.527
Total de Títulos Públicos	-	23.527	-	16.999	40.526
Títulos Privados					
Letras Financeiras Subordinadas	-	16.255	-	-	16.255
Total de Títulos Privados	-	16.255	-	-	16.255
Fundo de Investimento					
Operações Compromissadas	334.251	-	-	-	334.251
Títulos Públicos	20	23.673	-	-	23.693
Títulos Privados	-	10.120	-	-	10.120
Total	334.271	33.793	-	-	368.064
Total de Títulos	334.271	73.575	-	16.999	424.845

e. Plano de Benefícios CV EPE

Posição em 31.12.18					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado
Títulos Públicos					
NTN-B	-	-	-	3.049	3.049
LFT	-	5.661	-	-	5.661
Total de Títulos Públicos	-	5.661	-	3.049	8.710
Títulos Privados					
Letras Financeiras Subordinadas	2.805	-	-	-	2.805
Total de Títulos Privados	2.805	-	-	-	2.805
Fundo de Investimento					
Operações Compromissadas	49.680	-	-	-	49.680
Títulos Públicos	1.115	2.001	4.410	-	7.526
Títulos Privados	1.753	5.058	-	-	6.811
Total	52.548	7.059	4.410	-	64.017
Total de Títulos	55.353	12.720	4.410	3.049	75.532

Posição em 31.12.17					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado
Títulos Públicos					
NTN-B	-	-	-	2.616	2.616
LFT	-	5.320	-	-	5.320
Total de Títulos Públicos	-	5.320	-	2.616	7.936
Títulos Privados					
Letras Financeiras Subordinadas	-	2.501	-	-	2.501
Total de Títulos Privados	-	2.501	-	-	2.501
Fundo de Investimento					
Operações Compromissadas	51.368	-	-	-	51.368
Títulos Públicos	2	3.643	-	-	3.645
Títulos Privados	-	1.557	-	-	1.557
Total	51.370	5.200	-	-	56.570
Total de Títulos	51.370	13.021	-	2.616	67.007

f. Plano de Benefícios CD CERON

Posição em 31.12.18					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado
Títulos Públicos					
NTN-B	-	-	-	3.398	3.398
LFT	-	7.833	-	-	7.833
Total de Títulos Públicos	-	7.833	-	3.398	11.231
Títulos Privados					
Letras Financeiras Subordinadas	3.126	-	-	-	3.126
Total de Títulos Privados	3.126	-	-	-	3.126
Fundo de Investimento					
Operações Compromissadas	55.368	-	-	-	55.368
Títulos Públicos	1.242	2.230	4.914	-	8.386
Títulos Privados	1.954	5.637	-	-	7.591
Total	58.564	7.867	4.914	-	71.345
Total de Títulos	61.690	15.700	4.914	3.398	85.702
Posição em 31.12.17					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado
Títulos Públicos					
NTN-B	-	-	-	2.723	2.723
LFT	-	7.361	-	-	7.361
Total de Títulos Públicos	-	7.361	-	2.723	10.084
Títulos Privados					
Letras Financeiras Subordinadas	-	2.604	-	-	2.604
Total de Títulos Privados	-	2.604	-	-	2.604
Fundo de Investimento					
Operações Compromissadas	53.488	-	-	-	53.488
Títulos Públicos	2	3.793	-	-	3.795
Títulos Privados	-	1.621	-	-	1.621
Total	53.490	5.414	-	-	58.904
Total de Títulos	53.490	15.379	-	2.723	71.592

g. Plano de Gestão Administrativa (PGA)

Posição em 31.12.18					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado
Fundo de Investimento					
Operações Compromissadas	37.323	-	-	-	37.323
Títulos Privados	1.228	5.521	-	-	6.749
Total	38.551	5.521	-	-	44.072
Posição em 31.12.17					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado
Fundo de Investimento					
Operações Compromissadas	38.268	-	-	-	38.268
Total	38.268	-	-	-	38.268

6.1.2 Títulos Mantidos até o Vencimento

a. Consolidado

Posição em 31.12.18					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Custo Amortizado
Títulos Públicos					
NTN-B	11.442	74.117	130.079	271.161	486.799
NTN-C	-	-	-	326.613	326.613
Total de Títulos Públicos	11.442	74.117	130.079	597.774	813.412
Consolidado - títulos até o vencimento					
Posição em 31.12.17					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Custo Amortizado
Títulos Públicos					
NTN-B	-	50.470	156.300	260.606	467.376
NTN-C	-	-	-	308.711	308.711
Total de Títulos Públicos	-	50.470	156.300	569.317	776.087

b. Plano de Benefícios BD ELETROBRÁS

Posição em 31.12.18					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Custo Amortizado
Títulos Públicos					
NTN-B	-	8.947	96.078	198.901	303.926
NTN-C	-	-	-	326.613	326.613
Total de Títulos Públicos	-	8.947	96.078	525.514	630.539

Posição em 31.12.17					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Custo Amortizado
Títulos Públicos					
NTN-B	-	3.408	97.193	191.263	291.864
NTN-C	-	-	-	308.711	308.711
Total de Títulos Públicos	-	3.408	97.193	499.974	600.575

c. Plano de Benefícios CD ELETROBRÁS

Posição em 31.12.18					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Custo Amortizado
Títulos Públicos					
NTN-B	-	38.881	34.001	53.664	126.546
Total de Títulos Públicos	-	38.881	34.001	53.664	126.546

Posição em 31.12.17					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Custo Amortizado
Títulos Públicos					
NTN-B	-	24.680	45.277	51.493	121.450
Total de Títulos Públicos	-	24.680	45.277	51.493	121.450

d. *Plano de Gestão Administrativa (PGA)*

Posição em 31.12.18					
	Prazo de Vencimento				Custo Amortizado
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	
Títulos Públicos					
NTN-B	11.442	26.289	-	18.596	56.327
Total de Títulos Públicos	11.442	26.289	-	18.596	56.327

Posição em 31.12.17					
	Prazo de Vencimento				Custo Amortizado
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	
Títulos Públicos					
NTN-B	-	22.382	13.830	17.850	54.062
NTN-C					
Total de Títulos Públicos	-	22.382	13.830	17.850	54.062

6.2 **Ações**

a. *Carteira Consolidada*

	Exercício findo em	
	31.12.18	31.12.17
Carteira de Ações		
Instituições Financeiras	77.518	94.037
Companhias Abertas	226.192	232.260
Dividendos	135	34
Juros sobre Capital Próprio	1.692	2.108
Ações	305.537	328.439

b. *Carteira por Plano de Benefícios*

	Em 31.12.18					
	BD		CD		CV	
	Eletrobrás	Eletrobrás	CERON	ONS	EPE	Consolidado
Carteira de Ações						
Instituições Financeiras	28.001	33.146	1.700	13.154	1.517	77.518
Companhias Abertas	81.707	96.717	4.959	38.382	4.427	226.192
Dividendos	49	58	3	22	3	135
Juros sobre Capital Próprio	612	723	37	287	33	1.692
Total de Ações	110.369	130.644	6.699	51.845	5.980	305.537

Em 31.12.17

	BD		CD		CV		Consolidado
	Eletrobrás	Eletrobrás	CERON	ONS	EPE		
Carteira de Ações							
Instituições Financeiras	41.273	37.893	1.433	12.146	1.292		94.037
Companhias Abertas A Receber	101.938	93.591	3.540	29.999	3.192		232.260
Dividendos	15	14	1	4			34
Juros sobre Capital Próprio	925	849	32	273	29		2.108
Total de Ações	144.151	132.347	5.006	42.422	4.513		328.439

6.3 Fundo de Investimentos

As aplicações efetuadas pelos planos em cotas de fundos de investimento e fundos de investimentos, exclusivos ou não, são atualizadas em função do valor da cota de fechamento divulgado pelos respectivos administradores. A variação da diferença entre os valores das cotas e o de mercado é apropriada ao resultado.

EM 31.12.18

	BD	CD	CV	CD	CV	CD	CV	EPE	PGA	Consolidado
	Eletrobrás	Eletrobrás	ONS	CERON	EPE	PGA	Consolidado			
Investimentos										
Fundo de Renda Fixa	581.695	1.235.805	403.737	70.743	63.478	44.070	2.399.528			
Alfa Itaipava FIM Crédito Privado	475.386	791.025	255.713	44.806	40.205	44.070	1.651.205			
FIM Votorantim Geribá Multimercado	95.326	237.452	70.744	12.396	11.123	-	427.041			
Bradesco FIM Ipanema Crédito Privado	10.983	207.328	77.280	13.541	12.150	-	321.282			
Fundo de Ações	139.359	164.961	65.465	8.458	7.550	-	385.793			
GAP Arpoador IBRX Ativo FIA	97.255	115.120	45.686	5.903	5.269	-	269.233			
FIA SAO CONRADO	35.853	42.441	16.842	2.176	1.942	-	99.254			
GRUMARI FIA	6.251	7.400	2.937	379	339	-	17.306			
Fundo de Investimento em Participações	16.230	-	-	-	-	-	16.230			
Hamilton LN FICFIP	16.230	-	-	-	-	-	16.230			
Total	737.284	1.400.766	469.202	79.201	71.028	44.070	2.801.551			

Em 31.12.17

	BD		CD		CV			Consolidado
	Eletrobrás	Eletrobrás	Eletrobrás	CERON	ONS	EPE	PGA	
Investimentos								
Fundo de Renda Fixa	583.368	1.181.778	58.742		366.692	56.425	39.216	2.286.221
Alfa Itaipava FIM Crédito Privado	546.324	853.649	41.731		260.501	40.085	39.216	1.781.506
FIM Votorantim Geribá Multimercado	26.718	129.600	5.647		35.254	5.425	-	202.644
Bradesco FIM Ipanema Crédito Privado	10.326	198.529	11.364		70.937	10.915	-	302.071
Fundo de Ações	145.451	133.541	5.051		42.804	4.553		331.400
GAP Arpoador IBRX Ativo FIA	117.066	107.480	4.065		34.451	3.665	-	266.727
FIA SAO CONRADO	14.195	13.033	493		4.177	444	-	32.342
GRUMARI FIA	14.190	13.028	493		4.176	444	-	32.331
Fundo de Investimento em Participações	13.229	-	-		-	-	-	13.229
Hamilton LN FICFIP	13.229	-	-		-	-	-	13.229
Total	742.048	1.315.319	63.793		409.496	60.978	39.216	2.630.850

6.4 Investimentos Imobiliários

As aplicações em investimentos imobiliários são efetuadas pelo Plano BD Eletrobrás (participação de 72,54%) e pelo Plano CD Eletrobrás (participação de 27,46%).

Imóveis	Reavaliação	Exercício findo em	
		31.12.18	31.12.17
Localização			
Uso próprio:		9.000	8.553
Rua Uruguaiana nº 174 - RJ (Edifício Metropolitan Center)	Dezembro/2018	9.000	8.553
Locados às patrocinadoras:		182.158	142.517
Avenida Presidente Vargas nº 409 - RJ (Edifício Herm Stoltz)	Dezembro/2017	64.832	65.520
Avenida Marechal Floriano nº 19 - RJ (Edifício Vital Brazil)	Dezembro/2017	9.758	9.880
Avenida Presidente Vargas nº 417 - RJ (Edifício Central)	Dezembro/2017	6.166	6.180
Rua da Quitanda nº 196 - RJ (Edifício Mário Bhering)	Dezembro/2018	101.402	60.937
Locados a terceiros:		57.253	58.460
Avenida Presidente Vargas nº 642 - RJ (Edifício Belacap)	Dezembro/2017	57.253	58.460
Valores a receber		2.397	3.259
Total		250.808	212.789

6.4.1 Reavaliação de Imóveis

No exercício de 2018 a Entidade promoveu a avaliação dos imóveis do Edifício Metropolitan Center e do Edifício Mário Bhering, pela empresa CCA - Câmara de Consultores Associados, cujos laudos técnicos foram elaborados observando as normas legais aplicáveis.

O resultado positivo das reavaliações de 2018 gerou um acréscimo de R\$ 5.955 mil.

	Valor Reavaliado	Valor Contábil	Ajuste	Empresa Avaliadora	Vida útil Remanescente
-					
Uso Próprio					
Edifício Metropolitan Center Rua Uruguaiana nº 174 - RJ	9.000	8.319	681	CCA	32 anos
Total	9.000	8.319	681		
Locadas a Terceiros					
Edifício Mário Bhering Rua da Quitanda, 196 - RJ	94.329	89.055	5.274	CCA	40 anos
Total	94.329	89.055	5.274		
Total Imóveis Reavaliado	103.329	97.374	5.955		

CCA - Câmara de Consultores Associados

O imóvel do Edifício Mário Bhering foi locado para a patrocinadora Eletrobras e ocorreram benfeitorias para atender às suas necessidades de ocupação. No exercício ocorreram benfeitorias no referido imóvel no montante de R\$ 37.538.

7 Realizável - Gestão assistencial

Registra as atividades de controle das contribuições e dos benefícios, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza assistencial.

Os planos assistenciais à saúde, com registro e em situação ativa na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS mantêm sua contabilidade segregada dos planos de benefícios.

Desta forma, a transparência, a identificação e a independência do patrimônio são mantidas, conforme determinação normativa do agente regulador, bem como o desdobramento analítico das contas, de acordo com a planificação contábil estabelecida pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

8 Exigível operacional - Gestão previdencial

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a gestão previdencial pode ser assim resumida:

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.18	31.12.17
Contas a pagar	761	751
IRRF a recolher	6.404	5.939
Retenções a recolher	21	56
Total	7.186	6.746

9 Exigível operacional - Gestão administrativa

Registram os compromissos a pagar assumidos pela Eletros relativos a gestão administrativa, como segue:

Descrição		Exercício findo em	
		31.12.18	31.12.17
Contas a pagar	(a)	7.432	7.070
Retenções a recolher		638	632
Receita Antecipadas	(b)	908	1.348
Outras exigibilidades	(c)	<u>1.342</u>	<u>1.196</u>
Total		<u>10.320</u>	<u>10.246</u>

- (a) Refere-se preponderantemente a provisão de férias e de remuneração variável dos empregados.
- (b) Referem-se aos recursos oriundos do convênio com o Banco Santander, que tem como contrapartida a centralização, naquele banco, dos pagamentos de benefícios dos assistidos e de salários dos empregados da Eletros.
- (c) Refere-se a seguro de vida dos aposentados.

10 Exigível contingencial

10.1 Contingências - Perda Provável

As provisões decorrentes dos processos com chance de perda provável estão apresentadas no quadro a seguir, o qual demonstra a composição das provisões contingenciais. Essas provisões registram ocorrências de fatos que serão objeto de decisões e que, provavelmente, irão gerar desembolsos futuros, e estão compostas por contingências de natureza previdencial, trabalhista, cível e fiscal. Uma provisão deve ser reconhecida quando: (i) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada, sendo obrigação legal aquela que deriva de contrato, legislação ou outra ação da Lei) como resultado de evento passado; (ii) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.18	31.12.17
Gestão Previdencial	<u>11.097</u>	<u>12.758</u>
Aposentadorias	91	87
Processos Cíveis e Trabalhistas	10.107	10.744
Processos Trabalhistas	899	1.927
Gestão Administrativa	<u>19.677</u>	<u>17.103</u>
Contingências Tributárias	19.429	16.728
Outros processos	248	375
Investimentos	<u>3.672</u>	<u>3.590</u>
Tributárias IN SRF 170	3.115	3.048
RET	556	541
Outros Processos	<u>1</u>	<u>1</u>
Total	<u>34.446</u>	<u>33.451</u>

10.1.1 Contingências da Gestão Previdencial

De acordo com orientações dos advogados da Eletros e também considerando a análise detalhada dos processos ativos realizada pela divisão jurídica da Eletros, foram constituídas provisões relativas aos processos judiciais movidos por participantes assistidos contra a Eletros. Houve variação nos valores contingenciados ao longo do ano de 2018 em razão de mudança no prognóstico de alguns processos com decisão desfavorável à ELETROS. Outrossim, foram apresentados novos cálculos, seja pelas partes, pelo perito do juízo ou pelo assistente técnico da ELETROS, pois os processos a eles referentes entraram em fase de execução, sendo necessária a liquidação dos valores, antes inviável, pois dependentes de divergências apresentadas que precisavam ser resolvidas pelo Juízo.

10.1.2 Contingências da Gestão administrativa

Referem-se a provisões destinadas a cobrir eventuais perdas com contingências cíveis e tributárias, das quais as principais são o Programa de Integração Social (PIS) R\$ 2.666 mil (R\$ 2.287 mil em 2017) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) R\$ 15.320 mil (R\$ 13.092 mil em 2017).

10.1.3 Contingências de investimentos

Referem-se a provisões destinadas a cobrir eventuais perdas com contingências relacionadas principalmente ao Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e ao Regime Especial de Tributação (RET).

11 Passivos e ativos contingentes

11.1 Passivos Contingentes

Os processos com probabilidade de perda possível representam o montante de R\$ 1.968 mil (R\$ 1.353 mil em 2017) e envolvem discussões fiscais, administrativas, ações judiciais de natureza previdencial, trabalhista e cível.

11.2 Ativo Contingente - OFND

Ação ordinária n. 0123902-36.1991.4.02.5101, ajuizada pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - ABRAPP em face do Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e da União Federal, objetivando o refazimento dos cálculos relacionados à atualização do valor das Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFND e, conseqüentemente, dos respectivos rendimentos. O trânsito em julgado do mérito ocorreu em 28/09/2008 e o processo entrou na fase de execução. Em 28/11/2013 o Juízo determinou que as entidades beneficiadas pela decisão judicial deveriam ajuizar ações de liquidação, com menor grupo de autores por processo, em que deveriam comprovar as obrigações adquiridas. Embasada na opinião dos assessores jurídicos, a ABRAPP classificou a probabilidade de êxito como "provável" e não como "praticamente certo", em função de não existir uma data prevista para o seu recebimento e considerando que a mensuração dos valores ainda vai ser alvo de discussão entre as partes. Foi distribuída ação sob o nº 0145862-08.2015.4.02.5101, na 4ª Vara Federal, em 27/11/2015, de autoria da ABRAPP, tendo a ELETROS como litisconsorte ativa, além de outros fundos de pensão. Foi atribuído valor à causa de R\$ 1.474.206.593,22. O processo encontra-se em fase inicial, com apresentação de contestação pela União, juntada em 29/07/2016, e determinação de produção de prova pericial contábil em 04/11/2016 e fixação de honorários periciais em 31/01/2018, depositados pelas partes. Em 31/08/2018 determinou-se a intimação da perita para ciência e a intimação das partes para indicação de assistente técnico e apresentação de quesitos, diligências essas cumpridas pelas partes. Ainda não é possível informar o valor atualizado devido à ELETROS, por esse motivo não há registro contábil sendo necessário aguardar o fim da liquidação para tal. As principais peças processuais e demais documentos das ações em referência estão disponíveis no portal da ABRAPP, no endereço: <http://www.abrapp.org.br>.

12 Provisões matemáticas

As provisões matemáticas foram constituídas com base em cálculos elaborados por atuários responsáveis pelos planos.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as provisões matemáticas possuíam a seguinte composição consolidada:

	<u>Exercício findo em</u>	
	31.12.18	31.12.17
Provisões Matemáticas	3.823.799	3.372.186
Benefícios concedidos	3.823.799	3.372.186
Contribuição definida	921.151	684.443
Benefício definido	2.902.648	2.687.743
Benefícios a conceder	1.590.344	1.686.981
Contribuição definida	1.351.107	1.385.564
Benefício definido	239.237	301.417
Provisões matemáticas a constituir	(651.812)	(95.659)
(-) Serviço passado	(45.364)	(70.994)
Patrocinadora Eletrobrás	(24.000)	(44.923)
Atividade Especial e Processos Judiciais	(21.364)	(26.071)
(-) Déficit equacionado	(606.448)	(24.665)
Total	4.762.331	4.963.508

12.1 Benefícios concedidos

Registram o valor atual dos compromissos correspondentes aos benefícios concedidos deduzidos das contribuições a receber dos beneficiados, no caso do plano de benefício definido. No caso de Planos CD/CV, corresponde ao somatório dos saldos individuais dos assistidos, desde que o assistido não esteja em gozo de Renda Vitalícia.

12.2 Benefícios a conceder

Registram a totalidade dos recursos efetivamente acumulados pelos participantes, no caso dos planos CD/CV. No caso de planos de benefício definido, corresponde ao valor presente do compromisso futuro com os atuais ativos do Plano, descontado o valor presente das contribuições normais a serem pagas até a aposentadoria.

12.3 Provisões matemáticas a constituir/(-) Serviço passado

Registram o valor atual das contribuições extraordinárias futuras, referentes a serviço passado das patrocinadoras. Com a seguinte composição:

Patrocinadora Eletrobras

Serviço Passado correspondente à parcela do valor presente dos benefícios já concedidos, após o fechamento do Plano BD Eletrobrás a novas adesões, não coberta pelo patrimônio garantidor.

Atividade especial e Processos Judiciais

Registram os valores a serem aportados pelas patrocinadoras referentes às reservas destinadas a aposentadorias com tempo de contribuição em atividade especial reconhecida pela Previdência Social e das recomposições de reservas em função das demandas judiciais, no montante de R\$ 21.364 mil em 2018 (R\$ 26.071 mil em 2017), Distribuídos da seguinte forma:

Patrocinadoras:	Plano de Benefícios	Exercício findo em	
		31.12.18	31.12.17
ELETROBRAS	BD	11.121	18.969
ELETROBRAS	CD	2.577	370
CEPEL	BD	-	-
CEPEL	CD	7.666	6.732
Total		21.364	26.071

12.4 Provisões matemáticas a constituir/(-) Déficit equacionado

Registram o valor atual das contribuições extraordinárias futuras, referente à *Déficit Técnico* no montante de R\$ 606.448 mil em 2018 (R\$ 24.665 mil em 2017), equacionado paritariamente, pelos patrocinadores, participantes e assistidos, através de contribuições extraordinárias, determinadas por avaliação atuarial, distribuídos da seguinte forma:

Descrição:	Plano de Benefícios	Exercício findo em	
		31.12.18	31.12.17
Déficit Equacionado	BD	(606.448)	(24.665)
Total		(606.448)	(24.665)

Plano de Benefício Definido - BD ELETROBRÁS

Dos R\$ 606.448 mil temos que:

Descrição	31.12.2018
(a) Deficit Equacionado exercício 2011	(19.792)
(b) Deficit Equacionado exercício 2013	(357.394)
(c) Deficit Equacionado exercício 2015	(229.262)
Total	(606.448)

12.5 Premissas atuariais e composição das provisões matemáticas por plano de benefícios

As premissas e hipóteses atuariais estão adequadas à massa de participantes do plano, aos normativos legais, inclusive com a Resolução CNPC nº15, de 19/11/2014, publicada no Diário Oficial em 24/11/2014.

Plano BD Eletrobrás		
	31.12.18	31.12.17
Taxa real anual de Juros	5,64% a.a.	5,65% a.a.
Taxa de Rotatividade (Ativos)	Nula	Nula
Taxa de Crescimento Salarial (Ativos)	1,00% a.a.	1,00% a.a.
Taxa de Crescimento de Benefícios (Assistidos)	0,00% a.a.	0,00% a.a.
Capacidade Salarial	98%	97%
Capacidade de Benefício	98%	97%
Tábua Geral	AT 2000 M&F suavizada em 10%	AT 2000 Básica-M&F
Tábua de Entrada em Invalidez	Light Fraca	Light Fraca
Tábua Sobrevida de Inválidos	RRB-1983	RRB-1983
Hipótese sobre Composição Familiar	Família Real (*)	Família Real (*)

(*) Para os ativos adota-se hipótese de que 70% (75% em 2017) dos participantes são casados e que as mulheres são 6 anos (4 anos em 2017) mais jovens que os homens. Para os assistidos é adotada a composição familiar real declarada pelo mesmo.

12.5.1 Composição das Provisões Matemáticas - Plano BD Eletrobrás

	Exercício findo em	
	31.12.18	31.12.17
Provisões Matemáticas	2.110.667	2.528.726
Benefícios concedidos	2.565.857	2.405.001
Benefício definido	2.565.857	2.405.001
Benefício a conceder	186.379	212.281
Benefício definido	186.379	212.281
(-) Provisões Matemáticas a constituir	(641.569)	(88.556)
(-) Serviço passado	(35.121)	(63.891)
(-) Patrocinador(es)	(35.122)	(63.891)
Atividade Especial	(11.121)	(18.968)
Artigo 61 Adicional 2011	(24.000)	(44.923)
(-) Deficit equacionado	(606.448)	(24.665)
(-) Deficit Equacionado 2011	(19.792)	(24.665)
(-) Patrocinador(es)	(4.242)	(8.188)
(-) Participantes	(1.274)	(2.184)
(-) Assistidos	(14.276)	(14.293)
(-) Deficit Equacionado - Equacionamento 2013	(357.394)	-
(-) Patrocinador(es)	(108.076)	-
(-) Participantes	(22.339)	-
(-) Assistidos	(226.979)	-
(-) Deficit Equacionado 2015	(229.262)	-
(-) Patrocinador(es)	(47.687)	-
(-) Participantes	(14.108)	-

	Exercício findo em	
	31.12.18	31.12.17
(-) Assistidos	(167.467)	-
Equilíbrio Técnico	(164.581)	(603.895)
Resultados Realizados	(164.581)	(603.895)
(-) <i>Deficit técnico acumulado</i>	(164.581)	(603.895)

Os Planos de Equacionamento de 2013 e 2015 utilizaram, como base regulamentar, o artigo 61 do Regulamento do Plano BD Eletrobrás, o qual atribui à patrocinadora Eletrobras a responsabilidade exclusiva do pagamento das contribuições previdenciárias extraordinárias relativas ao grupo de assistidos, denominados “blindados”, e que estariam, portanto, desobrigados do pagamento.

O artigo 61 foi objeto de questionamento da SEST durante a fase de análise do Plano de Equacionamento do Déficit de 2013. O entendimento da Secretaria era de que a patrocinadora não podia assumir a responsabilidade exclusiva de pagamento de contribuições extraordinárias sem paridade com os assistidos.

O assunto foi submetido à análise da PREVIC, órgão de supervisão das entidades de previdência complementar, que respondeu à SEST corroborando as conclusões do parecer jurídico elaborado pelo órgão de assessoria da Advocacia Geral da União - Conjur/AGU que classificara o artigo 61 do Plano BD Eletrobrás como inconstitucional e ilegal.

A resposta da PREVIC fundamentou a decisão da SEST de não aprovar os Planos de Equacionamento de 2013 e 2015, recomendando à patrocinadora Eletrobras, providências junto à ELETROS para viabilizar um Termo de Ajustamento de Conduta (“TAC”) no âmbito da PREVIC.

Na 333ª reunião do Conselho Deliberativo - CDE, realizada em 01/12/2017, foi aprovada, por maioria, a avaliação e a implantação das recomendações da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC - de forma a atender à legislação aplicável e às orientações emanadas destes órgãos de controle. Dessa forma, o CDE aprovou que fossem refeitos os Planos de Equacionamento de 2013 e 2015 no Termo de Ajustamento de Conduta - TAC. A questão central desta decisão está relacionada ao artigo 61 do Plano BD Eletrobrás, que foi a base regulamentar utilizada na elaboração dos Planos de Equacionamento de 2013 e 2015 para atribuir à patrocinadora Eletrobras a responsabilidade exclusiva do pagamento das contribuições previdenciárias extraordinárias relativas ao grupo de assistidos, denominados “blindados”, e que estariam, portanto, desobrigados do pagamento.

Adicionalmente, em 26 de dezembro de 2017, a PREVIC, através do Ofício nº 244/2017/ERRJ/DISFIS/PREVIC, determinou que a Entidade efetuasse os ajustes necessários em seus planos de equacionamento de déficit vigentes em 60 dias, haja vista a nulidade do parágrafo segundo do artigo 61.

Na reunião do Conselho Deliberativo da Eletros em 02/02/2018 foi aprovada a minuta do Termo de Ajuste de Conduta (TAC) e seu encaminhamento a Previc para a sua aprovação. Adicionalmente, foi aprovada a suspensão da cobrança da contribuição extraordinária referente ao equacionamento dos deficits de 2013 e 2015 para assistidos, patrocinadores, ativos, participantes em benefício proporcional diferido e pensionistas, a partir de abril/2018 até que fosse aprovado o Termo de Ajuste de Conduta negociado com a PREVIC. Nessa mesma reunião foi aprovada a manutenção das contribuições extraordinárias referentes ao deficit de 2011.

Em 11 de fevereiro de 2019, foi publicada a aprovação do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC no Diário Oficial da União, celebrado entre Previc e ELETROS (Ver Nota Explicativa 17).

A redução do Déficit técnico acumulado em 31 de dezembro de 2018 refere-se, substancialmente, à transferência dos saldos relativos aos déficits técnicos acumulados até os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2015 para a rubrica "Provisões Matemáticas a Constituir". A Administração da Eletros, amparada no parecer atuarial elaborado por atuário externo contratado, promoveu tal transferência por entender que evidencia de maneira apropriada a situação atual, uma vez que os novos planos de equacionamento foram aprovados pelo Conselho Deliberativo da Fundação, contemplando as alterações previstas no Termo de Ajustamento de Conduta celebrado entre Previc e Eletros (TAC) - supracitado.

12.5.2 Composição das Provisões Matemáticas - Plano CD Eletrobrás

Plano CD Eletrobrás		
	31.12.18	31.12.17
Taxa real anual de Juros	5,25% a.a.	5,25% a.a.
Tábua Geral	AT 2000 M&F suavizada em 10%	AT 2000 Básica - M&F
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo Americana	Grupo Americana
Tábua Mortalidade de Inválidos	AT 49	AT 49
Hipótese sobre Composição Familiar	(*)	(*)

(*) No cálculo do benefício é utilizada a composição familiar real declarada pelo mesmo para todos, com exceção dos benefícios BPDS. Para a Parcela BPDS: Para os ativos adota-se hipótese de que 85% dos participantes são casados e que as mulheres são 4 anos mais jovens que os homens. Para assistidos os beneficiários dos participantes que optaram por este benefício serão os mesmos reconhecidos pela Previdência Oficial.

OBS 1: No BPDS e na Renda Vitalícia o Reajuste dos Benefícios se dá pelo Indexador Atuarial do Plano - IAP, definido no artigo 50 - XXVI, atualmente o INPC do IBGE aplicado com um mês de defasagem. O reajuste dos benefícios dos demais aposentados se dá pelo recálculo anual.

	Exercício findo em	
	31.12.18	31.12.17
Provisões Matemáticas	1.880.487	1.770.397
Benefícios concedidos	1.147.486	884.672
Contribuição definida	810.696	601.930
Benefício definido	336.790	282.742
Benefício a conceder	743.241	892.880
Contribuição definida	690.384	803.744
Saldo de contas - Parcela patrocinadora/instituidor	385.727	483.825
Saldo de contas - Parcela participantes	304.657	319.919
Benefício definido	52.857	89.136
(-) Provisões Matemáticas a constituir	(10.242)	(7.155)
(-) Serviço passado	(10.242)	(7.155)
(-) Patrocinador(es)	(10.242)	(7.155)
Equilíbrio Técnico	(13.370)	(3.952)
Resultados Realizados	(13.370)	(3.952)
(-) Déficit técnico acumulado	(13.370)	(3.952)

O resultado apresentado, Déficit Técnico, foi de R\$ 13.370 e foi calculado considerando a Resolução CNPC nº 22 de 25/11/2015. Desse valor, R\$ 13.420 mil referem-se à Parcela BPDS, enquanto a Parcela de Renda Vitalícia apresentou um resultado positivo de R\$ 50 mil.

Ressaltamos que, com exceção das Parcelas "BPDS" e "Renda Vitalícia", as Provisões Matemáticas deste Plano são constituídas apenas pelo saldo de conta dos participantes ativos e assistidos.

12.5.3 Composição das Provisões Matemáticas Plano CV ONS

Plano CV ONS		
	31.12.18	31.12.17
Taxa real anual de Juros	5,25% a.a. AT 2000 M&F suavizada	5,25% a.a.
Tábua Geral	em 10%	AT 2000 Básica - M&F
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo Americana	Grupo Americana
Tábua Mortalidade de Inválidos	AT 49	AT 49
Hipótese sobre Composição Familiar	(*)	(*)

(*) Será utilizada a estrutura de beneficiários definida pelos participantes.

	Exercício findo em	
	31.12.18	31.12.17
Provisões Matemáticas	<u>589.982</u>	<u>514.265</u>
Benefícios concedidos	<u>98.673</u>	<u>72.860</u>
Contribuição definida	98.673	72.860
Benefício a conceder	<u>491.309</u>	<u>441.405</u>
Contribuição definida	<u>491.309</u>	<u>441.405</u>
Saldo de contas - Parcela patrocinadora/instituidor	221.152	198.846
Saldo de contas - Parcela participantes	270.157	242.559

12.5.4 Composição das Provisões Matemáticas Plano CV EPE

Plano CV EPE		
	31.12.18	31.12.17
Taxa real anual de Juros	5,25% a.a.	5,25%
Tábua Geral	AT 2000 M&F suavizada em 10%	AT 2000 Básica - M&F
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo Americana	Grupo Americana
Tábua Mortalidade de Inválidos	AT 49	AT 49
Hipótese sobre Composição Familiar	(*)	(*)

(*) Será utilizada a estrutura de beneficiários definida pelos participantes.

	Exercício findo em	
	31.12.18	31.12.17
Provisões Matemáticas	86.346	73.055
Benefícios concedidos	9.537	7.268
Contribuição definida	9.537	7.268
Benefício a conceder	76.809	65.787
Contribuição definida	76.809	65.787
Saldo de contas - Parcela patrocinadora/instituidor	35.422	30.069
Saldo de contas - Parcela participantes	41.387	35.718

12.5.5 Composição das Provisões Matemáticas Plano CD CERON

Plano CD CERON		
	31.12.18	31.12.17
Taxa real anual de Juros	4,40% a.a.	4,40% a.a.
Tábua Geral	AT 2000 M&F suavizada em 10%	AT 2000 Básica - M&F
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo Americana	Grupo Americana
Tábua Mortalidade de Inválidos	AT 49	AT 49
Hipótese sobre Composição Familiar	Não Aplicável	Não Aplicável

(*) Será utilizada a estrutura de beneficiários definida pelos participantes.

	Exercício findo em	
	31.12.18	31.12.17
Provisões Matemáticas	94.848	77.013
Benefícios concedidos	2.244	2.385
Contribuição definida	2.244	2.385
Benefício a conceder	92.604	74.629
Contribuição definida	92.604	74.628
Saldo de contas - Parcela patrocinadora/instituidor	45.566	36.648
Saldo de contas - Parcela participantes	47.038	37.980

Houve considerável aumento das Provisões Matemáticas em função da rentabilidade positiva no período, conforme mencionado na nota explicativa número 6.

13 Fundos

13.1 Fundos previdenciais

	Exercício findo em	
	31.12.18	31.12.17
Fundos previdenciais	31.12.18	31.12.17
Fundo de risco	48.858	43.114
Fundo de reversão do Patrocinador	3.779	2.963
Total	52.637	46.077

Para o Plano CD Eletrobrás:

Conforme previsão regulamentar e em consonância com a nota técnica vigente, foi instituído, em 31/12/2016, o Fundo de Reversão do Patrocinador constituído por:

- Créditos oriundos das sobras do saldo da Conta Básica de Patrocinador que não forem objeto de Resgate a partir de 1º de janeiro de 2017.

A utilização do Fundo de Reversão do Patrocinador deverá ser definida no plano de custeio anual, aprovada pelo Conselho Deliberativo e embasada no Parecer Atuarial da Demonstração Atuarial anual.

O Fundo de Riscos é constituído por:

- Créditos oriundos das Contribuições para os Benefícios não Programáveis de Participante e Patrocinador, deduzidos os pagamentos crédito adicional por invalidez e crédito adicional por morte;

- Eventual resíduo do crédito adicional, na hipótese de cessação da percepção do Benefício de Renda por Invalidez;
- Saldo existente na Conta Individual Global, na hipótese de inexistência de beneficiários, e após o decurso de 5 (cinco) anos, contados da data do óbito do participante;
- Demais recursos/despesas auferidos pelo Plano CD Eletrobrás que não se enquadrem em qualquer um dos demais Fundos deverão ser alocados neste Fundo, por exemplo: juros e multas (se cabíveis), diferença de valores (previsto/realizado) em função de variações na cota, entre outros.

Plano CV EPE:

Conforme previsão regulamentar e em consonância com a nota técnica vigente, foi instituído, em 31/12/2016, o Fundo de Reversão do Patrocinador constituído por:

- Créditos oriundos das sobras do saldo da Conta Básica de Patrocinador que não foram objeto de Resgate.
- Créditos oriundos de prestações mensais de benefícios consideradas prescritas, ou seja, não requeridas no prazo de 5 (cinco) anos contados a partir da data em que forem devidas.

O saldo deste Fundo tem o objetivo de equacionar a parcela do Patrocinador de um eventual déficit futuro e/ou redução da contribuição de responsabilidade do Patrocinador.

O Fundo de Riscos é constituído por:

- Créditos oriundos das Contribuições para os Benefícios não Programáveis de Participante e Patrocinador, deduzidos os pagamentos de pecúlio por morte, pecúlio por invalidez e pagamentos de prêmios à seguradora contratada para administração desses riscos, conforme o caso;
- Demais recursos/despesas auferidos pelo Plano EPE que não se enquadrem em qualquer um dos demais Fundos deverão ser alocados neste Fundo, por exemplo: juros e multas (se cabíveis), diferença de valores (previsto/realizado) em função de variações na cota, entre outros.

Plano CV ONS:

Conforme previsão regulamentar e em consonância com a nota técnica vigente, foi instituído, em 31/12/2016, o Fundo de Reversão do Patrocinador constituído por:

- Créditos oriundos das sobras do saldo da Conta Básica de Patrocinador que não foram objeto de Resgate a partir de 05 de outubro de 2016. O saldo deste Fundo tem o objetivo de equacionar a parcela do Patrocinador de um eventual déficit futuro.

Em consonância com a nota técnica vigente, o Fundo de Riscos é constituído por:

- Créditos oriundos das Contribuições para os Benefícios não Programáveis de Participante e Patrocinador, deduzidos os pagamentos de Pecúlios e Complementação de Auxílio Doença ou para pagamento de prêmio à seguradora contratada para administração desse risco, conforme o caso;
- Saldo existente na Conta Individual Global e na Subconta Individual Global, na hipótese de inexistência de beneficiários, e após o decurso de 5 (cinco) anos, contados da data do óbito do participante;
- Demais recursos/despesas auferidos pelo Plano CV ONS que não se enquadrem em qualquer um dos demais Fundos deverão ser alocados neste Fundo, por exemplo: juros e multas (se cabíveis), diferença de valores (previsto/realizado) em função de variações na cota, entre outros.

Plano CD CERON:

Conforme previsão regulamentar e em consonância com a nota técnica vigente, foi instituído, em 31/12/2016, o Fundo de Reversão do Patrocinador constituído por:

- Créditos oriundos das sobras do saldo da Conta Básica de Patrocinador que não foram objeto de Resgate.
- Créditos oriundos de prestações mensais de benefícios consideradas prescritas, ou seja, não requeridas no prazo de 5 (cinco) anos contados a partir da data em que forem devidas.

O saldo deste Fundo tem o objetivo de equacionar a parcela do Patrocinador de um eventual déficit futuro e/ou reduzir a contribuição de responsabilidade do Patrocinador.

O Fundo de Riscos é constituído por:

- Créditos oriundos das Contribuições para os Benefícios não Programáveis de Participante e Patrocinador, deduzidos os pagamentos de pecúlio por morte, pecúlio por invalidez e pagamentos de prêmios à seguradora contratada para administração desses riscos, conforme o caso;
- Demais recursos/despesas auferidos pelo Plano CD Ceron que não se enquadrem em qualquer um dos demais Fundos deverão ser alocados neste Fundo, por exemplo: juros e multas (se cabíveis), diferença de valores (previsto/realizado) em função de variações na cota, entre outros.

13.2 Fundo da Gestão Administrativa

O fundo da gestão administrativa se destina a cobrir os gastos relativos ao custeio administrativo da Eletros sendo constituído pela diferença entre as receitas (taxas de administração do ativo, taxas de carregamento previdencial, ressarcimentos de despesas operacionais e outras receitas) e as despesas administrativas.

Da rentabilidade auferida pelo fundo administrativo do PGA, no valor de R\$ 8.100 mil em 2018 (R\$ 8.073 mil em 2017) foram usados no custeio R\$ 1.334 mil em 2018 (R\$ 4.499 mil em 2017), o que permitiu que o valor remanescente fosse transferido para reforço do saldo do fundo, que atingiu em 31 de dezembro o montante de R\$ 100.270 mil em 2017 (R\$ 93.504 mil em 2017).

As despesas Administrativas da Eletros no exercício de 2018 e 2017 foram rateadas entre as gestões a partir da ponderação do tempo médio anual de alocação dos empregados nas gestões e o custo do grupo Pessoal e Encargos de cada área na matriz do rateio.

O rateio das despesas administrativas Previdenciais foi baseado no número de participantes de cada plano de benefícios da Eletros, com a utilização de um critério de ponderação que atribui pesos de acordo com a categoria dos participantes nos respectivos planos de benefícios, considerando-se o grau de dificuldade e/ou volume de trabalho, dadas as suas características e operacionalidade. Consideramos também no critério o tempo de maturação dos planos de benefícios.

Para o rateio das despesas administrativas de investimentos foi utilizado o critério que baseia-se no patrimônio de cada plano proporcional à totalidade dos recursos garantidores administrados pela ELETROS.

13.3 Fundo dos investimentos

O fundo dos investimentos, denominado fundo garantidor de empréstimos tem como fonte de recursos a taxa prestamista e a rentabilidade do próprio fundo, é constituído para fazer face à quitação dos empréstimos concedidos aos participantes na eventualidade de seu falecimento. O montante desse fundo em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 14.843 mil (R\$ 11.955 mil em 2017).

14 Outras informações

14.1 Ajustes de precificação de ativos

Com a divulgação das Resoluções CNPC nº 15 e nº 16, ambas de 19 de novembro de 2014, a PREVIC divulgou a Instrução nº 19, de 05 de fevereiro de 2015 contemplando as seguintes abordagens: duração do passivo, taxa de juros parâmetro e o ajuste de precificação de ativos.

Complementando as regras contidas na Resolução nº 16/2014, a Instrução nº 19/2015 dispõe sobre os critérios a serem seguidos pelas EFPC para a realização de precificação de ativo, para os títulos que estejam classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento.

A Fundação adotou o ajuste de precificação para o Plano de Benefícios BD ELETROBRAS, conforme demonstramos abaixo:

Ajuste de precificação							
<u>NTN-B</u>							
Vencido	Qtdes	Taxa	PU Curva do Papel	Valor Curva	PU Curva 5,64%	Valor Curva 5,64%	Diferença
15/05/55	10.000	6,8614	2,8315	28.315	3,3595	33.595	5.280
15/08/50	11.400	6,5181	3,0193	34.420	3,3969	38.725	4.305
15/08/50	3.600	6,0990	3,1905	11.486	3,3969	12.230	744
15/08/40	30.000	6,4900	3,0571	91.713	3,3697	101.090	9.377
15/05/35	10.000	5,6587	3,2968	32.968	3,3030	33.030	62
15/08/26	10.000	5,7925	3,2664	32.664	3,2953	32.953	289
15/08/24	786	5,9993	3,2282	2.537	3,2807	2.579	42
15/08/24	20.000	7,3246	3,0438	60.876	3,2807	65.614	4.738
15/05/23	1.700	6,0291	3,1789	5.404	3,2245	5.481	77
15/08/22	1.100	6,0590	3,2212	3.543	3,2627	3.589	46
	98.586	6,2831	-	303.926	-	328.886	24.960

NTN-C							
Vencido	Qtde	Taxa	PU Curva do Papel	Valor Curva	PU Curva 5,65%	Valor Curva 5,65%	Diferença
01/01/31	55.345	6,1587	5,9014	326.613	6,1198	338.701	12.088
	<u>55.345</u>	<u>6,1587</u>	-	<u>326.613</u>	-	<u>338.701</u>	<u>12.088</u>
Total	<u>153.931</u>	<u>6,271</u>	-	<u>630.539</u>	-	<u>667.587</u>	<u>37.048</u>

Como o resultado do ajuste de precificação do Plano BD ELETROBRÁS foi positivo e foi acrescido na apuração do resultado do plano, para fins de equacionamento de *deficit* de acordo com o artigo 28-A, da Resolução nº 16/2014.

		BD Eletrobrás	
Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado		31.12.18	31.12.17
a) Resultado Realizado		(164.581)	(603.895)
a.2) (-) Deficit Técnico Acumulado		(164.581)	(603.895)
b) Ajuste de Precificação		<u>37.048</u>	<u>35.382</u>
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)		<u>(127.533)</u>	<u>(568.513)</u>

A Fundação adotou o ajuste de precificação para o Plano de Benefícios CD ELETROBRAS - parcela BPDS, conforme demonstramos abaixo:

Ajuste de precificação							
NTN-B							
Vencido	Qtde	Taxa	PU Curva do Papel	Valor Curva	PU Curva 5,25%	Valor Curva 5,25%	Diferença
15/08/50	5.000	7,0996	2,8059	14.030	3,5898	17.950	3.920
15/05/45	2.100	6,1800	3,1147	6.542	3,5160	7.384	842
15/08/40	100	5,9987	3,2322	323	3,5291	353	30
15/08/40	1.000	6,0500	3,2132	3.213	3,5291	3.529	316
15/05/35	10.000	7,3815	2,7847	27.847	3,4373	34.373	6.526
15/08/30	91	5,7234	3,3020	300	3,4295	312	12
15/08/26	5.700	6,3384	3,1654	18.043	3,3709	19.214	1.171
15/08/24	5.000	6,2540	3,1916	15.958	3,3390	16.695	737
15/05/23	4.000	6,3942	3,1369	12.548	3,2711	13.084	536
15/08/22	905	6,3295	3,1947	2.891	3,3021	2.988	97
15/08/22	1.895	6,4822	3,1799	6.026	3,3021	6.257	231
15/05/21	3.500	6,5083	3,1468	11.014	3,2312	11.309	295
15/08/20	1.800	6,1200	3,2195	5.795	3,2606	5.869	74
	<u>41.091</u>	<u>6,4280</u>	-	<u>124.530</u>	-	<u>139.317</u>	<u>14.787</u>

Como o resultado do ajuste de precificação do Plano CD ELETROBRÁS - parcela BPDS foi positivo e foi acrescido na apuração do resultado do plano, para fins de equacionamento de *deficit* de acordo com o artigo 28-A, da Resolução nº 16/2014.

	CD Eletrobrás	
Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	31.12.18	31.12.17
a) Resultado Realizado	(13.420)	(4.116)
a.2) (-) <i>Deficit</i> Técnico Acumulado	(13.420)	(4.116)
b) Ajuste de Precificação	14.787	15.045
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	1.367	10.929

15 Apresentação dos efeitos da consolidação

Grupos de Contas	Consolidação de Balançetes										
	31.12.18										
	Plano										
	BD	CD	PGA	CV/EPE	CV/ONS	CERON	Eliminação de Consolidação		Saldo Consolidado		
							Débito	Crédito			
Disponível	8	21	15	10	10	10	-	-	-	74	
Realizável	2.030.620	1.944.252	129.421	90.412	604.364	104.466	-	100.312	-	4.803.223	
Gestão Previdencial	9.811	860	-	-	-	-	-	-	-	10.671	
Gestão Administrativa	58.743	32.348	29.023	552	4.418	4.209	-	100.312	-	28.981	
Investimentos	1.962.066	1.911.044	100.398	89.860	599.946	100.257	-	-	-	4.763.571	
Permanente	-	-	833	-	-	-	-	-	-	833	
Gestão Assistencial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	28.163	
Total do Ativo	2.030.628	1.944.273	130.269	90.422	604.374	104.476	-	100.312	-	4.832.293	
Exigível Operacional	4.429	1.873	10.322	111	655	205	-	-	-	17.553	
Gestão Previdencial	4.403	1.858	-	110	652	205	-	-	-	7.186	
Gestão Administrativa	-	-	10.321	-	-	-	-	-	-	10.321	
Investimentos	26	15	1	1	3	-	-	-	-	46	
Exigível Contingencial	13.252	1.519	19.677	-	-	-	-	-	-	34.448	
Gestão Previdencial	10.432	666	-	-	-	-	-	-	-	11.098	
Gestão Administrativa	-	-	19.677	-	-	-	-	-	-	19.677	
Investimentos	2.820	853	-	-	-	-	-	-	-	3.673	
Patrimônio Social	2.012.947	1.940.881	100.270	90.311	603.719	104.271	-	-	-	4.752.129	
Patrimônio de Cobertura	1.946.086	1.867.116	-	86.347	589.982	94.849	-	-	-	4.584.380	
Fundos	66.861	73.765	100.270	3.964	13.737	9.422	-	-	-	167.749	
Previdenciais	-	35.644	-	3.383	8.397	5.213	-	-	-	52.637	
Administrativos	58.743	32.348	100.270	552	4.418	4.209	-	-	-	100.270	
Investimentos	8.118	5.773	-	29	922	-	-	-	-	14.842	
Gestão Assistencial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	28.163	
Total do Passivo	2.030.628	1.944.273	130.269	90.422	604.374	104.476	100.312	-	-	4.832.293	

Consolidação de Balanetes

31.12.17

Grupos de Contas	Plano										Eliminação de Consolidação		Saldo Consolidado
	BD	CD	PGA	CV EPE	CY ONS	CERON	Débito	Crédito					
Disponível	5	10	1	7	5	5	-	-	-	-	-	-	33
Realizável	2.008.219	1.833.713	119.832	77.456	526.298	84.680	-	-	-	-	-	93.552	4.556.646
Gestão Previdencial	17.235	895	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18.130
Gestão Administrativa	57.421	28.929	26.555	591	3.371	3.192	-	-	-	-	-	93.552	26.507
Investimentos	1.933.563	1.803.889	93.277	76.865	522.927	81.488	-	-	-	-	-	-	4.512.009
Permanente	-	-	1.020	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.020
Gestão Assistencial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27.386
Total do Ativo	2.008.224	1.833.823	120.853	77.463	526.303	84.685	-	93.552	-	-	-	93.552	4.585.085
Exigível Operacional	4.399	1.596	10.246	108	562	187	48	-	-	-	-	-	17.050
Gestão Previdencial	4.353	1.586	-	107	561	187	48	-	-	-	-	-	6.746
Gestão Administrativa	-	-	10.246	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.246
Investimentos	46	10	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	58
Exigível Contingencial	14.861	1.488	17.103	-	-	-	-	-	-	-	-	-	33.452
Gestão Previdencial	12.104	654	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.758
Gestão Administrativa	-	-	17.103	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17.103
Investimentos	2.757	834	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.591
Patrimônio Social	1.988.964	1.830.639	93.504	77.355	525.741	84.498	93.504	-	-	-	-	-	4.507.197
Patrimônio de Cobertura	1.924.827	1.766.498	-	73.056	514.265	77.015	-	-	-	-	-	-	4.355.661
Fundos	64.137	64.141	93.504	4.299	11.476	7.483	93.504	-	-	-	-	-	151.536
Previdenciais	-	30.655	-	3.695	7.436	4.291	-	-	-	-	-	-	46.077
Administrativos	57.422	28.929	93.504	590	3.371	3.192	93.504	-	-	-	-	-	93.504
Investimentos	6.715	4.557	-	14	669	-	-	-	-	-	-	-	11.955
Gestão Assistencial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27.386
Total do Passivo	2.008.224	1.833.723	120.853	77.463	526.303	84.685	93.552	-	-	-	-	93.552	4.485.085

16 Transferência de gerenciamento do Plano CD CERON

Destacamos que, conforme notícia publicada em 01 de novembro de 2018 na página 118, seção 3, edição 211 do Diário Oficial da União, o controle acionário das Centrais Elétricas Rondônia passou para a Energisa S/A, concluindo o processo de privatização da CERON.

Em 25/02/2019, a Ceron encaminhou correspondência à Eletros solicitando a transferência de gerenciamento do Plano CD CERON para a ENERGISAPREV - Fundação Energisa de Previdência, observado o disposto na legislação aplicável, tendo como data base o dia 31 de janeiro de 2019.

17 Eventos subsequentes

a. Novos Planos de Equacionamento dos Déficits do Plano BD Eletrobras

Em 11 de fevereiro de 2019, foi publicada a aprovação do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC no Diário Oficial da União, celebrado entre Previc e ELETROS. Este TAC trata dos ajustes a serem efetuados nos planos de equacionamento dos déficits de 2013 e 2015, citados na nota explicativa nº. 12.5.1, de forma a adequá-los à paridade contributiva entre participantes e assistidos, de um lado, e Patrocinadoras, de outro; e, das alterações do regulamento do Plano BD Eletrobras, a fim de não considerar a obrigação assumida no art. 61, § 2º, do Regulamento do Plano BD Eletrobrás, mas tão somente a legislação relativa ao equacionamento de déficits (art. 21 da Lei Complementar 109/2001; art. 6º da Lei Complementar 108/2001 e Resolução CGPC 26/2008).

Está previsto no TAC, ainda, que a ELETROS analisará, em conjunto com as Patrocinadoras, a eventual necessidade de adotar alguma providência quanto ao equacionamento do déficit dos exercícios de 2010 e 2011 que fora devidamente implementado, observado o disposto no § 1º do art. 61 do Regulamento do Plano BD Eletrobrás, não declarado nulo pelo Ofício nº 244/2017/ERRJ/DIFIS/PREVIC, de 26.12.2017, bem como o entendimento manifestado pela Diretoria de Licenciamento da PREVIC no despacho CAL de 04 de dezembro de 2017.

Estima-se que os novos Planos de Equacionamento do Plano BD Eletrobrás serão implementados em até 270 (duzentos e setenta) dias, contados a partir da publicação do TAC no Diário Oficial da União, salvo eventual atraso em alguma das etapas do processo. O processo inclui, ainda, etapas de aprovação por parte das Patrocinadoras e seu órgão de controle (SEST/Ministério do Planejamento).

Cumpre informar que até a presente data os prazos previstos no TAC estão sendo atendidos pela ELETROS.

Em 11 de março de 2019, foram aprovados, pelo Conselho Deliberativo da Eletros, os novos Planos de Equacionamento dos Déficits do Plano BD dos Exercícios de 2013 e 2015, nos termos estabelecidos no TAC aprovado pela PREVIC, em linha com o que foi solicitado pela Secretaria de Governança e Controle das Empresas Estatais - SEST, por meio do Ofício nº 59092/2017 do Ministério do Planejamento-MP, conforme estabelecido na Nota Técnica nº 11021/2017-MP, encaminhada à ELETROS pela Eletrobras, por meio da Carta DJ nº 2622/2017, de 27/09/2017, bem como as Minutas de Termos de Compromisso a serem celebrados com as Patrocinadoras Eletrobras e CEPEL.

Nos dias 13 e 14 de março de 2019, foram enviadas Cartas às patrocinadoras Eletrobras e CEPEL com o envio dos documentos acima, para dar sequência aos demais prazos do Cronograma do TAC.

* * *

Diretoria Executiva

Afrânio Barreira de Alencar Matos Filho
Presidente

Luiz Guilherme de França Nobre Pinto
Diretor Financeiro

Marcio Peres Silvado
Diretor de Benefícios Previdenciários

Contador Responsável

Cleber Leal
Contador CRC/RJ - 62.288/O-3

Pareceres



1. PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS, abaixo assinados, usando das atribuições que lhes confere o Estatuto da Entidade, após exame que fizeram nas Demonstrações Contábeis da ELETROS, tendo apreciado, ao longo do exercício, os balancetes e os acompanhamentos orçamentários mensais, bem como embasados nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis; no Relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018; no Parecer Atuarial e Demonstração Atuarial emitidos pela WILLIS TOWERS WATSON CONSULTORIA LTDA. sobre o Plano de Benefício Definido ELETROBRÁS, CEPEL e ELETROS - BD ELETROBRÁS; no Parecer e Demonstrações Atuariais emitidos pelo Atuário Bruno Sardinha Lopes sobre o Plano de Contribuição Definida ELETROBRÁS, CEPEL e ELETROS - CD ELETROBRÁS, sobre o Plano de Contribuição Variável - CV ONS, sobre o Plano EPE e no Parecer Atuarial sobre o Plano de Contribuição Definida - CD CERON, são de parecer que as aludidas peças representam a posição econômico-financeira da ELETROS, naquela data.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2019.

José Carlos Nunes Bianco
Presidente do Conselho Fiscal

Carlos Eduardo Brasil Pereira

Hiram Carneiro Toledo dos Santos

Paula Prado Rodrigues Couto

2. RESUMO DA ATA (DELIBERAÇÕES) TOMADAS NA 367ª REUNIÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO DA ELETROS – CDE, REALIZADA EM 29/03/2019:

“BALANÇO (DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS) AUDITADAS DA ELETROS DO EXERCÍCIO DE 2018 INCLUINDO A APRESENTAÇÃO DO PRODUTO CONTROLES INTERNOS SOBRE ESSA AVALIAÇÃO – PREVIDÊNCIA

DELIBERAÇÃO DO CONSELHO: O CDE, à maioria dos presentes, registrada a abstenção do Conselheiro Jack Nottingham Steiner, com base na Apresentação da KPMG, Parecer do Conselho Fiscal, nos demais documentos basilares, e após ter apreciado o Relatório da empresa de Auditoria Independente sobre as Demonstrações Contábeis Consolidadas e Individuais por Plano de Benefícios relativas ao exercício de 2018, aprovou as Demonstrações Contábeis consolidadas e individuais por Plano de Benefícios da ELETROS referentes ao

exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas do Parecer do Conselho Fiscal.

BALANÇO (DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS) AUDITADAS DO PLANO ELETROS-SAÚDE DO EXERCÍCIO DE 2017 INCLUINDO A APRESENTAÇÃO DO PRODUTO CONTROLES INTERNOS SOBRE ESSA AVALIAÇÃO – PLANO ELETROS-SAÚDE - COM A PRESENÇA DA AUDITORIA INDEPENDENTE

DELIBERAÇÃO: O CDE, à unanimidade dos presentes, com base na Apresentação da KPMG, no Parecer do Conselho Fiscal e nos documentos basilares, e após ter apreciado o Relatório da empresa de Auditoria Independente sobre as Demonstrações Contábeis do Plano de Assistência à Saúde da ELETROS (Eletros-Saúde), aprovou as referidas Demonstrações Contábeis referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas do Parecer do Conselho Fiscal, determinando que os documentos sejam disponibilizados à Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, e a informação disponibilizada aos participantes e assistidos na forma da legislação vigente.

DEMONSTRAÇÕES ATUARIAIS E PARECER ATUARIAL DO PLANO BD – ELETROBRÁS

DELIBERAÇÃO: O CDE, à maioria dos presentes, registrada a abstenção do Conselheiro Jack Nottingham Steiner, ..., considerando a Proposta da Diretoria Executiva nº 008, de 21/03/2019, aprovou a Demonstração Atuarial do Plano de Benefícios BD Eletrobrás, referente ao exercício de 2018, que contempla as premissas demográficas, financeiras e atuariais, o Plano de Custeio e respectivo Parecer, a vigorar a partir de abril/2019, proferido pelo atuário da Consultoria Atuarial responsável pela avaliação atuarial do Plano BD Eletrobrás.

DEMONSTRAÇÕES/PARECERES ATUARIAIS DOS PLANOS CD ´S E CV ´S:

DELIBERAÇÕES:

DELIBERAÇÃO 1 DO CONSELHO: O Conselho Deliberativo da ELETROS - CDE, à unanimidade dos presentes, considerando a Proposta da Diretoria Executiva nº 007, de 21/03/2019, aprovou a Demonstração Atuarial do Plano CD Eletrobrás, referente ao exercício de 2018, que contempla as premissas demográficas, financeiras e atuariais, o Plano de Custeio e respectivo Parecer, a vigorar a partir de abril/2019, proferido pelo atuário responsável pela avaliação atuarial do Plano CD Eletrobrás.

DELIBERAÇÃO 2 DO CONSELHO: O Conselho Deliberativo da ELETROS - CDE, à unanimidade dos presentes, considerando a Proposta da Diretoria Executiva nº 007, de 21/03/2019, aprovou a Demonstração Atuarial do Plano CV ONS, referente ao exercício de 2018, que contempla as premissas demográficas, financeiras e atuariais, o Plano de Custeio e respectivo Parecer, a vigorar a partir de abril/2019, proferido pelo atuário responsável pela avaliação atuarial do Plano CV ONS.

DELIBERAÇÃO 3 DO CONSELHO: O Conselho Deliberativo da ELETROS - CDE, à unanimidade dos presentes, considerando a Proposta da Diretoria Executiva nº 007, de 21/03/2019, aprovou a Demonstração Atuarial do Plano EPE, referente ao exercício de 2018, que contempla as premissas demográficas, financeiras e atuariais, o Plano de Custeio e respectivo Parecer, a vigorar a partir de abril/2019, proferido pelo atuário responsável pela avaliação atuarial do Plano EPE.

DELIBERAÇÃO 4 DO CONSELHO: O Conselho Deliberativo da ELETROS - CDE, à unanimidade dos presentes, considerando a Proposta da Diretoria Executiva nº 007, de 21/03/2019, aprovou o resultado da avaliação atuarial do Plano CD CERON, referente ao exercício de 2018, que contempla as premissas demográficas, financeiras e atuariais, o Plano de Custeio e respectivo Parecer, a vigorar a partir de abril/2019, proferido pelo atuário responsável pela avaliação atuarial do Plano CD CERON.

DETERMINAÇÃO DO CDE COMUM ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA ELETROS - PREVIDÊNCIA/DEMONSTRAÇÕES/PARECERES ATUARIAIS APROVADOS:

Determinou que tais documentos sejam encaminhados à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, e a informação disponibilizada aos participantes na forma da legislação vigente.

Jailson José Medeiros Alves
Presidente

Carol Sampaio Diogo de Siqueira
Jack Nottingham Steiner
Marcio Kennedy de Almeida
Paulo Roberto Miguez Bastos da Silva
Rosane Barboza da Silva

Malba Patricia Herbene da Cunha Palhano Teixeira
Secretária-Geral (Especialista)
Assessoria aos Órgãos Estatutários



Pareceres

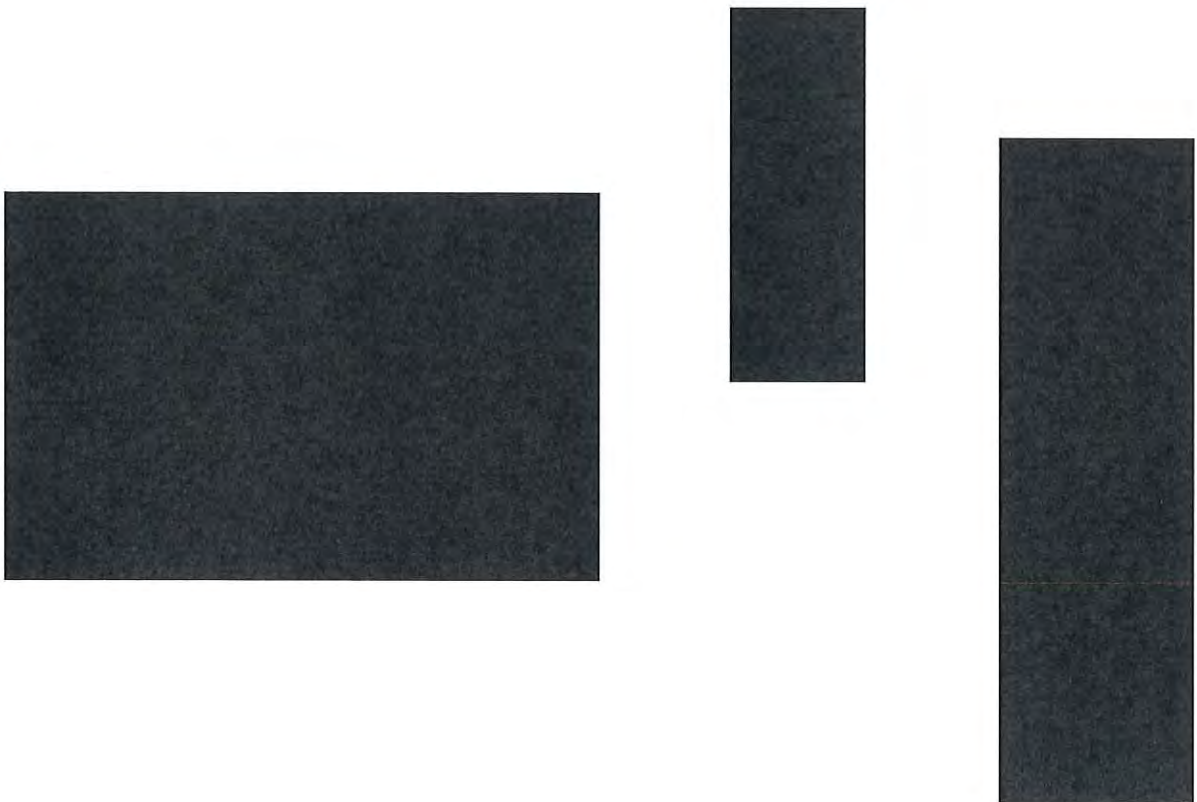
Parecer Atuarial por Plano

Plano BD Eletrobrás

Eletros - Fundação Eletrobrás de Seguridade Social

**Parecer da Avaliação Atuarial
do Plano de Benefícios BD
Eletrobrás referente ao
encerramento do exercício de
2018**

Fevereiro, 2019



Sumário

Introdução	3
Estatísticas	4
Hipóteses e Métodos Atuariais	4
Patrimônio Social	8
Patrimônio de Cobertura do Plano, Provisões e Fundos	9
<i>Regras de constituição e reversão dos fundos previdenciais</i>	10
<i>Provisões Matemáticas a Constituir</i>	10
<i>Duração do Passivo do Plano de Benefícios</i>	12
<i>Ajuste de Precificação</i>	12
<i>Limite de Equacionamento de Déficit</i>	13
<i>Variação das Provisões Matemáticas</i>	13
<i>Principais riscos atuariais</i>	14
<i>Soluções para Insuficiência de Cobertura</i>	14
<i>Variação do resultado</i>	14
Plano de Custeio	15
Conclusão	20

Esta página está intencionalmente em branco.

Introdução

Este parecer atuarial tem por objetivo apresentar os resultados da avaliação atuarial completa de encerramento do exercício de 2018 em atendimento à legislação vigente do Plano de Benefícios BD Eletrobás, administrado pela Eletros – Fundação Eletrobás de Seguridade Social.

Para fins desta avaliação atuarial foi adotado como data do cadastro 31/10/2018 e como data base da avaliação 31/12/2018.

Qualidade da Base Cadastral

Após a análise detalhada dos dados e correções feitas pela entidade, foi verificado que os dados estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

A responsabilidade sobre a veracidade e completude das informações prestadas é inteiramente das patrocinadoras, do administrador do plano e de seus respectivos representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas.

Patrocinadores e Instituidores

CNPJ	Razão Social
42.288.886/0001-60	Centro de Pesquisas de Energia Elétrica Cepel
00.001.180/0001-26	Centrais Elétricas Brasileiras S/A
34.268.789/0001-88	Fundação Eletrobás de Seguridade Social Eletros

As patrocinadoras são solidárias entre si no que concerne às obrigações referentes à cobertura de benefícios oferecidos pela Eletros – Fundação Eletrobás de Seguridade Social aos participantes e respectivos beneficiários do Plano de Benefícios BD Eletrobás.

O Plano de Benefícios BD Eletrobás está em extinção desde 01 de abril de 2006, estando fechado a novas adesões de participantes.

A avaliação atuarial à qual se refere este parecer reflete o regulamento vigente aprovado pela Portaria SPC nº 2.574, de 23/10/2008, bem como o Ofício nº 244/2017/ERRJ/DISFIS/PREVIC que determinou que a Entidade efetuasse os ajustes necessários em seus planos de equacionamentos de déficit, haja vista a nulidade do segundo parágrafo do artigo 61.

Estatísticas

As estatísticas a seguir estão posicionadas na data-base do cadastro.

Participantes ativos¹

Participantes ativos	
Quantidade	
- ativos	158
- autopatrocinados	0
- benefício proporcional diferido	15
Idade média (em anos)	54,6
Tempo médio de serviço (em anos)	25,1
Tempo médio de contribuição (em anos)	24,5
Tempo médio para aposentadoria (em anos)	4,7

¹ apenas a quantidade inclui os que estão em aguardo do benefício proporcional diferido

Participantes assistidos

Benefício	Quantidade de Benefícios Concedidos	Idade Média dos Assistidos (anos)	Valor Médio do Benefício (R\$)
Aposentadoria por idade	15	83,5	11.102,60
Aposentadoria por tempo de serviço	1.086	72,5	12.380,72
Aposentadoria especial	41	78,3	20.226,70
Aposentadoria por invalidez	49	66,7	5.669,76
Pensão por morte	389	72,1	8.696,99
Benefício Proporcional Diferido Recebendo	124	70,0	8.325,87

Hipóteses e Métodos Atuariais

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Willis Towers Watson e a Eletros – Fundação Eletrobrás de Seguridade Social e contam com o aval das patrocinadoras do Plano de Benefícios BD Eletrobrás conforme determina a redação da Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006 e da Instrução nº 23 de 26/06/2015, vigentes até 31/12/2018.

Para a apuração das provisões matemáticas e dos custos foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

	2018	2017
Taxa Real Anual de Juros	5,64%	5,65%
Projeção de Crescimento Real de Salário	1,00%	1,00%
Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano	0,00%	0,00%
Projeção de Crescimento Real do Maior Sal Ben INSS	0,00%	0,00%

Way

	2018	2017
Fator de Determinação Valor Real ao longo do Tempo Salários	98%	97%
Fator de Determinação Valor Real ao longo do Tempo Ben Entidade	98%	97%
Fator de Determinação Valor Real ao longo do Tempo Ben INSS	98%	97%
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 ¹	AT-2000 Basic ²
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RRB-1983	RRB-1983
Tábua de Entrada em Invalidez	Light Fraca	Light Fraca
Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios)	INPC	INPC
Hipótese de Entrada em Aposentadoria	100% na primeira elegibilidade ao benefício integral	100% na primeira elegibilidade ao benefício integral
Hipótese sobre a Composição de Família de Pensionistas		
• Aposentados e Benefícios Proporcionais Diferidos	Dependente vitalício mais novo informado	Dependente vitalício mais novo informado
• Pensionistas	composição familiar informada	composição familiar informada
• Participantes Ativos	70% casados com mulher 6 anos mais nova que o homem	75% casados com mulher 4 anos mais nova que o homem

¹ Suavizada em 10%, segregada por sexo

² Segregada por sexo

O cálculo das provisões matemáticas de benefícios concedidos dos participantes aposentados considera o beneficiário vitalício mais jovem.

Para os pensionistas a composição familiar informada corresponde ao beneficiário vitalício mais jovem, o beneficiário temporário mais jovem e o número total de beneficiários elegíveis à pensão.

Foi realizado em outubro/2018 estudo de aderência das hipóteses atuariais para atender os dispositivos previstos nas bases técnicas constantes nas redações da Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006, e da Instrução nº 23 de 26/06/2015, vigentes até 31/12/2018.

A seguir descrevemos algumas razões para a seleção das principais hipóteses.

Taxa real anual de juros

A taxa real anual de juros, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios definidos, conforme determinam a Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006, a Instrução nº 23 de 26/06/2015, vigentes até 31/12/2018, e a Portaria Previc nº 363 de 26/04/2018, deve ser justificada pela entidade fechada de previdência complementar com base em estudos técnicos que comprovem a aderência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios.

A Willis Towers Watson foi contratada pela Eletros – Fundação Eletrobrás de Seguridade Social para desenvolver tal estudo utilizando os fluxos de benefícios e contribuições do plano de 31/12/2017, elaborados com as hipóteses constantes no Parecer Atuarial de 2017 e segundo as regras do plano de benefícios estabelecidas no regulamento vigente em 31/12/2017.

Quando apurada a TIR dos passivos, obteve-se, com intervalo de confiança de 50% (intervalo de confiança mínimo exigido pela Instrução nº 23/2015), suporte para a adoção da taxa real de juros de 5,64% a.a. para o plano de benefícios. Essa taxa está dentro do intervalo indicado pela Portaria Previc nº 363/2018 para esse plano (limite inferior: 4,19% e limite superior: 6,39%).

Sendo assim, a Eletros – Fundação Eletrobrás de Seguridade Social e as patrocinadoras Plano de Benefícios BD Eletrobrás optaram por utilizar a taxa real anual de juros de 5,64 % na avaliação atuarial de 2018.

Esse estudo foi aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo da Eletros – Fundação Eletrobrás de Seguridade Social e deverá estar acompanhado de parecer emitido pelo Conselho Fiscal.

Projeção do crescimento real de salário

A taxa de projeção do crescimento real de salário deve ser baseada na política de recursos humanos de longo prazo dos patrocinadores do plano de benefícios de modo a refletir o aumento real médio de salário que as empresas estimam que um empregado tenha ao longo de toda a sua carreira.

A Willis Towers Watson, responsável pela avaliação atuarial do Plano de Benefícios BD Eletrobrás realizou em outubro/2018, estudo de aderência da hipótese de projeção do crescimento real de salários para atender aos dispositivos previstos nas bases técnicas da Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006 e na Instrução nº 23 de 26/06/2015.

A hipótese de projeção do crescimento real de salário adotada em 2018 reflete o resultado desse estudo.

Fator de determinação do valor real ao longo do tempo

Fator aplicado sobre os salários e benefícios, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Isso significa que nas projeções de longo prazo, haverá uma perda do poder aquisitivo dos salários e benefícios.

Esse Fator é calculado em função do nível de inflação estimado no longo prazo e do número de reajustes, dos salários e benefícios, que ocorrerá durante o período de 12 meses.

A projeção de inflação definida pelo Comitê de Investimentos local da Willis Towers Watson em abril/2018 para a inflação oficial, medida pelo IPCA, considerou um horizonte de tempo de 10 anos e é de 4,00% a.a., indicando a adoção da hipótese do fator de determinação do valor real ao longo do tempo de 98%. Essa taxa de 4,00% a.a. foi mantida até o final de 2018.

O Comitê de Investimentos local da Willis Towers Watson utiliza o IPCA por ser o índice oficial do país, mais amplamente discutido e projetado.

Essa hipótese será revista anualmente com base na estimativa de inflação de longo prazo do Comitê de Investimentos local da Willis Towers Watson.

Hipóteses Biométricas e Demográficas

As tábuas biométricas e demográficas são instrumentos que permitem medir as probabilidades de ocorrência de eventos, como morte, invalidez e desligamento de uma população em função da idade e do sexo.

Essas tábuas são selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo.

A escolha da tábua de mortalidade que melhor se ajuste ao perfil dos participantes dos planos de benefícios tem sido um assunto amplamente discutido nos últimos anos pelas empresas. Atualmente não existem tábuas brasileiras que representem a mortalidade de participantes dos fundos de pensão no Brasil.

As hipóteses biométricas e demográficas utilizadas nesta avaliação são as indicadas no estudo de aderência de hipóteses atuariais realizado em 2018 pela Willis Towers Watson.

Regime Financeiro e Métodos Atuariais

Benefício	Regime	Método de Financiamento
Benefício Proporcional Diferido	Capitalização	Agregado
Complementação de Aposentadoria Especial	Capitalização	Agregado
Complementação de Aposentadoria por Idade	Capitalização	Agregado
Complementação de Aposentadoria por Invalidez	Capitalização	Agregado
Complementação de Aposentadoria por Tempo de serviço	Capitalização	Agregado
Complementação de Pensão	Capitalização	Agregado

Comentários sobre métodos atuariais

O método de financiamento é adequado à natureza do plano e atende ao limite mínimo estabelecido no Regulamento anexo à Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006.

Na presente avaliação foi mantido o regime financeiro e o método atuarial utilizados na avaliação atuarial de 2017.

Patrimônio Social

Com base no balancete do Plano de Benefícios BD Eletrobrás de 31 de dezembro de 2018, o Patrimônio Social é de R\$2.012.947.546,98.

De acordo com informações prestadas pela Eletros – Fundação Eletrobrás de Seguridade Social, o Plano de Benefícios BD Eletrobrás possui títulos mantidos até o vencimento (marcados na curva) e estudos que evidenciam a capacidade de atendimento das necessidades de liquidez em função dos direitos dos participantes, das obrigações do plano e do perfil do exigível atuarial do plano de benefícios conforme determina Resolução CGPC nº 4/2002 permitindo a manutenção de títulos mantidos até o vencimento. Esses estudos não foram objeto de análise pela Willis Towers Watson.

O balancete da Eletros relativo ao Plano de Benefícios BD Eletrobrás apresenta o valor do ativo a integralizar em 31/12/2018 correspondente à dívida assumida pelas patrocinadoras no valor de R\$6.525.216,21. Conforme informado pela Eletros, a dívida assumida pelas patrocinadoras refere-se a: integralização da reserva matemática proveniente de ganho de tempo de serviço em atividade especial (contrato firmado junto ao CEPEL), integralização de reserva matemática proveniente de desbloqueio do Salário Real de Benefício – SRB (contrato firmado junto ao CEPEL) e integralização de reserva matemática e restituição de recursos desembolsados pela Eletros em função de processo judicial (contrato firmado junto à Eletrobras).

A Willis Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do plano de benefícios ora avaliado tendo se baseado na informação fornecida pela Eletros.

Patrimônio de Cobertura do Plano, Provisões e Fundos

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano, das Provisões e dos Fundos em 31 de dezembro de 2018 é a seguinte:

	(R\$)
2.3 Patrimônio Social	2.012.947.546,98
2.3.1 Patrimônio de Cobertura do Plano	1.946.085.826,72
2.3.1.1 Provisões Matemáticas	2.110.667.158,08
2.3.1.1.01 Benefícios Concedidos	2.565.857.058,00
2.3.1.1.01.01 Contribuição Definida	0,00
<i>2.3.1.1.01.01.01 Saldo de Conta dos Assistidos</i>	<i>0,00</i>
2.3.1.1.01.02 Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	2.565.857.058,00
<i>2.3.1.1.01.02.01 Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos</i>	<i>2.085.365.698,00</i>
<i>2.3.1.1.01.02.02 Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos</i>	<i>480.491.360,00</i>
2.3.1.1.02 Benefícios a Conceder	186.379.382,42
2.3.1.1.02.01 Contribuição Definida	0,00
<i>2.3.1.1.02.01.01 Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es) / Instituidor(es)</i>	<i>0,00</i>
<i>2.3.1.1.02.01.02 Saldo de Contas - Parcela Participantes</i>	<i>0,00</i>
2.3.1.1.02.02 Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	181.267.690,14
<i>2.3.1.1.02.02.01 Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados</i>	<i>210.169.609,00</i>
<i>2.3.1.1.02.02.02 (-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores</i>	<i>(14.450.959,43)</i>
<i>2.3.1.1.02.02.03 (-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes</i>	<i>(14.450.959,43)</i>
2.3.1.1.02.03 Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	5.111.692,28
<i>2.3.1.1.02.03.01 Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados</i>	<i>5.948.947,00</i>
<i>2.3.1.1.02.03.02 (-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores</i>	<i>(418.627,36)</i>
<i>2.3.1.1.02.03.03 (-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes</i>	<i>(418.627,36)</i>
2.3.1.1.02.04 Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura	0,00
2.3.1.1.02.05 Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição Simples	0,00
2.3.1.1.03 (-) Provisões Matemáticas a Constituir	(641.569.282,34)
2.3.1.1.03.01 (-) Serviço Passado	(35.121.011,93)
<i>2.3.1.1.03.01.01 (-) Artigo 61</i>	<i>(23.999.698,45)</i>
<i>2.3.1.1.03.01.02 (-) Atividade Especial</i>	<i>(11.121.313,48)</i>
2.3.1.1.03.02 (-) Déficit Equacionado 2011	(19.791.783,44)
<i>2.3.1.1.03.02.01 (-) Patrocinador(es)</i>	<i>(4.241.603,91)</i>
<i>2.3.1.1.03.02.02 (-) Participantes</i>	<i>(1.274.271,99)</i>
<i>2.3.1.1.03.02.03 (-) Assistidos</i>	<i>(14.275.907,54)</i>
2.3.1.1.03.02 (-) Déficit Equacionado 2013	(357.394.381,94)
<i>2.3.1.1.03.02.01 (-) Patrocinador(es) - A Conceder</i>	<i>(9.683.615,07)</i>
<i>2.3.1.1.03.02.01 (-) Patrocinador(es) - Concedidos</i>	<i>(98.392.446,03)</i>
<i>2.3.1.1.03.02.02 (-) Participantes</i>	<i>(22.338.921,55)</i>
<i>2.3.1.1.03.02.03 (-) Assistidos</i>	<i>(226.979.399,29)</i>
2.3.1.1.03.02 (-) Déficit Equacionado 2015	(229.262.105,03)



2.3.1.1.03.02.01 (-) Patrocinador(es)	(47.686.517,85)
2.3.1.1.03.02.02 (-) Participantes	(14.108.423,12)
2.3.1.1.03.02.03 (-) Assistidos	(167.467.164,06)
2.3.1.1.03.03 (+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
2.3.1.1.03.03.01 (+/-) Patrocinador(es)	0,00
2.3.1.1.03.03.02 (-) Participantes	0,00
2.3.1.1.03.03.03 (-) Assistidos	0,00
2.3.1.2 Equilíbrio Técnico	(164.581.331,36)
2.3.1.2.01 Resultados Realizados	(164.581.331,36)
2.3.1.2.01.01 Superávit Técnico Acumulado	0,00
2.3.1.2.01.01.01 Reserva de Contingência	0,00
2.3.1.2.01.01.02 Reserva Especial para Revisão de Plano	0,00
2.3.1.2.01.02 (-) Déficit Técnico Acumulado	(164.581.331,36)
2.3.1.2.02 Resultados a Realizar	0,00
2.3.2 Fundos	66.861.720,26
2.3.2.1 Fundos Previdenciais	0,00
2.3.2.1.01 Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	0,00
2.3.2.1.02 Revisão de Plano	0,00
2.3.2.1.03 Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial	0,00
2.3.2.2 Fundos Administrativos	58.743.228,75
2.3.2.2.01 Plano de Gestão Administrativa	58.743.228,75
2.3.2.2.02 Participação no Fundo Administrativo PGA	0,00
2.3.2.3 Fundos dos Investimentos	8.118.491,51

O Fundo da Gestão Administrativa se destina a cobrir os gastos relativos ao custeio administrativo da Eletros, sendo constituído pela diferença entre as receitas (taxas de administração do ativo, taxas de carregamento previdencial, ressarcimento de despesas operacionais e outras receitas) e as despesas administrativas.

O Fundo dos Investimentos, denominado fundo garantidor de empréstimos, é constituído para fazer face à quitação dos empréstimos concedidos aos participantes na eventualidade de seu falecimento.

Regras de constituição e reversão dos fundos previdenciais

Não há fundo previdencial em 31/12/2018.

Provisões Matemáticas a Constituir – Serviço Passado

O valor de R\$11.121.313,48 em 31/12/2018 alocado na Conta Serviço Passado – "Atividade Especial e Processos Judiciais" foi informado pela Eletros e deverá ser integralizado pela patrocinadora.

Em 29/12/2011 foi firmado o Termo de Compromisso entre a Eletrobrás e a Eletros para cobertura do deficit oriundo dos compromissos estabelecidos no artigo 61 do Regulamento do Plano de Benefícios BD Eletrobrás. O referido termo refere-se à cobertura da insuficiência referente às provisões matemáticas dos assistidos amparados pelo artigo 61 do instrumento regulamentar (assistidos com data de início do benefício até o fechamento do plano, em 31 de março de 2006). O valor apurado em 31/12/2011 e posicionado em 31/12/2018 está denominado na posição financeira como "Provisão Matemática a Constituir – Serviço Passado – Artigo 61" com montante de R\$23.999.698,45.

Provisões Matemáticas a Constituir – Deficit Equacionado 2011, 2013 e 2015

Adicionalmente, em 29/12/2011 foram celebrados Termos de Compromisso entre a Eletrobras e a Eletros e entre o Cepel e a Eletros, referentes aos deficits que cabem às patrocinadoras relativos aos participantes e assistidos não abrangidos pelo disposto no parágrafo segundo do Artigo 61 do Regulamento do Plano de Benefícios BD Eletrobrás. As patrocinadoras e os participantes e assistidos (excluindo os pensionistas) são responsáveis por esse déficit, de forma paritária. O termo determina que o valor contratado deve ser reavaliado anualmente para cobertura da insuficiência referente aos deficits que cabem às patrocinadoras, não abrangidos os deficits referentes ao Artigo 61 do regulamento. O valor apurado em 31/12/2011 e atualizado até 31/12/2018 está denominado na posição financeira como "Provisão Matemática a Constituir – Deficit Equacionado 2011".

O deficit equacionado de 2011 foi segregado entre patrocinadoras, participantes e assistidos na data de sua apuração.

Fato relevante ocorreu no segundo semestre de 2017 quando a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST manifestou sua opinião com relação ao artigo 61 do Regulamento do Plano de Benefícios BD Eletrobrás, demonstrando o entendimento de que a patrocinadora não poderia assumir a responsabilidade exclusiva pelo pagamento de contribuições extraordinárias sem paridade com os assistidos. O assunto foi submetido à análise da PREVIC, a qual corroborou as conclusões do parecer jurídico elaborado pelo órgão de assessoria da Advocacia Geral da União, que classificou o artigo 61 como inconstitucional e ilegal.

A SEST, fundamentada no Parecer da PREVIC Nº 42/2017/CAJ/CGCJ/PF-PREVIC/PGF/AGU, decidiu não aprovar os planos de equacionamentos de 2013 e 2015, recomendando à Eletrobras providências junto a Eletros para viabilizar um Termo de Ajustamento de Conduta no âmbito da PREVIC.

Na 333ª reunião do Conselho Deliberativo – CDE, realizada em 01/12/2017, foi aprovada, por maioria, a avaliação e a implantação das recomendações da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC - de forma a atender à legislação aplicável e às orientações emanadas destes órgãos de controle. Dessa forma, o CDE aprovou que fossem refeitos os Planos de Equacionamento de 2013 e 2015 no Termo de Ajustamento de Conduta – TAC. A questão central desta decisão está relacionada ao artigo 61 do Plano BD Eletrobrás, que foi a base regulamentar utilizada na elaboração dos Planos de Equacionamento de 2013 e 2015 para atribuir à patrocinadora Eletrobras a responsabilidade exclusiva do pagamento das contribuições previdenciárias extraordinárias relativas ao grupo de assistidos, denominados "blindados", e que estariam, portanto, desobrigados do pagamento.

Adicionalmente, em 26 de dezembro de 2017, a PREVIC, através do Ofício nº 244/2017/ERRJ/DISFIS/PREVIC, determinou que a Entidade efetuasse os ajustes necessários em seus planos de equacionamentos de déficit vigentes em 60 dias, haja vista a nulidade do segundo parágrafo do artigo 61.

Na reunião do Conselho Deliberativo da Eletros em 02/02/2018 foi aprovada a minuta do Termo de Ajuste de Conduta (TAC). Adicionalmente, foi aprovada a suspensão da cobrança da contribuição extraordinária referente ao equacionamento dos deficits de 2013 e 2015 para assistidos, patrocinadores, ativos, participantes em benefício proporcional diferido e pensionistas, a partir de abril/2018 até que fosse aprovado o Termo de Ajuste de Conduta negociado com a PREVIC. Nessa



mesma reunião foi aprovada a manutenção das contribuições extraordinárias referentes ao deficit de 2011.

Em 04/01/2019 a Eletros encaminhou oficialmente a proposta de Termo de Ajustamento de Conduta em resposta ao estabelecido no Ofício 234/2018/ERRJ/DIFIS/PREVIC de 18/12/2018.

Em 11/02/2019 foi publicada no Diário Oficial da União a aprovação do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, que trata da revisão dos planos de equacionamento dos déficits de 2013 e 2015, já aprovado pelo Conselho Deliberativo da Eletros e pela PREVIC. As contribuições extraordinárias referentes aos déficits de 2013 e 2015 que foram suspensas voltarão a entrar em vigor, no modelo proposto no TAC. As contribuições referentes à amortização do deficit de 2011 foram mantidas conforme contrato firmado entre as partes respaldando o referido custeio.

Esse parecer considera a aprovação pela Eletros dos novos planos de equacionamento de 2013 e 2015, com os valores posicionados em 31/12/2018, considerando a exclusão do parágrafo segundo do artigo 61 do regulamento.

Duração do Passivo do Plano de Benefícios

A duração do passivo é de 120,60 meses (10,05 anos) calculada com base nos resultados desta avaliação atuarial adotando a metodologia definida pela Previc na Resolução CGPC nº 18 de 28/03/2006, vigente até 31/12/2018, e na Portaria nº 86 de 01/02/2019.

Ajuste de Precificação

Conforme disposto na Resolução CGPC nº 26/2008, vigente até 31/12/2018, o valor do ajuste de precificação, positivo ou negativo, será acrescido ou deduzido, respectivamente, para fins de equacionamento do déficit.

O valor do Ajuste de Precificação corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial (5,64% a.a.), e o valor contábil desses títulos.

Considerando que o plano apresenta resultado deficitário o valor do ajuste de precificação, informado pela Eletros, utilizado para o Plano de Benefícios BD Eletrobrás em 31/12/2018 é positivo e igual a R\$ 37.047.602,81.

Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	Valores em R\$
a) Resultado Realizado	(164.581.331,36)
a.1) Superávit Técnico Acumulado	-
a.2) Déficit Técnico Acumulado	(164.581.331,36)
b) Ajuste de Precificação	37.047.602,81
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	(127.533.728,55)

Limite de Equacionamento de Déficit

De acordo com o Art. 28 da Resolução CGPC nº 26/2008, vigente até 31/12/2018, deverá ser elaborado e aprovado um plano de equacionamento do déficit até o final do exercício subsequente, se o déficit for superior ao limite calculado pela seguinte fórmula:

- Limite de Déficit Técnico Acumulado = 1% x (duração do passivo do plano – 4) x Provisões Matemáticas

Duração	Limite pela formula %	Provisões Matemáticas	Limite do Deficit
10,05	1% x (10,05 – 4) = 6,05%	2.110.667.158,08	127.695.363,06

Ressaltamos que Provisões Matemáticas são as provisões cujo valor ou nível seja previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, deduzidas as respectivas provisões matemáticas a constituir.

	Valores em R\$
Equilíbrio Técnico Ajustado	127.533.728,55
Limite do Deficit	127.695.363,06
Parcela do Deficit superior ao Limite (Deficit Equacionado 2018)	-

Sendo assim, de acordo com o Art. 28 da Resolução CGPC nº 26/2008, vigente até 31/12/2018, não haverá necessidade de novo plano de equacionamento em 2018.

Varição das Provisões Matemáticas

O quadro a seguir apresenta um resumo do passivo atuarial encerrado em 31/12/2018 comparado com o passivo atuarial encerrado em 31/12/2017 atualizado, pelo método de recorrência, para 31/12/2018.

	Valores em R\$ de 31/12/2018		Variação em %
	Reavaliado	Balancete	
Passivo Atuarial	2.752.236.440,42	2.611.689.565,76	5,38%
<i>Benefícios Concedidos</i>	2.565.857.058,00	2.394.046.209,41	7,18%
<i>Benefícios a Conceder</i>	186.379.382,42	217.643.356,35	-14,36%

Comparando o Passivo Atuarial reavaliado no exercício encerrado no valor de R\$ 2.752.236.440,42 com o passivo atuarial do exercício anterior atualizado para 31/12/2018, a variação encontrada é de 5,38%.

A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder reduziu enquanto a Provisão Matemática de Benefícios Concedidos aumentou, quando comparadas com as Provisões Matemáticas evoluídas, indicando que participantes ativos iniciaram o recebimento de benefício.

A alteração da taxa de juros de 5,65% para 5,64%, a suavização da tábua de mortalidade geral AT-2000 em 10% e a alteração do fator de capacidade de 97% para 98%, além de alterações no perfil da massa de participantes justificam a variação nas Provisões Matemáticas.

Principais riscos atuariais

Os riscos atuariais são monitorados através de estudos regulares de aderência de hipóteses, conforme legislação vigente, e podem ser mitigados através da adequação das hipóteses aos resultados desses estudos. As hipóteses que causam maior impacto são: taxa real anual de juro, tábua de mortalidade geral e crescimento real de salários.

Soluções para Insuficiência de Cobertura

A insuficiência em 31/12/2018 do Patrimônio de Cobertura do Plano frente ao Passivo Actuarial deduzido das Provisões Matemáticas a Constituir é inferior a soma do ajuste de precificação positivo e do limite de equacionamento definido no Art. 28 da Resolução CGPC nº 26/2008. Desta forma, não há novo deficit a ser equacionado em 31/12/2018 e a totalizada da insuficiência apurada foi alocada na conta de Déficit Técnico.

Variação do resultado

O deficit técnico referente ao exercício de 2017 aumentou de R\$ 67.752.403,40 para R\$ 164.581.331,36 em 31/12/2018.

O deficit técnico total em 31/12/2017 era de R\$603.894.964,00. Deste deficit, R\$326.584.571,80 e R\$209.557.988,80 eram referentes aos deficits equacionados de 2013 e 2015, respectivamente, que em função da manifestação da Sest e Previc para revê-los foram alocados em deficit técnico até a aprovação do TAC. Em 31/12/2018, os deficits de 2013 e 2015 foram atualizados para 31/12/2018 pela Eletros e alocados em deficit equacionado.

Natureza do resultado

O aumento do deficit técnico no exercício de 2018 foi devido às variações do passivo actuarial ocorridas no ano, conforme já informado no item "Variação das Provisões Matemáticas".

Soluções para equacionamento do deficit

Foram equacionados no encerramento do exercício de 2018 os deficits de 2013 e 2015 conforme estabelecido no TAC aprovado em 11/02/2019. Deverão ser firmados Termos de Compromisso entre a Eletrobrás e a Eletros e entre a Cepel e a Eletros ratificando o plano de equacionamento dos referidos deficits conforme estabelecido no Termo Ajustamento de Conduta..

O deficit de 2011, cujo equacionamento não foi suspenso no encerramento do exercício de 2017 dado que estava respaldado em termos de compromisso firmados com as patrocinadoras, foi segregado entre patrocinadoras (Eletrobras, Cepel e Eletros), participantes e assistidos e o deficit de responsabilidade da patrocinadora possui um Termo de Compromisso firmado.

Os deficits de 2013 e 2015 atualizados para 31/12/2018, de acordo com o TAC, foram segregados entre patrocinadoras, participantes e assistidos, sendo que a parcela de responsabilidade das patrocinadoras foi segregada entre a conceder e concedido de acordo com o estabelecido no TAC .

Plano de Custeio

Nos meses de janeiro a março de 2019 deverão ser mantidas as taxas previstas no plano de custeio para 2018. No período de abril de 2019 a março de 2020, deverão vigorar as taxas de custeio indicadas neste parecer.

As patrocinadoras, os participantes ativos e assistidos deverão efetuar as contribuições resultantes da aplicação das taxas indicadas nesse parecer sobre a folha de salário real de contribuição e folha de benefícios, respectivamente, conforme indicado abaixo:

■ Contribuições Normais dos Participantes Ativos e Patrocinadoras

Tabela 1 - Parcela do salário real de contribuição	Taxas
Até o Valor do Teto de Contribuição da Previdência Social	8,16%
Entre o Valor do Teto de Contribuição da Previdência Social e 3 vezes o Valor do Teto de Contribuição da Previdência Social	17,13%
Entre 3 vezes o Valor do Teto de Contribuição da Previdência Social e 6 vezes o Valor do Teto de Contribuição da Previdência Social	24,48%
Acima de 6 vezes o Valor do Teto de Contribuição da Previdência Social	29,60%

■ Contribuições Normais dos Participantes Assistidos

Tabela 2 - Parcela do complemento de aposentadoria	Taxas
Até ½ Teto de contribuição da Previdência Social	2,5%
Entre ½ Teto de contribuição da Previdência Social e 1 Teto de contribuição da Previdência Social	5,0%
Entre 1 Teto de contribuição da Previdência Social e 3 vezes o Teto de contribuição da Previdência Social	9,0%
Entre 3 vezes o Teto de contribuição da Previdência Social e 6 vezes o Teto de contribuição da Previdência Social	15,0%
Acima de 6 vezes o Teto de contribuição da Previdência Social	19,0%

As contribuições normais dos assistidos tem o objetivo de custear as futuras pensões por morte, que são de sua exclusiva responsabilidade segundo o regulamento do Plano de Benefícios BD Eletrobrás.

A taxa de administração, incidente sobre o Patrimônio do Plano, que era de 0,50% a.a. (até março de 2019) foi alterada para 0,45% a.a. (a partir de abril de 2019), conforme decisão do Conselho Deliberativo da ELETROS (reunião de 26 de novembro de 2018).

A sobrecarga administrativa, equivalente a 3,00% das contribuições normais e extraordinárias, foi mantida para o exercício de 2019.

Contribuições Extraordinárias – Patrocinadoras

Tabela 3 - Contribuições Extraordinárias Mensais das Patrocinadoras	Valores Mensais em R\$	Valores Mensais em R\$ (incluindo a despesa administrativa)	Prazos em anos contados a partir de dezembro/2018
Serviço Passado - Eletrobras			
<i>Artigo 61</i>	2.060.048,71	2.121.850,17	1 ano
Deficit Equacionado 2011			
<i>Patrocinadoras</i>	364.084,19	375.006,71	1 ano
Deficit Equacionado Adicional 2013			
<i>Patrocinadoras – referente aos assistidos</i>	821.803,74	846.457,85	14 anos e 6 meses
<i>Patrocinadoras – referente aos participantes ativos</i>	233.961,19	240.980,03	3 anos e 10 meses
Deficit Equacionado Adicional 2015			
<i>Patrocinadoras – referente aos assistidos</i>	358.067,49	368.809,52	15 anos e 1 mês
<i>Patrocinadoras – referente aos participantes ativos</i>	30.165,75	31.070,69	15 anos e 1 mês

As contribuições extraordinárias referentes ao serviço passado – Artigo 61 são de responsabilidade da Eletrobras e representam os compromissos estabelecidos no artigo 61 do Regulamento do Plano de Benefícios BD Eletrobrás.

As contribuições foram apuradas considerando os prazos apresentados acima e a taxa de juros de 5,64% a.a. e devem ser atualizadas mensalmente pela variação da URE da entidade.

As contribuições extraordinárias referentes aos deficits de 2013 e 2015 entrarão em vigor conforme prazos estabelecidos no Termo de Ajustamento de Conduta – TAC publicado no Diário Oficial da União em 11/02/2019.

Adicionalmente a patrocinadora deverá efetuar contribuições referentes ao Serviço Passado – “Atividade Especial e Processos judiciais” na forma acordada entre patrocinadora e entidade.

Contribuições Extraordinárias – Participantes Ativos e Assistidos

Tabela 4 - Contribuições Extraordinárias Anuais dos Participantes Ativos e Assistidos	Valores Anuais em R\$	% da Folha	% da Folha (incluindo a despesa administrativa)	Prazos em anos contados a partir de dezembro/2018
Deficit Equacionado 2011				
<i>Participantes ativos</i>	1.312.547,68	4,48% ⁽¹⁾	4,62% ⁽¹⁾	1 ano
<i>Assistidos</i>	1.195.003,80	2,73% ⁽²⁾	2,81% ⁽²⁾	19 anos e 6 meses
Deficit Equacionado Adicional 2013				
<i>Participantes ativos</i>	6.476.639,92	22,11% ⁽¹⁾	22,78% ⁽¹⁾	3 anos e 10 meses
<i>Assistidos</i>	22.749.614,51	11,00% ⁽³⁾	11,33% ⁽³⁾	14 anos e 6 meses
Deficit Equacionado Adicional 2015				
<i>Participantes ativos</i>	1.378.341,39	4,71% ⁽¹⁾	4,85% ⁽¹⁾	15 anos e 1 mês
<i>Assistidos</i>	16.360.929,98	6,49% ⁽⁴⁾	6,68% ⁽⁴⁾	15 anos e 1 mês

¹ Percentuais apurados com base na folha de salários (incluindo 13º) dos participantes ativos em 2018: R\$29.287.598

² Percentuais apurados com base na folha de benefícios (incluindo 13º) dos assistidos de 2018 (não considerando os aposentados anteriores a abril de 2006, nem os pensionistas, nem os BPD's): R\$43.801.121,37

³ Percentuais apurados com base na folha de benefícios (incluindo 13º) dos assistidos de 2018 (não considerando os pensionistas, nem os BPD's): R\$206.878.505,39

⁴ Percentual apurado com base na folha de benefícios (incluindo 13º) dos assistidos de 2018 (considerando os BPD's e os pensionistas): R\$252.190.445,94

O prazo remanescente de amortização do deficit equacionado de 2011 de responsabilidade dos assistidos é de 19 anos e 6 meses, contados a partir de 31/12/2018, que correspondia à expectativa de vida ponderada pelo benefício dos aposentados anteriores a abril de 2006, apurado em 31/12/2014.

O deficit equacionado de 2013, atribuível aos participantes ativos será equacionado pelo prazo remanescente de 3 anos e 10 meses, contados a partir de 31/12/2018, que corresponde ao tempo de serviço futuro dos participantes ativos ponderado pelo benefício apurado em 31/12/2018.

A parcela do deficit de 2013 referente aos participantes assistidos será amortizada pelo prazo de 14 anos e 6 meses que corresponde à expectativa de vida dos participantes assistidos (sem considerar os pensionistas) em 31/12/2018 ponderada pelo benefício conforme legislação vigente em 2013.

O prazo para o equacionamento do deficit de 2015 é de uma vez e meia a duração do plano, que em 31/12/2018 é de 10,05 anos, resultando no prazo de 15 anos e 1 mês, conforme legislação vigente em 2015.

As contribuições extraordinárias referentes aos deficits de 2013 e 2015 entrarão em vigor conforme prazos estabelecidos no Termo de Ajustamento de Conduta – TAC publicado no Diário Oficial da União em 11/02/2019.

Autopatrocinados

O participante autopatrocinado assume, além da sua contribuição, a contribuição previdenciária, a sobrecarga administrativa e outros encargos, porventura atribuídos à patrocinadora.

Adicionalmente, o autopatrocinado deve efetuar as contribuições relativas à parcela de benefícios a conceder do deficit equacionado das patrocinadoras, que correspondem a:

- 1,17% sobre o respectivo salário real de contribuição, referente ao deficit equacionado de 2011;
- 9,87% sobre o respectivo salário real de contribuição, referente ao deficit equacionado de 2013;
- 1,27% sobre o respectivo salário real de contribuição, referente ao deficit equacionado de 2015.

Tais percentuais incluem a sobrecarga administrativa de 3,00%.

As contribuições extraordinárias referentes aos deficits de 2013 e 2015 entrarão em vigor conforme prazos estabelecidos no Termo de Ajustamento de Conduta – TAC publicado no Diário Oficial da União em 11/02/2019.

Participantes aguardando o Benefício Proporcional Diferido

O participante aguardando o benefício proporcional diferido assume a contribuição extraordinária e a sobrecarga administrativa referente ao deficit equacionado de 2015, correspondente a 6,68% do benefício projetado (tal percentual inclui a sobrecarga administrativa de 3,00%).

As contribuições extraordinárias referentes aos deficits de 2013 e 2015 entrarão em vigor conforme prazos estabelecidos no Termo de Ajustamento de Conduta – TAC publicado no Diário Oficial da União em 11/02/2019.

Evolução dos Custos

Apresentamos na Tabela 4 a seguir, o comparativo dos percentuais indicados para 2018 com os que deverão ser praticados em 2019, referentes ao custo normal e extraordinário, com exceção do serviço passado do artigo 61, incluindo as contribuições para despesa administrativa. Em 2017 os percentuais referentes à amortização dos deficit de 2013 e 2015 não foram apresentados, uma vez que foram revistos conforme o Termo de Ajustamento de Conduta -TAC.

Tabela 5 - Taxas de Contribuição em % da folha de participação/benefício	Novo Plano de Custeio	Plano de Custeio Anterior
<i>Patrocinadoras</i>		
Normal	14,20% ¹	14,24%
Deficit Equacionado 2011	15,37% ¹	13,45%
Deficit Equacionado 2013	44,56% ¹	-
Deficit Equacionado 2015	16,38% ¹	-
Contribuição Total das Patrocinadoras	90,51%	27,69%
<i>Participantes Ativos</i>		
Normal	14,20% ¹	14,24%
Deficit Equacionado 2011	4,62% ¹	3,59%
Deficit Equacionado 2013	22,78% ¹	-
Deficit Equacionado 2015	4,85% ¹	-
Contribuição Total dos Participantes Ativos	46,45%	17,83%
<i>Participantes Assistidos</i>		
Normal	7,62% ³	7,83%
Deficit Equacionado 2011	2,81% ²	3,00%
Deficit Equacionado 2013	11,33% ³	-
Deficit Equacionado 2015	6,68% ⁴	-
Contribuição Total dos Participantes Assistidos	28,44%	10,83%

¹ Percentuais apurados com base na folha de salários (incluindo 13º) dos participantes ativos em 2018: R\$29.287.598

² Percentuais apurados com base na folha de benefícios (incluindo 13º) dos assistidos de 2018 (não considerando os aposentados anteriores a abril de 2006, nem os pensionistas, nem os BPD's):R\$206.878.505,39

³ Percentuais apurados com base na folha de benefícios (incluindo 13º) dos assistidos de 2018 (não considerando os pensionistas, nem os BPD's): R\$206.878.505,39

⁴ Percentual apurado com base na folha de benefícios (incluindo 13º) dos assistidos de 2018 (considerando os BPD's e os pensionistas): R\$252.190.445,94

As contribuições extraordinárias referentes aos deficits de 2013 e 2015 entrarão em vigor conforme prazos estabelecidos no Termo de Ajustamento de Conduta – TAC publicado no Diário Oficial da União em 11/02/2019.

Conclusão

Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano de Benefícios BD Eletrobrás, administrado pela Eletros – Fundação Eletrobrás de Seguridade Social informamos que o plano apresentou em 31/12/2018 um Equilíbrio Técnico Ajustado negativo no valor de R\$127.533.728,55 já deduzido o valor positivo do Ajuste de Precificação de R\$37.047.602,81, inferior ao limite de equacionamento definido no artigo 28 da Resolução CNPC no 22/2015, o qual não será equacionado. O equilíbrio do plano no longo prazo depende da realização das contribuições normais e extraordinárias indicadas no plano de custeio apresentado nesse parecer e em conformidade com o TAC, aprovado em 11/02/2019.

As provisões matemáticas apresentadas neste parecer são estimativas e baseadas em premissas sobre eventos futuros. Determinadas regras do plano, julgadas imateriais do ponto de vista atuarial, não são avaliadas. Outras regras são calculadas por aproximação na avaliação atuarial para apuração dos compromissos do plano. A Willis Towers Watson adota aproximações em seus cálculos que, de acordo com sua avaliação, não resultam em diferença expressiva em relação aos resultados que seriam obtidos usando cálculos mais detalhados ou dados mais precisos.


As premissas atuariais adotadas foram determinadas através de estudos de aderência elaborados conforme a legislação vigente.

Futuras avaliações atuariais podem apresentar resultados diferentes dos registrados neste parecer devido a diversos fatores, dentre eles destacamos: experiência do plano diferente da prevista nas premissas econômicas ou demográficas; alteração nas premissas econômicas ou demográficas; mudança nas regras do plano e/ou na legislação; e eventos significativos ocorridos nas patrocinadoras, tais como reestruturações, aquisições e alienações.

Os resultados apresentados neste parecer estão diretamente vinculados à precisão e integridade dos dados e informações de responsabilidade da entidade e suas patrocinadoras.

Este parecer atuarial foi elaborado para a Eletros – Fundação Eletrobrás de Seguridade Social com o propósito de apresentar os resultados da avaliação atuarial em 31/12/2018. Este documento não se destina ou deve ser utilizado para outros fins. Qualquer outro destinatário será considerado como tendo concordado que a Willis Towers Watson tem responsabilidade apenas com a Eletros em relação a todas as questões relativas a este documento, e se basear neste documento não resultará na criação de qualquer direito ou responsabilidade pela Willis Towers Watson para tal destinatário.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2019.


Natasha Leal Ayres
MIBA nº 930


Valéria Amadeu Monteiro
MIBA nº 845



Pareceres

Parecer Atuarial por Plano

Plano CD Eletrobrás

PARECER ATUARIAL DO PLANO CD ELETROBRÁS– 31/12/2018

Plano CD ELETROBRÁS – CNPB: 2006.0015-74

Objetivo:

Em consonância com a Resolução MPS/CGPC nº 23, de 06 de dezembro de 2006, artigo 3º e Instrução MPS/PREVIC nº 09, de 14 de dezembro de 2010, anexo VI, elaboramos este parecer atuarial contendo todos os fatores relevantes utilizados para apuração dos resultados da avaliação atuarial de encerramento do exercício 2018.

Qualidade da base cadastral:

Os dados individuais, posicionados em 31/12/2018, dos participantes e assistidos do plano foram, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados, considerados adequados para fins desta avaliação atuarial.

Estatísticas:**- Benefícios a Conceder:**

Quantidade de Participantes Ativos:	1056
Folha de Salário de Participação Mensal:	R\$ 17.130.154,06
Idade Média (Anos):	46,00

Quantidade de Participantes Autopatrocinados:	46
Folha de Salário de Participação Mensal:	R\$ 526.626,08
Idade Média (Anos):	49,00

Quantidade de Participantes em BPD ⁽¹⁾ (aguardando):	107
Idade Média (Anos):	47,00

(1) Inclui 16 “Desligados”, 10 “Aguardando Opção” e 1 “Cancelado”.

- Benefícios Concedidos:

- BENEFÍCIO PROPORCIONAL DIFERIDO SALDADO	
Quantidade de Benefícios Concedidos:	217
Idade Média dos Assistidos (Anos):	65,00
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$ 9.068,48





- CRÉDITO ADICIONAL POR INVALIDEZ	
Quantidade de Benefícios Concedidos:	0
Idade Média dos Assistidos (Anos):	0,00
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$ 0,00

- CRÉDITO ADICIONAL POR MORTE	
Quantidade de Benefícios Concedidos:	1
Idade Média dos Assistidos (Anos):	75,00
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$ 79.159,48

- RENDA MENSAL DE PENSÃO POR MORTE	
Quantidade de Benefícios Concedidos ⁽²⁾ :	60
Idade Média dos Assistidos (Anos):	46,00
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$ 4.440,03

- RENDA MENSAL POR INVALIDEZ	
Quantidade de Benefícios Concedidos:	2
Idade Média dos Assistidos (Anos):	57,00
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$ 4.236,96

- RENDA PROGRAMADA REVERSÍVEL EM RENDA VITALÍCIA	
Quantidade de Benefícios Concedidos ⁽³⁾ :	473
Idade Média dos Assistidos (Anos):	64,00
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$ 8.884,26

⁽²⁾ Não inclui 4 pensionistas que recebem somente o benefício BPDS.

⁽³⁾ Inclui 2 aposentados em gozo de Renda Mensal Vitalícia e não inclui 3 “Desligados”, 1 Aguardando Pensão e 25 que recebem somente o benefício BPDS.

Adequação dos métodos de financiamento:

BENEFÍCIO	REGIME	MÉTODO DE FINANCIAMENTO
Benefício proporcional diferido	Capitalização	Capitalização financeira
Benefício proporcional diferido saldato	Capitalização	Agregado
Crédito adicional por invalidez	Repartição simples	Não aplicável
Crédito adicional por morte	Repartição simples	Não aplicável
Renda Mensal de pensão por morte	Capitalização	Capitalização financeira
Renda Mensal por invalidez	Capitalização	Capitalização financeira
Renda Mensal vitalícia de pensão por morte	Capitalização	Capitalização financeira
Renda programada reversível em renda vitalícia	Capitalização	Capitalização financeira

Os benefícios vitalícios do Plano são avaliados pelo Método de Financiamento Agregado.

Informamos que não ocorreram alterações nos métodos de financiamento adotados, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, sendo, portanto, todos considerados adequados.

Hipóteses atuariais:

Premissa:	Valor:
Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios)	Cotas do Patrimônio
Taxa real anual de juros:	5,25%
Fator de Determinação Valor Real Longo do Tempo Ben Entidade	0,98
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 suavizada em 10% M&F
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-49 masculina
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo americana
Hipótese sobre Composição de Família de Pensionistas	85% casados e mulher 4 anos mais nova

A “Hipótese sobre Composição de Família de Pensionistas” é utilizada para cálculo das Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder da “Parcela BPDS”.

Os benefícios BPDS e Renda Vitalícia utilizam como Indexador para fins de reajuste o INPC, do IBGE, defasado em um mês.

A tábua de mortalidade geral utilizada no encerramento do exercício 2017, Tábua AT-2000 Basic segregada por sexo, foi alterada, com vigência a partir de 31 de dezembro de 2018, para a Tábua AT-2000 suavizada em 10% segregada por sexo.

Informamos que não ocorreram alterações nas demais hipóteses adotadas, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, tendo sido todas as hipóteses devidamente analisadas por testes de aderência em consonância com a legislação pertinente.



Rentabilidade apurada no exercício:

A rentabilidade do Plano no ano (8,31%), líquida da taxa de administração, ficou pouco abaixo da meta atuarial equivalente a INPC + 5,25% (8,86%). Para 2019, projetou-se INPC em 4,20%.

O resultado acumulado no ano de 2018 nos segmentos de Renda Variável, Renda Fixa, Empréstimos e Imóveis foram positivos em 20,57%, 7,10%, 11,17% e 6,89%, respectivamente (valores nominais).

Plano de Custeio (custos para o exercício seguinte em relação ao exercício anterior):

As Contribuições Previdenciárias Normais (líquidas da sobrecarga administrativa) dos participantes e patrocinadores para o próximo exercício foram estimadas em 22,26% (11,13% para os participantes e 11,13% para as Patrocinadoras), enquanto na avaliação atuarial anterior o percentual era de 22,60% (11,30% para os participantes e 11,30% para as Patrocinadoras). Ressaltamos que as contribuições são calculadas baseadas nos percentuais definidos pelos participantes e que os mesmos podem alterar tais percentuais, conforme previsto no regulamento. Adicionalmente, informamos que eventuais ingressos de novos participantes também implicarão na variação dos custos estimados para o próximo exercício.

A taxa de administração, incidente sobre o Patrimônio do Plano, que era de 0,50% ao ano (até março de 2019) foi alterada para 0,45% ao ano (a partir de abril de 2019), conforme deliberação do Conselho Deliberativo da ELETROS (reunião de 26 de novembro de 2018).

A sobrecarga administrativa, equivalente a 3,00% das contribuições básicas, foi mantida para o exercício de 2019. Não será aplicada sobrecarga administrativa sobre as contribuições adicionais ou voluntárias.

Verificamos que os benefícios de risco (Crédito Adicional por Invalidez e Crédito Adicional por Morte) pagos nos últimos anos estão bem abaixo do esperado. Dessa forma, com relação à contribuição para benefícios não programáveis, informamos que o percentual vigente até março de 2019 de 2,00% das contribuições básicas de participante e de Patrocinadora foi alterado para 0,50%, a partir de abril de 2019, em função de estudo realizado por esta Entidade. Ressaltamos que tal percentual é reavaliado anualmente, podendo este ser majorado, mantido ou reduzido, conforme o resultado do estudo.

Provisões Matemáticas em 31/12/2018:

PLANO CD ELETROBRÁS - "PARCELA BPDS"		31/12/2018
ELETROS		
PROVISÕES MATEMÁTICAS EM		
CODIGO	TITULO	VALORES - (R\$)
	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	368.352.456,64
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	381.772.612,84
2.3.1.1.01.00.00	Benefícios Concedidos	333.517.306,32
2.3.1.1.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	333.517.306,32
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados Assistidos	285.478.436,12



2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados Assistidos	48.038.870,20
2.3.1.1.02.00.00	Benefícios a Conceder (*)	52.857.502,36
2.3.1.1.02.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	48.567.242,22
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	48.567.242,22
2.3.1.1.02.02.02	Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	0,00
2.3.1.1.02.02.03	Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
2.3.1.1.02.03.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	4.290.260,14
2.3.1.1.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	4.290.260,14
2.3.1.1.02.03.02	Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	0,00
2.3.1.1.02.03.03	Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
2.3.1.1.02.04.00	Benefício Definido Estruturado em regime de Capitais de Cobertura	0,00
2.3.1.1.02.05.00	Benefício Definido Estruturado em regime de Repartição Simples	0,00
2.3.1.1.03.00.00	Provisões Matemáticas a Constituir	(4.602.195,84)
2.3.1.1.03.01.00	Serviço Passado	(4.602.195,84)
2.3.1.1.03.01.01	Patrocinador (**)	(4.602.195,84)
2.3.1.1.03.01.02	Participantes	0,00
2.3.1.1.03.02.00	Déficit Equacionado	0,00
2.3.1.1.03.02.01	Patrocinador	0,00
2.3.1.1.03.02.02	Participantes	0,00
2.3.1.1.03.02.03	Assistidos	0,00
2.3.1.1.03.03.00	Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
2.3.1.1.03.03.01	Patrocinador	0,00
2.3.1.1.03.03.02	Participantes	0,00
2.3.1.1.03.03.03	Assistidos	0,00
2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	(13.420.156,20)
2.3.1.2.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	(13.420.156,20)
2.3.1.2.01.01.00	SUPERAVIT TÉCNICO ACUMULADO	-
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	-
2.3.1.2.01.01.02	Reserva especial para revisão de plano	-
2.3.1.2.01.02.00	DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO (II)	(13.420.156,20)
2.3.1.2.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	-
2.3.2.1.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	-
2.3.2.1.03.00.00	Outros - Previsto em Nota técnica atuarial	-
2.3.2.1.03.01.00	Fundo de Riscos	-

**Eletros**

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social



PARECER ATUARIAL – DB/ACB - 005/19

DATA: 19/02/2019

Página 6 de 11

(*) Inclui o valor do saldo das Operações Não Contratadas.

(**) Sendo o saldo das Operações Não Contratadas igual a

RS (4.602.195,84)

PLANO CD ELETROBRÁS - "PARCELA CV" + "PARCELA RENDA VITALÍCIA"		
ELETROS		
PROVISÕES MATEMÁTICAS EM		31/12/2018
CODIGO	TITULO	VALORES - (R\$)
	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	1.498.763.212,94
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	1.498.713.075,99
2.3.1.1.01.00.00	Benefícios Concedidos	813.969.330,90
2.3.1.1.01.01.00	Contribuição Definida	810.696.051,27
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Contas dos Assistidos	810.696.051,27
2.3.1.1.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	3.273.279,63
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados Assistidos	2.434.553,73
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados Assistidos	838.725,90
2.3.1.1.02.00.00	Benefícios a Conceder (*)	690.383.983,80
2.3.1.1.02.01.00	Contribuição Definida	690.383.983,80
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas - Parcela Patrocinador	385.727.093,66
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas - Parcela Participantes	304.656.890,14
2.3.1.1.02.05.00	Benefício Definido Estruturado em regime de Repartição Simples	0,00
2.3.1.1.03.00.00	Provisões Matemáticas a Constituir	(5.640.238,71)
2.3.1.1.03.01.00	Serviço Passado (**)	(5.640.238,71)
2.3.1.1.03.01.01	Patrocinador	(5.640.238,71)
2.3.1.1.03.01.02	Participantes	0,00
2.3.1.1.03.02.00	Déficit Equacionado	0,00
2.3.1.1.03.02.01	Patrocinador	0,00
2.3.1.1.03.02.02	Participantes	0,00
2.3.1.1.03.02.03	Assistidos	0,00
2.3.1.1.03.03.00	Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
2.3.1.1.03.03.01	Patrocinador	0,00
2.3.1.1.03.03.02	Participantes	0,00
2.3.1.1.03.03.03	Assistidos	0,00



2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	50.136,95
2.3.1.2.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	50.136,95
2.3.1.2.01.01.00	SUPERAVIT TÉCNICO ACUMULADO (I)	50.136,95
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	50.136,95
2.3.1.2.01.01.02	Reserva especial para revisão de plano	-
2.3.1.2.01.02.00	DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	-
2.3.1.2.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	-
2.3.2.1.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	35.644.414,96
2.3.2.1.03.00.00	Outros - Previsto em Nota técnica atuarial	35.644.414,96
2.3.2.1.03.01.00	Fundo de Riscos	34.982.684,66
2.3.2.1.03.02.00	Fundo de Reversão do Patrocinador	661.730,30
(*) Inclui o valor do saldo das Operações Não Contratadas.		
(**) Sendo o saldo das Operações Não Contratadas igual a		R\$ (5.640.238,71)

PLANO CD ELETROBRÁS - CONSOLIDADO
ELETROS
PROVISÕES MATEMÁTICAS EM

31/12/2018

CODIGO	TITULO	VALORES - (R\$)
	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	1.867.115.669,58
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	1.880.485.688,83
2.3.1.1.01.00.00	Benefícios Concedidos	1.147.486.637,22
2.3.1.1.01.01.00	Contribuição Definida	810.696.051,27
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Contas dos Assistidos	810.696.051,27
2.3.1.1.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	



2.3.1.1.01.00.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados Assistidos	336.790.585,95
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados Assistidos	287.912.989,85
		48.877.596,10
2.3.1.1.02.00.00	Benefícios a Conceder (*)	743.241.486,16
2.3.1.1.02.01.00	Contribuição Definida	690.383.983,80
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas - Parcela Patrocinador	385.727.093,66
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas - Parcela Participantes	304.656.890,14
2.3.1.1.02.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	48.567.242,22
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	48.567.242,22
2.3.1.1.02.02.02	Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	0,00
2.3.1.1.02.02.03	Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
2.3.1.1.02.03.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	4.290.260,14
2.3.1.1.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	4.290.260,14
2.3.1.1.02.03.02	Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	0,00
2.3.1.1.02.03.03	Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
2.3.1.1.02.04.00	Benefício Definido Estruturado em regime de Capitais de Cobertura	0,00
2.3.1.1.02.05.00	Benefício Definido Estruturado em regime de Repartição Simples	0,00
2.3.1.1.03.00.00	Provisões Matemáticas a Constituir	(10.242.434,55)
2.3.1.1.03.01.00	Serviço Passado	(10.242.434,55)
2.3.1.1.03.01.01	Patrocinador (**)	(10.242.434,55)
2.3.1.1.03.01.02	Participantes	0,00
2.3.1.1.03.02.00	Déficit Equacionado	0,00
2.3.1.1.03.02.01	Patrocinador	0,00
2.3.1.1.03.02.02	Participantes	0,00
2.3.1.1.03.02.03	Assistidos	0,00
2.3.1.1.03.03.00	Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
2.3.1.1.03.03.01	Patrocinador	0,00
2.3.1.1.03.03.02	Participantes	0,00
2.3.1.1.03.03.03	Assistidos	0,00
2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	(13.370.019,25)
2.3.1.2.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	(13.370.019,25)
2.3.1.2.01.01.00	SUPERAVIT TÉCNICO ACUMULADO	-
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	-
2.3.1.2.01.01.02	Reserva especial para revisão de plano	-
2.3.1.2.01.02.00	DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO (V)	(13.370.019,25)
2.3.1.2.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	-
2.3.2.1.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	35.644.414,96
2.3.2.1.03.00.00	Outros - Previsto em Nota técnica atuarial	35.644.414,96

2.3.2.1.03.01.00	Fundo de Riscos	34.982.684,66
2.3.2.1.03.02.00	Fundo de Reversão do Patrocinador	661.730,30
(*) Inclui o valor do saldo das Operações Não Contratadas.		
(**) Sendo o saldo das Operações Não Contratadas igual a		R\$ (10.242.434,55)

Variação das provisões matemáticas:

O Patrimônio do Plano CD ELETROBRÁS é composto por 3 parcelas com características distintas, a saber:

- "Parcela BPDS" – Parcela das provisões matemáticas e do patrimônio, sem solidariedade com as demais Parcelas, relativa ao compromisso do Plano com o grupo de Participantes e Assistidos que optaram pelo saldamento de seus benefícios, total ou parcialmente, no Plano de origem (Plano BD Eletrobrás) e migraram suas respectivas reservas para este Plano na migração encerrada em 05.05.2009;
- "Parcela CV" – Parcela das provisões matemáticas e do patrimônio, sem solidariedade com as demais Parcelas, composta pelos Fundos de Risco e dos Patrocinadores acrescidos dos saldos de conta individuais dos Participantes e dos Assistidos, com exceção de assistidos em gozo de renda mensal vitalícia.
- "Parcela Renda Vitalícia" – Parcela das provisões matemáticas e do patrimônio, sem solidariedade com as demais Parcelas, relativa ao compromisso do Plano com o grupo de Assistidos que estão em gozo de renda mensal vitalícia.

A segregação virtual ocorre, pois, em caso de déficit em uma das parcelas, o possível custeio extraordinário estabelecido para equilíbrio atuarial deverá considerar as cláusulas específicas do Regulamento, os públicos envolvidos e os regimes financeiros e métodos atuariais específicos de cada uma das Parcelas.

A variação nas provisões matemáticas observada no período ocorreu em função de:

- Alteração da tábua de mortalidade geral utilizada no encerramento do exercício 2017, Tábua AT-2000 Basic segregada por sexo, para a Tábua AT-2000 suavizada em 10% segregada por sexo, vigente a partir de 31/12/2018;
- Movimentações na massa de participantes e assistidos;
- Rentabilidade do Plano no período.

Resultado apurado no exercício:

Relativamente à "Parcela Renda Vitalícia" observamos, em 31/12/2018, um Superávit Técnico Acumulado no valor de R\$ 50.136,95 (I). Destacamos que o valor do Superávit Técnico Acumulado apurado no encerramento de 2018 foi menor que o valor apurado no encerramento de 2017, devido à alteração da tábua de mortalidade geral na Avaliação Atuarial de 31/12/2018, fundamentalmente.





Relativamente à "Parcela BPDS" observamos, em 31/12/2018, um Déficit Técnico Acumulado no valor de R\$ 13.420.156,20 (II). Destacamos que o valor do Déficit Técnico Acumulado apurado no encerramento de 2018 foi maior que o valor apurado no encerramento de 2017, devido à alteração da tábua de mortalidade geral na Avaliação Atuarial de 31/12/2018, fundamentalmente.

Em linha com o Art. 28-A da Resolução CGPC nº 26/2008 (incluído pela Resolução MPS/CNPC nº 16/2014), e utilizando do Sistema Venturo, conforme Portaria PREVIC nº 86, de 1º de fevereiro de 2019, apurou-se, em 31/12/2018, o valor de:

- Duração do Passivo: 10,30 anos;
- Ajuste de Precificação positivo: R\$ 14.789.334,71 (III).

Em seguida, foi possível calcular o Equilíbrio Técnico Ajustado positivo (IV), somente "Parcela BPDS", no valor de R\$ 1.369.178,51 (III - II).

Uma vez que o Equilíbrio Técnico Ajustado (IV), somente "Parcela BPDS", é positivo, entende-se que Déficit Técnico Acumulado dessa Parcela (II) é conjuntural e tenderá a ser revertido no longo prazo, sem a necessidade de contribuições extraordinárias para equacionamento do montante em questão no exercício de 2019.

Destacamos que o Equilíbrio Técnico negativo apurado no encerramento do exercício de 2018 do Plano CD Eletrobrás (consolidado) no valor de R\$ 13.370.019,25 (V) corresponde ao somatório dos Superávits / (Déficits) das Parcelas "Renda Vitalícia" e "BPDS" do Plano (I e II). Enquanto o Equilíbrio Técnico Ajustado positivo, em 31/12/2018, no valor de R\$ 1.419.315,46, corresponde ao somatório Equilíbrio Técnico negativo (V) e do Ajuste de Precificação positivo (III) supracitados.

Ressaltamos que:

- O fluxo de benefícios utilizado para fins de apuração da Duração do Passivo (10,30 anos) foi calculado considerando as Parcelas "BPDS" e "Renda Vitalícia", em consonância com o Art. 4º da Instrução PREVIC nº 19, de 04 de fevereiro de 2015;
- O Ajuste de Precificação positivo (III) foi apurado considerando somente os títulos marcados na curva referentes à "Parcela BPDS", conservadoramente, uma vez que esta Parcela possui Déficit Técnico Acumulado. Caso fossem utilizados todos os títulos marcados na curva (incluindo aqueles referentes à "Parcela Renda Vitalícia"), o valor do Ajuste de Precificação seria ainda maior (R\$ 15.065.233,87);
- Com exceção das Parcelas "BPDS" e "Renda Vitalícia", as Provisões Matemáticas deste Plano são constituídas apenas pelo saldo de conta dos participantes ativos e assistidos.

Outros fatos relevantes:

Os benefícios de risco deste Plano são: Crédito Adicional por Invalidez e Crédito Adicional por Morte.

O Fundo de Reversão do Patrocinador é constituído por:

- Créditos oriundos das sobras da parcela do saldo da Conta Básica de Patrocinador que não for objeto de Resgate.

A utilização do Fundo de Reversão do Patrocinador deverá ser definida no plano de custeio anual, aprovada pelo Conselho Deliberativo e embasada no Parecer Atuarial da Demonstração Atuarial anual.

O Fundo de Riscos é constituído por:

- Créditos oriundos das Contribuições para os Benefícios não Programáveis de Participante e Patrocinador, deduzidos os pagamentos de Créditos Adicionais ou para pagamento de prêmio à seguradora contratada para administração desse risco, conforme o caso;
- Eventual resíduo do crédito adicional, na hipótese de cessação da percepção do Benefício de Renda por Invalidez;
- Saldo existente na Conta Individual Global e na Subconta Individual Global, na hipótese de inexistência de beneficiários, após o decurso de 5 (cinco) anos, contados da data do óbito do participante;
- Demais recursos/despesas auferidos pelo Plano CD Eletrobrás que não se enquadrem em qualquer um dos demais Fundos deverão ser alocados neste Fundo, por exemplo: juros e multas (se cabíveis), diferença de valores (previsto/realizado) em função de variações na cota, entre outros.

Conclusão:

A "Parcela CV" encontra-se equilibrada, dependendo apenas do pagamento das contribuições para os benefícios não programáveis previstas no Plano de Custeio para manutenção deste equilíbrio.

Já a "Parcela Renda Vitalícia" encerrou o exercício de 2018 com Superávit Técnico Acumulado de R\$ 50.136,95, enquanto a "Parcela BPDS" encerrou o exercício com Déficit Técnico Acumulado de 13.420.156,20, resultando no Equilíbrio Técnico negativo apurado no valor de R\$ 13.370.019,25 para o Plano CD Eletrobrás.

No entanto, tendo em vista a apuração de Ajuste de Precificação positivo, posicionado em 31/12/2018, no valor de R\$ R\$ 14.789.334,71, foi apurado (nessa data) Equilíbrio Técnico Ajustado positivo no valor de R\$ 1.419.315,46. Dessa forma, é possível afirmar que o Déficit Técnico Acumulado apresentado no exercício de 2018 é conjuntural, haja vista o Ajuste de Precificação, e tenderá a ser revertido no longo prazo, sem a necessidade de contribuições extraordinárias para equacionamento do montante em questão. Caso isso não ocorra, caberá a esta Entidade realizar plano para equacionamento de déficit.

Atenciosamente,



Bruno Sardinha Lopes
Especialista atuarial



Pareceres

Parecer Atuarial por Plano

Plano CV ONS

PARECER ATUARIAL DO PLANO CV ONS – 31/12/2018

Plano CV ONS – CNPB: 2000.0056-83

Objetivo:

Em consonância com a Resolução MPS/CGPC nº 23, de 06 de dezembro de 2006, artigo 3º e Instrução MPS/PREVIC nº 09, de 14 de dezembro de 2010, anexo VI, elaboramos este parecer atuarial contendo todos os fatores relevantes utilizados para apuração dos resultados da avaliação atuarial de encerramento do exercício 2018.

Qualidade da base cadastral:

Os dados individuais, posicionados em 31/12/2018, dos participantes e assistidos do plano foram, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados, considerados adequados para fins desta avaliação atuarial.

Estatísticas:

- Benefícios a Conceder:

Quantidade de Participantes Ativos:	833
Folha de Salário de Participação Mensal:	R\$ 15.544.950,20
Idade Média (Anos):	45,00

Quantidade de Participantes Autopatrocínados:	54
Folha de Salário de Participação Mensal:	R\$ 564.100,36
Idade Média (Anos):	39,00

Quantidade de Participantes em BPD* (aguardando):	114
Idade Média (Anos):	40,00

* Inclui 20 "Desligados" e 12 "Aguardando Opção".

- Benefícios Concedidos:

- AUXÍLIO-DOENÇA	
Quantidade de Benefícios Concedidos:	16
Idade Média dos Assistidos (Anos):	55,0
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$ 29.460,09



- PECÚLIO POR INVALIDEZ PERMANENTE TOTAL	
Quantidade de Benefícios Concedidos:	0
Idade Média dos Assistidos (Anos):	0,00
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$ 0,00

- PECÚLIO POR MORTE	
Quantidade de Benefícios Concedidos:	0
Idade Média dos Assistidos (Anos):	0,0
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$ 0,00

- RENDA MENSAL DE PENSÃO POR MORTE	
Quantidade de Benefícios Concedidos:	29
Idade Média dos Assistidos (Anos):	47,0
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$ 4.121,89

- RENDA MENSAL POR APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	
Quantidade de Benefícios Concedidos:	3
Idade Média dos Assistidos (Anos):	63,0
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$ 4.179,19

- RENDA MENSAL POR APOSENTADORIA	
Quantidade de Benefícios Concedidos**:	112
Idade Média dos Assistidos (Anos):	66,0
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$ 4.989,90

** Não inclui 1 "Aguardando Pensão".

Adequação dos métodos de financiamento:

BENEFÍCIO	REGIME	MÉTODO DE FINANCIAMENTO
Auxílio-doença	Repartição simples	Não aplicável
Pecúlio por invalidez permanente total	Repartição simples	Não aplicável
Pecúlio por morte	Repartição simples	Não aplicável
Renda Mensal de pensão por morte	Capitalização	Capitalização financeira
Renda Mensal por aposentadoria	Capitalização	Capitalização financeira
Renda Mensal por aposentadoria por invalidez	Capitalização	Capitalização financeira



Informamos que não ocorreram alterações nos métodos de financiamento adotados, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, sendo, portanto, todos considerados adequados.

Hipóteses atuariais:

Premissa:	Valor:
Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios)	Cotas do Patrimônio
Taxa real anual de juros:	5,25%
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 suavizada em 10% M&F
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-49 masculina
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo americana

A tábua de mortalidade geral utilizada no encerramento do exercício 2017, Tábua AT-2000 Basic segregada por sexo, foi alterada, com vigência a partir de 31 de dezembro de 2018, para a Tábua AT-2000 suavizada em 10% segregada por sexo.

Informamos que não ocorreram alterações nas demais hipóteses adotadas, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, tendo sido todas as hipóteses devidamente analisadas por testes de aderência em consonância com a legislação pertinente.

Rentabilidade apurada no exercício:

A rentabilidade do Plano no ano (8,91%), líquida da taxa de administração, ficou acima da meta atuarial equivalente a INPC + 5,25% (8,86%). Para 2019, projetou-se INPC em 4,20%.

O resultado acumulado no ano de 2018 nos segmentos de Renda Variável, Renda Fixa e Empréstimos foram positivos em 20,57%, 6,82% e 11,98%, respectivamente (valores nominais).

Plano de Custeio (custos para o exercício seguinte em relação ao exercício anterior):

As Contribuições Previdenciárias Normais (líquidas da sobrecarga administrativa) dos participantes para o próximo exercício foram estimadas em 7,96%, enquanto no exercício anterior o percentual era de 7,99%. Já as Contribuições Previdenciárias Normais da Patrocinadora foram estimadas em 8,45% neste exercício, enquanto o percentual era de 8,48% no exercício anterior. Ressaltamos que as contribuições são calculadas baseadas nos percentuais definidos pelos participantes e que os mesmos podem alterar tais percentuais, conforme previsão regulamentar. Adicionalmente, informamos que eventuais ingressos ou saídas de participantes também implicarão na variação dos custos estimados para o próximo exercício.

A taxa de administração, incidente sobre o Patrimônio do Plano, que era de 0,50% ao ano (até março de 2019) foi alterada para 0,45% ao ano (a partir de abril de 2019), conforme deliberação do Conselho Deliberativo da ELETROS (reunião de 26 de novembro de 2018).

A sobrecarga administrativa, equivalente a 3,00% das contribuições básicas (sendo tal valor de responsabilidade exclusiva do Patrocinador), foi mantida para o exercício de 2019. Não será aplicada sobrecarga administrativa sobre as contribuições adicionais ou voluntárias.

Com relação à contribuição para benefícios não programáveis, informamos que os percentuais incidentes sobre o salário para fins de contribuição, a partir da vigência deste plano de custeio (abril de 2019), serão de 1,07% de responsabilidade da Patrocinadora (0,25% referente a auxílio-doença e 0,82% referente aos pecúlios) e 0,58% de responsabilidade do participante (percentuais iguais àqueles vigentes até março de 2019), em função de estudo realizado por esta Entidade. Ressaltamos que tais percentuais são reavaliados anualmente, podendo estes ser majorados, mantidos ou reduzidos, conforme resultados do estudo.

Varição das provisões matemáticas:

As Provisões Matemáticas deste Plano são constituídas apenas pelo saldo de conta dos participantes ativos e assistidos. A variação nas provisões matemáticas observada no período ocorreu devido às movimentações na massa de ativos e assistidos do Plano e à variação da cota no período.

Resultado apurado no exercício:

Não houve resultado positivo ou negativo no exercício, visto que até o encerramento do exercício de 2018 não houve concessão de renda mensal vitalícia.

Outros fatos relevantes:

Os benefícios de risco deste Plano são: Auxílio-Doença, Pecúlio por Invalidez Permanente Total e Pecúlio por Morte.

O Fundo de Reversão do Patrocinador é constituído por:

- Créditos oriundos das sobras da parcela do saldo da Conta Básica de Patrocinador que não foram objeto de Resgate a partir de 05 de outubro de 2016.

O saldo deste Fundo tem o objetivo de equacionar a parcela do Patrocinador de um eventual déficit futuro e/ou reduzir a contribuição de responsabilidade da Patrocinadora.

O Fundo de Riscos é constituído por:

- Créditos oriundos das Contribuições para os Benefícios não Programáveis de Participante e Patrocinador, deduzidos os pagamentos de Pecúlios e Complementação de Auxílio Doença ou para pagamento de prêmio à seguradora contratada para administração desse risco, conforme o caso.
- Saldo existente na Conta Individual Global e na Subconta Individual Global, na hipótese de inexistência de beneficiários, e após o decurso de 5 (cinco) anos, contados da data do óbito do participante;
- Demais recursos/despesas auferidos pelo Plano CV ONS que não se enquadrem em qualquer um dos demais Fundos deverão ser alocados neste Fundo, por exemplo: juros e multas (se cabíveis), diferença de valores (previsto/realizado) em função de variações na cota, entre outros.



Provisões Matemáticas em 31/12/2018:

PLANO CV ONS ELETROS PROVISÕES MATEMÁTICAS EM 31/12/2018		
CODIGO	TITULO	VALORES - (R\$)
	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	589.982.268,31
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	589.982.268,31
2.3.1.1.01.00.00	Benefícios Concedidos	98.673.194,45
2.3.1.1.01.01.00	Contribuição Definida	98.673.194,45
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Contas dos Assistidos	98.673.194,45
2.3.1.1.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	0,00
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados Assistidos	0,00
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados Assistidos	0,00
2.3.1.1.02.00.00	Benefícios a Conceder	491.309.073,86
2.3.1.1.02.01.00	Contribuição Definida	491.309.073,86
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas - Parcela Patrocinador	221.152.195,24
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas - Parcela Participantes	270.156.878,62
2.3.1.1.02.05.00	Benefício Definido Estruturado em regime de Repartição Simples	0,00
2.3.1.1.03.00.00	Provisões Matemáticas a Constituir	0,00
2.3.1.1.03.01.00	Serviço Passado	0,00
2.3.1.1.03.01.01	Patrocinador	0,00
2.3.1.1.03.01.02	Participantes	0,00
2.3.1.1.03.02.00	Déficit Equacionado	0,00
2.3.1.1.03.02.01	Patrocinador	0,00
2.3.1.1.03.02.02	Participantes	0,00
2.3.1.1.03.02.03	Assistidos	0,00
2.3.1.1.03.03.00	Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
2.3.1.1.03.03.01	Patrocinador	0,00
2.3.1.1.03.03.02	Participantes	0,00
2.3.1.1.03.03.03	Assistidos	0,00
2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	-
2.3.1.2.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	-




2.3.1.2.01.01.00	SUPERAVIT TÉCNICO ACUMULADO	-
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	-
2.3.1.2.01.01.02	Reserva especial para revisão de plano	-
2.3.1.2.01.02.00	DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	-
2.3.1.2.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	-
<hr/>		
2.3.2.1.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	8.396.572,58
2.3.2.1.03.00.00	Outros - Previsto em Nota técnica atuarial	8.396.572,58
2.3.2.1.03.01.00	Fundo de Riscos	7.708.332,44
2.3.2.1.03.02.00	Fundo de Reversão do Patrocinador	688.240,14

Conclusão:

Consideramos que o plano encontra-se equilibrado, dependendo apenas do pagamento das contribuições previstas no Plano de Custeio para manutenção deste equilíbrio.

Atenciosamente,



Bruno Sardinha Lopes
Especialista atuarial



Pareceres

Parecer Atuarial por Plano

Plano CV EPE

PARECER ATUARIAL DO PLANO EPE – 31/12/2018
Plano EPE – CNPB: 2009.0029-38
Objetivo:

Em consonância com a Resolução MPS/CGPC nº 23, de 06 de dezembro de 2006, artigo 3º e Instrução MPS/PREVIC nº 09, de 14 de dezembro de 2010, anexo VI, elaboramos este parecer atuarial contendo todos os fatores relevantes utilizados para apuração dos resultados da avaliação atuarial de encerramento do exercício 2018.

Qualidade da base cadastral:

Os dados individuais, posicionados em 31/12/2018, dos participantes do plano foram, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados, considerados adequados para fins desta avaliação atuarial.

Estatísticas:
- Benefícios a Conceder:

Quantidade de Participantes Ativos:	264
Folha de Salário de Participação Mensal:	R\$ 3.805.343,38
Idade Média (Anos):	41,00

Quantidade de Participantes Autopatrocinados:	19
Folha de Salário de Participação Mensal:	R\$ 264.146,99
Idade Média (Anos):	52,00

Quantidade de Participantes em BPD* (aguardando):	45
Idade Média (Anos):	41,00

* Inclui 11 "Desligados", 5 "Aguardando Opção", 1 "Aguardando Pensão" e 1 "Cancelado".

- Benefícios Concedidos:

- AUXÍLIO-DOENÇA	
Quantidade de Benefícios Concedidos:	9
Idade Média dos Assistidos (Anos):	45,00
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$ 13.935,58

- PECÚLIO POR INVALIDEZ	
Quantidade de Benefícios Concedidos:	1
Idade Média dos Assistidos (Anos):	49,00
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$ 129.203,46





- PECÚLIO POR MORTE	
Quantidade de Benefícios Concedidos:	1
Idade Média dos Assistidos (Anos):	37,00
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$ 141.155,29

- CRÉDITO ADICIONAL POR INVALIDEZ	
Quantidade de Benefícios Concedidos:	1
Idade Média dos Assistidos (Anos):	49,00
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$ 43.972,66

- CRÉDITO ADICIONAL POR MORTE	
Quantidade de Benefícios Concedidos:	1
Idade Média dos Assistidos (Anos):	37,00
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$ 826.160,67

- RENDA MENSAL DE PENSÃO POR MORTE	
Quantidade de Benefícios Concedidos:	2
Idade Média dos Assistidos (Anos):	24,00
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$ 744,04

- RENDA MENSAL POR APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	
Quantidade de Benefícios Concedidos:	1
Idade Média dos Assistidos (Anos):	49,00
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$ 284,32

- RENDA MENSAL POR APOSENTADORIA	
Quantidade de Benefícios Concedidos**:	17
Idade Média dos Assistidos (Anos):	68,00
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$ 3.724,42

** Não inclui 1 "Desligado".

Adequação dos métodos de financiamento:

BENEFÍCIO	REGIME	MÉTODO DE FINANCIAMENTO
Auxílio-doença	Repartição simples	Não aplicável
Crédito adicional por invalidez permanente total	Repartição simples	Não aplicável
Crédito adicional por morte	Repartição simples	Não aplicável
Pecúlio por invalidez permanente total	Repartição simples	Não aplicável
Pecúlio por morte	Repartição simples	Não aplicável
Renda Mensal de aposentadoria	Capitalização	Capitalização financeira
Renda Mensal de aposentadoria por invalidez	Capitalização	Capitalização financeira
Renda Mensal de pensão por morte	Capitalização	Capitalização financeira

Informamos que não ocorreram alterações nos métodos de financiamento adotados, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, sendo, portanto, todos considerados adequados.

Hipóteses atuariais:

Premissa:	Valor:
Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios)	Cotas do Patrimônio
Taxa real anual de juros:	5,25%
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 suavizada em 10% M&F
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-49 masculina
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo americana

A tábua de mortalidade geral utilizada no encerramento do exercício 2017, Tábua AT-2000 Basic segregada por sexo, foi alterada, com vigência a partir de 31 de dezembro de 2018, para a Tábua AT-2000 suavizada em 10% segregada por sexo.

Informamos que não ocorreram alterações nas demais hipóteses adotadas, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, tendo sido todas as hipóteses devidamente analisadas por testes de aderência em consonância com a legislação pertinente.

Rentabilidade apurada no exercício:

A rentabilidade do Plano no ano (8,57%) ficou pouco abaixo da meta atuarial equivalente a INPC + 5,25% (8,86%). Para 2019, projetou-se INPC em 4,20%.

O resultado acumulado no ano de 2018 nos segmentos de Renda Variável, Renda Fixa e Empréstimos foram positivos em 20,57%, 6,81% e 10,23%, respectivamente (valores nominais).

Plano de Custeio (custos para o exercício seguinte em relação ao exercício anterior):

As Contribuições Previdenciárias Normais (líquidas da sobrecarga administrativa) dos participantes e Patrocinadora para o próximo exercício foram estimadas em 13,82% (6,91% para os participantes e 6,91% para a Patrocinadora), enquanto na avaliação atuarial anterior o percentual era de 13,80% (6,90% para os

participantes e 6,90% para a Patrocinadora). Ressaltamos que as contribuições são calculadas baseadas nos percentuais definidos pelos participantes e que os mesmos podem alterar tais percentuais, conforme previsão regulamentar. Adicionalmente, informamos que eventuais ingressos de novos participantes também implicarão na variação dos custos estimados para o próximo exercício. A sobrecarga administrativa incidente sobre as contribuições básicas equivale a 4,00%. Adicionalmente, poderá incidir taxa de administração sobre o Patrimônio do Plano. Não será aplicada sobrecarga administrativa sobre as contribuições adicionais ou voluntárias.

Analisando os benefícios de Auxílio Doença pagos de janeiro a dezembro de 2018, verificamos que o valor quase dobrou quando comparado com o mesmo período de 2017. Dessa forma, com relação à contribuição para benefícios não programáveis, informamos que o percentual vigente até março de 2019 de 10,00% das contribuições básicas de participante e de Patrocinadora foi alterado para 11,00%, a partir de abril de 2019, em função de estudo realizado por esta Entidade. Ressaltamos que tal percentual é reavaliado anualmente, podendo este ser majorado, mantido ou reduzido, conforme o resultado do estudo.

Varição das provisões matemáticas:

As Provisões Matemáticas deste Plano são constituídas apenas pelo saldo de conta dos participantes ativos e assistidos. A variação nas provisões matemáticas observada no período ocorreu devido às movimentações na massa de ativos e assistidos do Plano e à variação da cota no período.

Resultado apurado no exercício:

Não houve resultado positivo ou negativo no exercício, visto que até o encerramento do exercício de 2018 não houve concessão de renda mensal vitalícia.

Outros fatos relevantes:

Os benefícios de risco deste Plano são: Auxílio-Doença, Crédito Adicional por Invalidez, Crédito Adicional por Morte, Pecúlio por Invalidez Permanente Total e Pecúlio por Morte.

O Fundo de Reversão do Patrocinador é constituído por:

- Créditos oriundos das sobras da parcela do saldo da Conta Básica de Patrocinador que não foram objeto de Resgate;
- Créditos oriundos de prestações mensais de benefícios consideradas prescritas, ou seja, não requeridas no prazo de 5 (cinco) anos contados a partir da data em que forem devidas.

O saldo deste Fundo tem o objetivo de equacionar a parcela do Patrocinador de um eventual déficit futuro e/ou reduzir a contribuição de responsabilidade da Patrocinadora.

O Fundo de Riscos é constituído por:

- Créditos oriundos das Contribuições para os Benefícios não Programáveis de Participante e Patrocinador, deduzidos os pagamentos de pecúlio por morte, pecúlio por invalidez, crédito adicional por morte, crédito adicional por invalidez, auxílio doença e pagamentos de prêmios à seguradora contratada para administração desses riscos, conforme o caso;



- Demais recursos/despesas auferidos pelo Plano EPE que não se enquadrem em qualquer um dos demais Fundos deverão ser alocados neste Fundo, por exemplo: juros e multas (se cabíveis), diferença de valores (previsto/realizado) em função de variações na cota, entre outros.

Provisões Matemáticas em 31/12/2018:

PLANO EPE ELETROS PROVISÕES MATEMÁTICAS EM		31/12/2018
CODIGO	TITULO	VALORES - (R\$)
	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	86.346.902,88
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	86.346.902,88
2.3.1.1.01.00.00	Benefícios Concedidos	9.537.456,66
2.3.1.1.01.01.00	Contribuição Definida	9.537.456,66
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Contas dos Assistidos	9.537.456,66
2.3.1.1.02.00.00	Benefícios a Conceder	76.809.446,22
2.3.1.1.02.01.00	Contribuição Definida	76.809.446,22
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas - Parcela Patrocinador	35.421.737,90
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas - Parcela Participantes	41.387.708,32
2.3.1.1.02.05.00	Benefício Definido Estruturado em regime Repartição Simples	0,00
2.3.1.1.03.00.00	Provisões Matemáticas a Constituir	0,00
2.3.1.1.03.01.00	Serviço Passado	0,00
2.3.1.1.03.01.01	Patrocinador	0,00
2.3.1.1.03.01.02	Participantes	0,00
2.3.1.1.03.02.00	Déficit Equacionado	0,00
2.3.1.1.03.02.01	Patrocinador	0,00
2.3.1.1.03.02.02	Participantes	0,00
2.3.1.1.03.02.03	Assistidos	0,00
2.3.1.1.03.03.00	Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
2.3.1.1.03.03.01	Patrocinador	0,00
2.3.1.1.03.03.02	Participantes	0,00
2.3.1.1.03.03.03	Assistidos	0,00
2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	...





2.3.1.2.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	...
2.3.1.2.01.01.00	SUPERAVIT TÉCNICO ACUMULADO	...
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	...
2.3.1.2.01.01.02	Reserva especial para revisão de plano	...
2.3.1.2.01.02.00	DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	...
2.3.1.2.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	...
<hr/>		
2.3.2.1.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	3.383.130,56
2.3.2.1.03.00.00	Outros - Previsto em Nota técnica atuarial	3.383.130,56
2.3.2.1.03.01.00	Fundo de Riscos	2.394.551,80
2.3.2.1.03.02.00	Fundo de Reversão do Patrocinador	988.578,76

Conclusão:

Consideramos que o plano encontra-se equilibrado, dependendo apenas do pagamento das contribuições previstas no Plano de Custeio para manutenção deste equilíbrio.

Atenciosamente,

Bruno Sardinha Lopes

Especialista atuarial



Pareceres

Parecer Atuarial por Plano

Plano CD CERON

PARECER ATUARIAL DO PLANO CD CERON – 31/12/2018

Plano CD CERON – CNPB: 2011.0015-11

Objetivo:

Em consonância com a Resolução MPS/CGPC nº 23, de 06 de dezembro de 2006, artigo 3º e Instrução MPS/PREVIC nº 09, de 14 de dezembro de 2010, anexo VI, elaboramos este parecer atuarial contendo todos os fatores relevantes utilizados para apuração dos resultados da avaliação atuarial de encerramento do exercício 2018.

Qualidade da base cadastral:

Os dados individuais, posicionados em 31/12/2018, dos participantes e assistidos do plano foram, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados, considerados adequados para fins desta avaliação atuarial.

Estatísticas:

- Benefícios a Conceder:

Quantidade de Participantes Ativos:	571
Folha de Salário de Participação Mensal:	R\$ 6.285.152,74
Idade Média (Anos):	49,00

Quantidade de Participantes Autopatrocinados:	8
Folha de Salário de Participação Mensal:	R\$ 80.901,22
Idade Média (Anos):	45,00

Quantidade de Participantes em BPD* (aguardando):	29
Idade Média (Anos):	52,00

* Inclui 8 “Desligados”, 6 “Aguardando Opção” e 1 “Cancelado”.

- Benefícios Concedidos:

- RENDA MENSAL DE PENSÃO POR MORTE	
Quantidade de Benefícios Concedidos:	13
Idade Média dos Assistidos (Anos):	33,00
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$ 559,16





- RENDA MENSAL POR APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	
Quantidade de Benefícios Concedidos:	1
Idade Média dos Assistidos (Anos):	69,00
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$ 4.676,56

- PECÚLIO POR MORTE	
Quantidade de Benefícios Concedidos:	0
Idade Média dos Assistidos (Anos):	0,00
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$ -

- RENDA MENSAL POR APOSENTADORIA	
Quantidade de Benefícios Concedidos**:	8
Idade Média dos Assistidos (Anos):	62,00
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$ 1.613,60

** Não inclui 1 "Desligado".

Adequação dos métodos de financiamento:

BENEFÍCIO	REGIME	MÉTODO DE FINANCIAMENTO
Pecúlio por invalidez permanente total	Repartição simples	Não aplicável
Pecúlio por morte	Repartição simples	Não aplicável
Renda Mensal diferida decorrente da opção pelo benefício proporcional diferido	Capitalização	Capitalização financeira
Renda Mensal de pensão por morte	Capitalização	Capitalização financeira
Renda Mensal por aposentadoria	Capitalização	Capitalização financeira
Renda Mensal por aposentadoria por invalidez	Capitalização	Capitalização financeira

Informamos que não ocorreram alterações nos métodos de financiamento adotados, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, sendo, portanto, todos considerados adequados.

Hipóteses atuariais:

Premissa:	Valor:
Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios)	Cotas do Patrimônio
Taxa real anual de juros:	4,40%
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 suavizada em 10% M&F
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-49 masculina
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo americana

A tábua de mortalidade geral utilizada no encerramento do exercício 2017, Tábua AT-2000 Basic segregada por sexo, foi alterada, com vigência a partir de 31 de dezembro de 2018, para a Tábua AT-2000 suavizada em 10% segregada por sexo.

Informamos que não ocorreram alterações nas demais hipóteses adotadas, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, tendo sido todas as hipóteses devidamente analisadas por testes de aderência em consonância com a legislação pertinente.

Rentabilidade apurada no exercício:

A rentabilidade da cota no ano (7,65%) ficou pouco abaixo da meta atuarial equivalente a INPC + 4,40% (7,98%). Para 2019, projetou-se INPC em 4,20%.

O resultado acumulado no ano de 2018 nos segmentos de Renda Variável e Renda Fixa foram positivos em 20,57% e 6,80%, respectivamente (valores nominais).

Plano de Custeio (custos para o exercício seguinte em relação ao exercício anterior):

As Contribuições Previdenciárias Normais (líquidas da sobrecarga administrativa) dos participantes e Patrocinador para o próximo exercício foram estimadas em 15,90% (7,95% para os participantes e 7,95% para a Patrocinadora), enquanto na avaliação atuarial anterior o percentual era de 15,88% (7,94% para os participantes e 7,94% para a Patrocinadora). Ressaltamos que as contribuições são calculadas baseadas nos percentuais definidos pelos participantes e que os mesmos podem alterar tais percentuais, conforme previsão regulamentar. Adicionalmente, informamos que eventuais ingressos de novos participantes também implicarão na variação dos custos estimados para o próximo exercício. A sobrecarga administrativa incidente sobre as contribuições normais e sobre as contribuições para custeio do Serviço Passado equivale a 3,00%. Adicionalmente, incide sobre o Patrimônio do Plano a taxa de administração de 0,80% ao ano. Não será aplicada sobrecarga administrativa sobre as contribuições adicionais.

Com relação à contribuição para benefícios não programáveis, informamos que o percentual de 11,00% das contribuições básicas de participante e de Patrocinadora foi mantido em função de estudo realizado por esta Entidade. Ressaltamos que tal percentual é reavaliado anualmente, podendo este ser majorado, mantido ou reduzido, conforme o resultado do estudo.

O Regulamento deste Plano prevê em seu Art. 47 a determinação em Plano de Custeio, pelo atuário responsável pelo Plano, de um limite mínimo de valor de benefício a ser pago aos assistidos, nos casos de benefícios de prestação mensal continuada. Estabelecemos o valor de R\$ 285,12 como limite mínimo durante a vigência deste plano de custeio.

Variação das provisões matemáticas:

As Provisões Matemáticas deste Plano são constituídas apenas pelo saldo de conta dos participantes ativos e assistidos. A variação nas provisões matemáticas observada no período ocorreu devido às movimentações na massa de ativos e assistidos do Plano e à variação da cota no período.



Resultado apurado no exercício:

Em função de sua modalidade, não haverá resultado positivo ou negativo neste Plano.

Outros fatos relevantes:

Os benefícios de risco deste Plano são: Pecúlio por Invalidez Permanente Total e Pecúlio por Morte.

O Fundo de Reversão do Patrocinador é constituído por:

- Créditos oriundos das sobras do saldo da Conta Básica de Patrocinador e do saldo acumulado a título de Serviço Passado do Patrocinador que não foram objeto de Resgate;
- Créditos oriundos de prestações mensais de benefícios consideradas prescritas, ou seja, não requeridas no prazo de 5 (cinco) anos contados a partir da data em que forem devidas.

O saldo deste Fundo tem o objetivo o pagamento das parcelas paritárias faltantes relativas ao serviço passado de participantes que cessaram o vínculo empregatício com o Patrocinador, equacionar a parcela do Patrocinador de um eventual déficit futuro e/ou redução da contribuição de responsabilidade do Patrocinador.

O Fundo de Riscos é constituído por:

- Créditos oriundos das Contribuições para os Benefícios não Programáveis de Participante e Patrocinador, deduzidos os pagamentos de pecúlio por morte, pecúlio por invalidez e pagamentos de prêmios à seguradora contratada para administração desses riscos, conforme o caso;
- Demais recursos/despesas auferidos pelo Plano CD CERON que não se enquadrem em qualquer um dos demais Fundos deverão ser alocados neste Fundo, por exemplo: juros e multas (se cabíveis), diferença de valores (previsto/realizado) em função de variações na cota, entre outros.

A Portaria PREVIC nº 998, de 24 de outubro de 2018, aprovou as alterações regulamentares propostas para o Plano CD CERON.

Dessa forma, os participantes ativos empregados da Patrocinadora, inscritos no plano até 30 de junho de 2017, com data de admissão na patrocinadora anterior a setembro de 2011 têm direito a contribuir para o serviço passado.

Conforme Parecer Atuarial PAR – DB/ACB – 008/2018, apresentamos abaixo os valores máximos relativos ao Serviço Passado, ou seja, considerando 100% de adesão ao respectivo custeio:

Participantes elegíveis ao Serviço Passado	Participantes elegíveis	Parcela mensal média	Custo mensal	Custo anual	Valor Presente do Serviço Passado
Participantes	517	R\$ 1.346	R\$ 695.839	R\$ 8.350.066	R\$ 89.770.961
Patrocinadora		R\$ 1.346	R\$ 695.839	R\$ 8.350.066	R\$ 89.770.961



Para fins de apuração das Provisões Matemáticas de 31/12/2018, não constam os valores relativos ao Serviço Passado, uma vez que, conforme previsão regulamentar, o participante poderia optar pelo custeio do seu Serviço Passado em até 90 dias a contar da data de aprovação da alteração regulamentar pela PREVIC, ou seja, até 22/01/2019.

Os valores poderão ser inseridos nas contas “Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder” e “Provisões Matemáticas a Constituir” tão logo a listagem de participantes seja disponibilizada pela Patrocinadora (estimativa: balancete de fevereiro de 2019).

Destacamos que, conforme notícia publicada em 01 de novembro de 2018 na Página 118, Seção 3, Edição 211 no Diário Oficial da União, o controle acionário das Centrais Elétricas Rondônia passou para a Energisa S/A, concluindo o processo de privatização da CERON.

Provisões Matemáticas em 31/12/2018:

PLANO CD CERON ELETROS PROVISÕES MATEMÁTICAS EM		31/12/2018
CODIGO	TITULO	VALORES - (R\$)
	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	94.848.986,62
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	94.848.986,62
2.3.1.1.01.00.00	Benefícios Concedidos	2.244.281,36
2.3.1.1.01.01.00	Contribuição Definida	2.244.281,36
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Contas dos Assistidos	2.244.281,36
2.3.1.1.02.00.00	Benefícios a Conceder	92.604.705,26
2.3.1.1.02.01.00	Contribuição Definida	92.604.705,26
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas - Parcela Patrocinador	45.566.330,27
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas - Parcela Participantes	47.038.374,99
2.3.1.1.02.05.00	Benefício Definido Estruturado em regime Repartição Simples	0,00
2.3.1.1.03.00.00	Provisões Matemáticas a Constituir	0,00
2.3.1.1.03.01.00	Serviço Passado	0,00
2.3.1.1.03.01.01	Patrocinador	0,00
2.3.1.1.03.01.02	Participantes	0,00
2.3.1.1.03.02.00	Déficit Equacionado	0,00
2.3.1.1.03.02.01	Patrocinador	0,00
2.3.1.1.03.02.02	Participantes	0,00



2.3.1.1.03.02.03	Assistidos	0,00
2.3.1.1.03.03.00	Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
2.3.1.1.03.03.01	Patrocinador	0,00
2.3.1.1.03.03.02	Participantes	0,00
2.3.1.1.03.03.03	Assistidos	0,00
2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	...
2.3.1.2.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	...
2.3.1.2.01.01.00	SUPERAVIT TÉCNICO ACUMULADO	...
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	...
2.3.1.2.01.01.02	Reserva especial para revisão de plano	...
2.3.1.2.01.02.00	DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	...
2.3.1.2.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	...
2.3.2.1.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	5.213.018,99
2.3.2.1.03.00.00	Outros - Previsto em Nota técnica atuarial	5.213.018,99
2.3.2.1.03.01.00	Fundo de Riscos	3.772.008,24
2.3.2.1.03.02.00	Fundo de Reversão do Patrocinador	1.441.010,75

Conclusão:

Consideramos que o plano encontra-se equilibrado, dependendo apenas do pagamento das contribuições previstas no Plano de Custeio para manutenção deste equilíbrio.

Atenciosamente,

Bruno Sardinha Lopes

Especialista atuarial



Despesas

Despesas



CUSTOS ASSOCIADOS À GESTÃO DE INVESTIMENTO

Despesas Diretas de Investimentos (R\$ mil)

	Total	Fundos RF	Fundos RV	Carteira própria	Estruturado
Controladoria	105	59	9	37	0
Gestão	2.914	412	2.319	0	182
Custódia	419	236	35	147	2
Performance	1.065	0	1.065	0	0
Administrador	18	0	0	0	18
CVM	209	145	62	0	1
CETIP	320	105	64	146	4
CBLC	20	0	11	9	0
SELIC	88	60	1	26	0
ANBIMA	25	17	8	0	0
Taxa de Bolsa	1.448	39	1.099	309	0
Cartório	1	0	0	0	0
Auditoria	31	19	12	0	0
Tx de Permanência	1	1	0	0	0
Outros	15	1	4	1	10
TOTAL	6.677	1.095	4.690	674	218

Despesas Diretas de Investimentos (R\$ mil)

	2018
Pessoal e encargos	10.436
Treinamentos/congressos e seminários	109
Viagens e estadias	30
Serviços de terceiros *	1.839
Despesas gerais	980
Depreciações e amortizações	141
TOTAL	13.535

* Inclui Consultorias Avaliação e Reavaliação de Imóveis e Consultoria e Análise de Riscos nos Investimentos.



Eletros-Saúde

Eletros-Saúde



1. Apresentação

Antes de analisarmos nossas conquistas e desafios internos, é necessária uma observação atenta da conjuntura externa relativa ao mercado de saúde no Brasil. Como uma operadora de plano de saúde em autogestão, o Eletros-Saúde é naturalmente afetado pelas mudanças e demandas do setor. Em 2018, o índice de variação dos custos médico-hospitalares (VCMH), publicado pelo Instituto de Estudos de Saúde Suplementar (IESS), foi de 16,9% - superior à variação da inflação geral (IPCA) durante o mesmo período. A inflação médica permanece alta devido a fatores como a entrada de novas tecnologias e opções de tratamentos, além de uma transição demográfica, com o processo de envelhecimento da população brasileira.

Aliados à redução do número de beneficiários, instabilidade econômica e política, desemprego elevado e aumento da judicialização, os altos custos de saúde tornam-se um verdadeiro desafio para as instituições da área. Assim, diante desse contexto adverso, faz-se necessário a adoção de medidas que estimulem e favoreçam a sustentabilidade dos planos de saúde, de modo a contribuir para o alcance e preservação do equilíbrio econômico-financeiro das operadoras.

Por isso, uma de nossas grandes prioridades é a gestão eficaz de serviços e processos internos. Assim, ao longo de 2018, as ações do Eletros-Saúde direcionaram-se ao uso mais sustentável do plano e à introdução de inovações digitais. Um de nossos esforços, nesse sentido, foi o desenvolvimento de uma campanha para uso consciente do plano, com a elaboração de cartilhas e ampla divulgação para os beneficiários. Também podemos destacar a expansão da rede de farmácias credenciadas à ePharma como outra medida positiva em 2018, ajudando a diminuir a utilização da assistência farmacêutica por livre escolha. Já a nossa Campanha de Atualização Cadastral apresentava como principal objetivo tornar a comunicação entre os beneficiários e o Eletros-Saúde ainda mais acessível e eficiente.

No ano passado, objetivamos também oferecer uma experiência online superior aos nossos beneficiários a partir da promoção dos autosserviços disponíveis no Aplicativo e Portal Eletros-Saúde. Além disso, inauguramos um novo Sistema de Monitoramento dos Atendimentos – tecnologia da Zendesk, uma das principais empresas de solução digital do mercado. Outra iniciativa do Eletros-Saúde em 2018 foi ainda a implantação de um sistema de Business Intelligence, melhorando o gerenciamento de informações e acompanhamento de indicadores.

Ao longo dos meses, direcionamos nosso foco também para o crescimento de práticas de promoção e manutenção da saúde e da qualidade de vida. O Projeto OncoVida Eletros-Saúde, que em sua primeira edição foi direcionado para mulheres entre 40 e 69 anos, beneficiárias dos planos Eletros-Saúde Assistidos; Eletros-Saúde Assistidos Essencial, Eletros-Saúde Família e Eletros-Saúde Fundação, visa a prevenção e detecção precoce do câncer de mama, estimulando a realização de exames através de parcerias médicas de excelência. Além disso, operacionalizamos a campanha de vacinação contra gripe para os colaboradores de nossas patrocinadoras. Por fim, contamos ainda com o lançamento de um calendário especial para a divulgação de datas e conteúdos voltados para o estímulo a adoção de hábitos saudáveis, de forma a estabelecer uma cultura preventiva entre nossos beneficiários.

Com o foco no desenvolvimento de medidas que contribuam para o êxito de nossa gestão interna, o percentual de reajuste das mensalidades dos planos Eletros-Saúde Assistidos Essencial, Eletros-Saúde Família e Eletros-Saúde Vinculados ficou abaixo do índice determinado pela ANS para os planos individuais (10%). Em relação ao mercado, nosso percentual também se mostrou inferior àquele definido pelas demais operadoras, cujos reajustes em seus produtos chegaram a 30%.

Sem fins lucrativos, o Eletros-Saúde reverte todos os seus recursos em prol da assistência à saúde de seus beneficiários, que têm papel fundamental na garantia da sustentabilidade, equilíbrio e longevidade do plano. Em 2019 continuaremos a ressaltar a importância do uso consciente dos serviços disponíveis e da participação de todos nas atividades de prevenção e manutenção da saúde. Assim, seguiremos em busca da ampliação da atenção integral à saúde e da melhoria da gestão das despesas assistenciais. Aperfeiçoar cada vez mais o atendimento ao beneficiário também permanece em nossa lista de prioridades em 2019 – objetivamos construir um relacionamento positivo, contando com nossos autosserviços digitais no Aplicativo e Portal para torná-lo ainda mais próximo.

Vamos, portanto, nos dedicar incansavelmente para concretizar a visão estratégica do Eletros-Saúde: tornar-se a melhor operadora em autogestão do setor, alcançando a excelência na prestação de serviços e trabalhando em um ambiente repleto de harmonia e eficiência.

Obrigado pela parceria e confiança!

Rogério Braz

Superintendente do Eletros-Saúde

2. Eletros-Saúde em números

2.1. Números de beneficiários em 2018

Plano	Quantidade de beneficiários
ES Eletrobras	2.707
ES Cepel	1.080
ES Fundação	272
ES Assistidos	1.898
ES Assistidos Essencial	69
ES Família	776

Eletrobras e Cepel

Eletrobras

Faixa Etária	Feminino	Masculino	Total
00 a 18 anos	272	273	545
19 a 23 anos	72	70	142
24 a 28 anos	30	20	50
29 a 33 anos	36	18	54
34 a 38 anos	162	137	299
39 a 43 anos	154	154	308
44 a 48 anos	109	106	215
49 a 53 anos	113	93	206
54 a 58 anos	140	118	258
59 a 110 anos	326	304	630
Total	1.414	1.293	2.707

Cepel

Faixa Etária	Feminino	Masculino	Total
00 a 18 anos	106	101	207
19 a 23 anos	33	28	61
24 a 28 anos	15	21	36
29 a 33 anos	33	26	59
34 a 38 anos	34	28	62
39 a 43 anos	34	33	67
44 a 48 anos	52	34	86
49 a 53 anos	58	43	101
54 a 58 anos	83	86	169
59 a 110 anos	115	117	232
Total	563	517	1.080

Fundação

Faixa Etária	Feminino	Masculino	Total
00 a 18 anos	31	37	68
19 a 23 anos	8	2	10
24 a 28 anos	5	9	14
29 a 33 anos	12	10	22
34 a 38 anos	16	17	33
39 a 43 anos	18	9	27
44 a 48 anos	17	13	30
49 a 53 anos	11	17	28
54 a 58 anos	21	3	24
59 a 110 anos	3	13	16
Total	142	130	272

Assistidos

Faixa Etária	Feminino	Masculino	Total
00 a 18 anos	15	17	32
19 a 23 anos	18	26	44
24 a 28 anos	2	4	6
29 a 33 anos	-	1	1
34 a 38 anos	3	3	6
39 a 43 anos	4	2	6
44 a 48 anos	6	4	10
49 a 53 anos	22	-	22
54 a 58 anos	62	19	81
59 a 110 anos	905	782	1687
Total	1.037	858	1.895

Assistidos Essencial

Faixa Etária	Feminino	Masculino	Total
29 a 33 anos	1	-	1
49 a 53 anos	-	1	1
54 a 58 anos	3	-	3
59 a 110 anos	46	18	64
Total	50	19	69

Vinculados/Família

Faixa Etária	Feminino	Masculino	Total
00 a 18 anos	66	63	129
19 a 23 anos	4	11	15
24 a 28 anos	65	61	126
29 a 33 anos	69	71	140
34 a 38 anos	59	56	115
39 a 43 anos	57	46	103
44 a 48 anos	50	33	83
49 a 53 anos	13	15	28
54 a 58 anos	11	4	15
59 a 110 anos	16	4	20
Total	410	364	774

- Consultas por beneficiários: 6,06
- Exames por beneficiários: 29,53

	Custo	Taxa de utilização	Sinistralidade
Assistidos	R\$37.757.891,00	82,68%	106%
Família	R\$3.912.249,00	85,81%	58%
Fundação	R\$1.671.363,00	92,91%	69%

3. Números de atendimentos

Tipo	Quantidade
Telefônico	36.047
Presencial	1.542
Correio	910
E-mail	11.578
Total	50.077

PARECER DO CONSELHO FISCAL REFERENTE AO PLANO ELETROS-SAÚDE

Os membros do Conselho Fiscal da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS, abaixo assinados, usando das atribuições que lhes confere o Estatuto da Entidade, após exame que fizeram nas Demonstrações Contábeis do Plano Assistencial à Saúde - ELETROS-SAÚDE auditadas, tendo apreciado, ao longo do exercício, os balancetes e os acompanhamentos orçamentários mensais do Plano Assistencial à Saúde - ELETROS-SAÚDE, bem como embasados nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e no Relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, são de parecer que as aludidas peças representam a posição econômico-financeira do Plano Assistencial à Saúde – ELETROS-SAÚDE, naquela data.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2019.



José Carlos Nunes Bianco
Presidente do Conselho Fiscal da ELETROS



Carlos Eduardo Brasil Pereira



Hiram Carneiro Toledo dos Santos



Paula Prado Rodrigues Couto

Fundação
Eletrobrás de
Seguridade
Social - Eletros

**Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2018 e 2017**

KPDS 448755

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'N@P' with a large '5' above it, located in the bottom right corner of the page.

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstração do resultado	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstração das mutações do patrimônio social	9
Demonstração dos fluxos de caixa - Método direto	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Conselheiros e Diretores da
Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - Eletros
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - Eletros ("Eletros-Saúde") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - Eletros ("Eletros-Saúde") em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Eletros-Saúde de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Eletros-Saúde continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Eletros-Saúde ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Eletros-Saúde são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Eletros-Saúde.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Eletros-Saúde. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Eletros-Saúde a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Governança e com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Faria Pereira
Contador CRC RJ-077911/O-2

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2018	2017	Passivo	Nota	2018	2017
Ativo Circulante		22.696	22.612	Passivo Circulante		19.408	15.838
Disponível	4	381	12	Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	10	7.057	5.390
Banco conta Depósitos		381	12	Provisões de Eventos/Sinistros a Liquidar para SUS		35	13
Realizável		22.315	22.599	Provisões de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais		2.669	1.693
Aplicações Financeiras	5	18.619	18.871	Provisão de Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)		4.353	3.684
Aplicações Vinculadas a Provisões Técnicas	5.1	7.562	6.489	Débitos com Operações de Assistência à Saúde	11	4.163	3.358
Aplicações Não Vinculadas	5.2	11.057	12.382	Receita Antecipada de Contraprestações/Prêmios		4.139	3.358
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	6	1.610	1.484	Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		24	-
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber		1.486	1.338	Débitos com Operações de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora	12	794	687
Participação dos Beneficiários em Eventos/Sinistros Indenizados		124	146	Provisões		7.394	6.403
Contraprestação Correspondente Assumida	7	740	-	Provisões para Ações Judiciais	15	5.941	5.223
Outros Créditos Com Planos de Assistência à Saúde		310	-	Tributos e Encargos Sociais a Recolher	13	760	550
Créditos de Operações de Assistência à Saúde não Relacionados	8	1.036	1.584	Empréstimos e Financiamentos a Pagar	14	648	590
Bens e Títulos a Receber		-	-	Débitos diversos		45	40
Ativo Não Circulante		5.466	4.775	Passivo Não Circulante		1.937	2.498
Realizável a longo prazo		5.410	4.722	Empréstimos e Financiamentos a Pagar	14	1.937	2.498
Depósitos Judiciais e Fiscais	9	5.410	4.722	Patrimônio Social	17	6.817	9.050
Imobilizado		40	47	Patrimônio Social		1.849	1.849
Imobilizado de Uso Próprio		40	47	Superávit Acumulado		4.968	7.201
Intangível		16	6	Total do Passivo		28.162	27.386
Ativo Intangível		16	6				
Total do Ativo		28.162	27.386				

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Demonstração do resultado

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Contraprestações Efetivas/Prêmios Ganhos de Planos Assistência à Saúde	90.220	83.444
Receitas com Operações de Assistência à Saúde	90.588	83.828
Contraprestações Líquidas	90.588	83.828
Tributos Diretos de Operações de Assistência à Saúde da Operadora	(368)	(384)
Eventos Indenizáveis Líquidos/Sinistros Retidos	(89.682)	(79.141)
Eventos/Sinistros Conhecidos ou Avisados	(89.013)	(78.712)
Eventos/Sinistros Conhecidos ou Avisados de Assistência a Saúde Médico-Hospitalar	(85.795)	(75.029)
Eventos/Sinistros de Assistência Odontológica	(3.218)	(3.683)
Variação da Provisão de Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados	(669)	(429)
Resultado das Operações com Planos de Assistência à Saúde	538	4.303
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde	5.288	4.903
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora	973	1.029
Receitas com Administração de Intercâmbio Eventual - Assistência Médico Hospitalar	658	623
Outras Receitas Operacionais	315	406
Outras Despesas Operacionais de Plano de Assistência à Saúde	(85)	255
Outras Despesas Operacionais de Plano de Assistência à Saúde	(36)	-
Provisão/Reversão para Perdas Sobre Créditos	(49)	255
Outras Despesas Operacionais de Plano de Assistência à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora	(308)	(397)
Resultado Bruto	6.406	10.093
Despesas Administrativas	(9.704)	(9.622)
Resultado Financeiro	1.065	1.794
Receitas Financeiras	1.323	2.014
Despesas Financeiras	(258)	(220)
Superávit do exercício/Deficit do exercício	(2.233)	2.265

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Demonstração dos resultados abrangentes

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Superávit do exercício	(2.233)	2.265
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(2.233)	2.265

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.



Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Demonstração das mutações do patrimônio social

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Patrimônio Social	Reservas de Superávit	Superávit Déficit Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>1.849</u>	<u>-</u>	<u>4.936</u>	<u>6.785</u>
Superávit do exercício	-	-	2.265	2.265
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>1.849</u>	<u>-</u>	<u>7.201</u>	<u>9.050</u>
Superávit do exercício	-	-	(2.233)	(2.233)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>1.849</u>	<u>-</u>	<u>4.968</u>	<u>6.817</u>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Demonstração dos fluxos de caixa - Método direto

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Atividades Operacionais		
Recebimento de Planos de Saúde	60.099	87.039
Resgate de Aplicações Financeiras	102.307	79.702
Outros Recebimentos Operacionais	55.190	17.536
Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviços de Saúde	(96.639)	(87.759)
Pagamento de Pessoal	(5.446)	(5.267)
Pagamento de Serviços de Terceiros	(1.260)	(1.271)
Pagamento de Tributos	(4.768)	(4.466)
Pagamento de Contingências (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(31)	(27)
Pagamento de Aluguel	(235)	(249)
Aplicações Financeiras	(101.001)	(79.813)
Outros Pagamentos Operacionais	<u>(7.082)</u>	<u>(4.777)</u>
Caixa líquido gerado das nas atividades operacionais	1.134	648
Atividades de Financiamento		
Pagamento de Juros - Empréstimos/Financiamentos	(170)	(200)
Pagamento de Amortização - Empréstimos/Financiamentos	<u>(596)</u>	<u>(547)</u>
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	<u>(766)</u>	<u>(747)</u>
Variação Líquida do Caixa	<u>368</u>	<u>(99)</u>
Saldo Inicial - caixa no início do exercício	3.229	111
Saldo Final - caixa no final do exercício	3.597	12
Ativos Livres no Início do Exercício	12.394	11.236
Ativos Livres no Final do Exercício	<u>11.438</u>	<u>12.394</u>
Aumento/(Diminuição) nas Aplicações Financeiras -	(956)	1.158
Recursos Livres	<u>(956)</u>	<u>1.158</u>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS (“Fundação” ou “Eletros”) é uma entidade fechada de previdência complementar e operadora de plano privado de assistência à saúde, sem fins lucrativos, registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS sob o nº 31390-4, classificada como autogestão. A Eletros oferta e gerencia o programa de assistência à saúde e que tem por objeto a prestação continuada de serviços médico-hospitalares e odontológicos, destinados aos seus usuários.

Atualmente, a Eletros possui registro de cinco produtos na ANS na modalidade de preço pré estabelecido e de dois produtos da modalidade de preço pós-estabelecido.

Modalidade preço pré-estabelecido

- **Plano Eletros-Saúde - Assistidos;**
- **Plano Eletros-Saúde - Assistidos Essencial;**
- **Plano Eletros-Saúde - Vinculados;**
- **Plano Eletros-Saúde - Família;**
- **Plano Eletros-Saúde - Fundação**

O plano Eletros-Saúde Assistidos e Eletros-Saúde Essencial são destinados aos assistidos e pensionistas dos planos de benefícios previdenciários da Eletros, seus cônjuges ou companheiros e seus descendentes diretos até 1º grau, até 21 anos ou 25 anos, de acordo com os critérios estabelecidos em Regulamento. Os Planos também são oferecidos para os ex-empregados, ex-diretores e os ex-administradores da Eletros e das Patrocinadoras, desde que participantes previdenciários.

Os planos Eletros-Saúde Vinculados (fechado para novas adesões) e o Eletros-Saúde Família são destinados aos descendentes até 4º Grau dos titulares e cônjuges e colaterais até 2º Grau (irmãos e sobrinhos) dos planos Eletros-Saúde Assistidos, Fundação, Eletrobras e Cepel.

Os Planos Eletros-Saúde Assistidos, Eletros-Saúde Essencial, Eletros-Saúde Vinculados e Eletros Saude Família são custeados exclusivamente pelos seus usuários, através de contribuições mensais, pelos resultados dos investimentos de suas aplicações financeiras, por eventuais doações, subvenções, legados e rendas extraordinárias.

O plano Eletros-Saúde Fundação é destinado aos empregados da Eletros, seus cônjuges ou companheiros e seus descendentes diretos até 1º grau, até 21 anos ou 25 anos, de acordo com os critérios estabelecidos em Regulamento. As contribuições mensais deste plano são repassadas integralmente pela Eletros.

Modalidade preço pós-estabelecido

- **Plano Eletros-Saúde - Eletrobras;**
- **Plano Eletros-Saúde - Cepel**

Esses produtos são oferecidos para os empregados e dependentes das Patrocinadoras Eletrobras e Cepel.

Em 31 de dezembro de 2018, os Plano Eletros-Saúde contavam com 4.835 participantes ativos (5.630 em dezembro de 2017) e 1.967 assistidos (1.715 em dezembro de 2017).

2 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e suas alterações, normas editadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, em especial a Resolução Normativa nº 435/18, nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

Bases de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- A provisão de eventos a liquidar é reconhecida com base nos avisos informados pelos prestadores de serviços de assistência à saúde;
- A provisão para eventos ocorridos e não avisados é calculada baseada na metodologia estabelecida pelo órgão regulador.
- A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pelo Conselho Deliberativo em 26 de março de 2019.

3 Principais práticas contábeis

3.1 Moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas na moeda Real, que é a moeda funcional da Fundação. Todas as informações financeiras são apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

3.2 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

A Administração utiliza estimativas para mensuração de passivos cujos valores são baseados em premissas e hipóteses condizentes com as transações ou eventos incorridos ou a incorrer. As provisões técnicas são constituídas mediante cálculo definido pelo órgão regulador. As contingências passivas são mensuráveis de acordo com a classificação de probabilidade de perdas e critérios definidos para mensuração financeira.

3.3 Apuração do resultado

a. *Receita*

As contraprestações efetivas/prêmios ganhos devem ser apropriadas à receita no último dia do mês considerando-se o período de cobertura do risco, quando se tratarem de contratos com preços pré-estabelecidos. Quando ocorrer o recebimento de mensalidades, em antecipação ao período de cobertura do risco, esses valores devem ser registrados no Passivo Circulante em uma conta específica denominada Receita Antecipada de Contraprestações/Prêmios.

Nos contratos com preços pós-estabelecidos, a apropriação da receita deve ser registrada na data em que se fizerem presentes os fatos geradores da receita, de acordo com as disposições contratuais, ou seja, a data em que ocorrer o efetivo direito ao valor a ser faturado.

b. *Custo*

Os eventos indenizáveis são constituídos com base no valor das faturas apresentadas pela rede credenciada. Como parte dessas faturas não são apresentadas dentro do período da sua competência, os eventos ocorridos e não avisados são registrados mediante constituição de provisão.

3.4 Disponível (Caixa e equivalentes a caixa)

São representados por depósitos bancários sem vencimento que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e são utilizados para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

3.5 Instrumentos Financeiros não derivativos

Os ativos financeiros são classificados segundo a intenção da Administração nas seguintes categorias: empréstimos e recebíveis, ativos financeiros registrados a valor justo ou mantidos até o vencimento, quando aplicável.

As aplicações financeiras são classificadas como destinadas à negociação e como mantidos até o vencimento, os empréstimos a pagar e recebíveis. Os destinados à negociação são avaliados a valor justo com seus efeitos reconhecidos no resultado.

A Fundação reconhece os empréstimos a pagar, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Fundação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os empréstimos a pagar são mensurados pelo valor de custo amortizado. Os ativos financeiros não derivativos da Fundação compreendem: Disponível (Nota nº 4); Aplicações financeiras (Nota nº 5); Créditos recebíveis e Empréstimos e financiamentos a pagar (Nota nº 14).

3.6 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido quando a empresa possui uma obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.7 Provisões técnicas

São calculadas com base em metodologia estabelecida pela Resolução Normativa ANS nº 209/09, excetuando-se a provisão de eventos a liquidar, que é calculada com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde, efetivamente recebidas pelas operadoras, conforme estabelecido pela ANS (Nota Explicativa nº 10).

3.8 Ativos e Passivos contingentes (Provisões)

(i) *Ativos contingentes*

São reconhecidos contabilmente quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados, quando aplicável.

(ii) *Passivos contingentes*

São constituídos sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não são divulgados.

(iii) *Obrigações legais*

Decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis.

3.9 Provisão para perda sobre créditos

A Entidade constituiu provisão para perdas na realização de créditos representados por direitos creditórios de liquidação incerta, de acordo com o disposto no item 10.2.3.1 do anexo I da Resolução Normativa 435/18 e suas atualizações, que estabeleceu que os planos individuais com preço pré-estabelecido, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 60 (sessenta) dias, a totalidade do crédito referente ao contrato deve ser provisionada.

4 Disponível

Os saldos disponíveis abrangem saldos financeiros com realização em até três meses ou menos a partir da data da contratação ou aquisição. Tais saldos são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo e estão livremente disponíveis e não vinculados a linhas de crédito ou de financiamento.

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2018 no valor de R\$ 381 (R\$ 12 em 2017), está representado por numerário mantido em conta corrente para pagamento de serviços de assistência à saúde.

5 Aplicações financeiras

Referem-se a aplicações em cotas de Fundos de Investimento, registradas pelo valor efetivamente desembolsado nas aquisições de cotas e atualizadas em função do valor da cota de encerramento do balanço, divulgada pelos Administradores dos Fundos. A rentabilidade é apropriada ao resultado.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, apresentam o montante de R\$ 18.619 e R\$ 18.871, respectivamente. E estão representadas por:

5.1 Aplicações vinculadas a provisões técnicas

São recursos aplicados em fundos de investimento aberto, junto ao Banco Bradesco S.A., classificados como de renda fixa, vinculados à garantia de cobertura de reservas e provisões técnicas (Nota Explicativa nº 10), cuja movimentação ocorre por aplicações e ou resgates realizados de acordo com as regras estabelecidas pela ANS e valorização ou desvalorização que ocorre de acordo com o valor de mercado dos fundos de investimento, tais recursos são adquiridos com o propósito de garantir as provisões técnicas.

A rentabilidade auferida em 2018 foi de 5,98% (9,62% em 2017).

Descrição	Exercício findo em	
	2018	2017
Cotas de Fundo de Investimento	7.562	6.489
Total	7.562	6.489

5.2 Aplicações não vinculadas a provisões

Referem-se à aplicação em fundos de investimento, classificados como multimercado crédito privado, junto ao Banco Alfa (fundo exclusivo) e Banco do Brasil (fundo aberto), adquiridos com o propósito de ser ativa e frequentemente negociado.

A rentabilidade auferida pelo fundo do Banco Alfa em 2018 foi 6,41% (9,93% em 2017)

O valor está apresentado à valor justo reconhecido por preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, classificado no Nível 2 da Hierarquia do Valor Justo.

Descrição	2018	2017
Saldo em 1º de janeiro	12.382	11.125
(+) Aplicações	100.351	79.894
(-) Resgates	(102.307)	(79.859)
(+) Rendimentos	631	1.222
	<u>11.057</u>	<u>12.382</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>11.057</u>	<u>12.382</u>

6 Créditos de operações com planos de assistência à saúde

O saldo da rubrica Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde é composto como segue:

Descrição	Exercício findo em	
	2018	2017
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a receber pré-estabelecido (6.1)	275	145
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a receber pós-estabelecido (6.2)	1.275	1.286
Participação dos beneficiários em Eventos / Sinistro Indenizados (6.3)	157	165
(-) Provisão para perdas sobre créditos (6.4)	(97)	(112)
Total	<u>1.610</u>	<u>1.484</u>

6.1 Contraprestação Pecuniária / Prêmio a Receber Pré-Estabelecido

Representam os recursos financeiros a receber pela contraprestação de serviços de assistência médico-hospitalar e odontológico com plano de assistência à saúde pré-estabelecido da ELETROS.

O saldo da rubrica Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde é composto como segue:

Descrição	2018	2017
Saldo em 1º de janeiro	146	219
(+) Prêmios emitidos	45.130	42.060
(-) Recebimentos	(45.000)	(42.134)
Saldo em 31 de dezembro	<u>275</u>	<u>146</u>

6.2 Contraprestação Pecuniária / Prêmio a Receber Pós-Estabelecido

Representam os recursos financeiros a receber pela contraprestação de serviços de assistência médico-hospitalar e odontológico com plano de assistência à saúde pós-estabelecido da ELETROBRÁS e CEPEL.

6.3 Participação dos beneficiários em eventos indenizáveis

Refere-se ao valor proveniente da coparticipação dos usuários em exames médicos ou odontológicos, tratamento seriados e próteses/órteses, de acordo com os percentuais estabelecidos na tabela geral de cobertura do Plano Eletros-Saúde. Parte significativa dos valores é descontada em folha de pagamento dos beneficiários o que reduz significativamente o risco de não realização.

6.4 Provisão para perdas sobre créditos

A Eletros constituiu provisão para perdas sobre créditos provenientes de contraprestação de serviços de assistência médico-hospitalar e odontológico com plano de assistência à saúde pré-estabelecido da ELETROS e da coparticipação dos usuários do plano Eletros-Saúde na modalidade de preço pre-estabelecido em exames médicos ou odontológicos que possuem pelo menos, uma parcela vencida há mais de 60 (sessenta) dias, a totalidade do crédito, conforme requerido no item 10.2.3.1 do anexo I da Resolução Normativa 435/18 e suas atualizações. Os principais motivos para a constituição da provisão para perdas são os óbitos ocorridos e as inadimplências geradas pela falta de margem na folha de pagamento dos assistidos para o desconto das mensalidades,

7 Contraprestação Corresponsabilidade Assumida

Refere-se ao Convênio de Reciprocidade firmado entre o Plano Eletros-Saúde com outras fundações e empresas do setor elétrico, com o objetivo de atender a seus usuários dando assistência médico-hospitalar. Os valores são faturados através de boletos enviados às empresas conveniadas, acrescidos da taxa de administração, que realizam o pagamento até a data de vencimento informada. A Fundação não possui histórico de perdas nessa operação.

8 Bens e títulos a receber

O saldo desta rubrica refere-se basicamente ao valor do fundo rotativo da ELETROBRAS e CEPEL e do valor do ressarcimento de despesas administrativas dos convênios firmados com a ELETROBRÁS e CEPEL:

Descrição	Exercício findo em	
	2018	2017
Ressarcimento de despesas administrativas	891	797
Fundo Rotativo ELETROBRAS (a)	-	130
Fundo Rotativo CEPEL (b)	21	110
Outros valores a receber	124	547
Total	1.036	1.584

- (a) O Fundo Rotativo do ELETROBRAS refere-se ao montante a ser ressarcido pela ELETROBRAS em função da liquidação das despesas médico-hospitalares dos participantes do seu plano de saúde.
- (b) O Fundo Rotativo do CEPEL refere-se ao montante a ser ressarcido pelo CEPEL em função da liquidação das despesas médico-hospitalares dos participantes do seu plano de saúde.

9 Depósitos judiciais e fiscais

Registra os valores correspondentes aos depósitos judiciais com contingências tributárias, trabalhistas e cíveis. Demonstramos a seguir a sua composição:

Descrição	Exercício findo em	
	2018	2017
Tributários	5.371	4.722
PIS	761	670
COFINS	4.610	4.052
Cíveis	39	-
Total	5.410	4.722

Referem-se a provisões destinadas a cobrir eventuais perdas com contingências cíveis e tributárias, das quais as principais são o Programa de Integração Social (PIS) R\$ 761 mil (R\$ 670 mil em 2017) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) R\$ 4.610 mil (R\$ 4.052 mil em 2017).

10 Provisões técnicas de operações à saúde

Descrição	Exercício findo em	
	2018	2017
Provisão de eventos a liquidar (a)	2.704	1.706
SUS	35	13
Médico Hospitalares	2.586	1.527
Odontológicas	83	166
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (b)	4.353	3.684
Total	7.057	5.390

- (a) Provisão para garantia de eventos já ocorridos, registrados contabilmente e ainda não pagos. O aumento expressivo nesta rubrica ocorreu em virtude do aumento das utilizações médico hospitalares (internações, OPME, exames e consultas) realizadas pelos nossos beneficiários, durante o exercício de 2018.
- (b) Provisão para fazer frente aos pagamentos dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados, constituída com base em cálculo definido pela Resolução Normativa ANS nº 209/09, a qual está registrada integralmente de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC nº 25/09 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

11 Débitos de operações de assistência à saúde

Refere-se a mensalidades dos assistidos descontadas antecipadamente na folha de pagamento dos planos previdenciários, antes do início do período de cobertura do risco, no montante de R\$ 4.163 (R\$ 3.358 - 2017).

No mês da cobertura do risco é efetuada a baixa do montante e apropriada a receita no resultado do período, atentando para o princípio da competência.

12 Débitos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora

Descrição	Exercício findo em	
	2018	2017
Débitos a Prestadores de Assistência à Saúde (a)	-	169
Outros Débitos não Relacionados com Planos de Saúde	794	518
Fundo rotativo Eletrobras (b)	458	-
Fundo rotativo Cepel (c)	217	-
Valores a serem repassados a Eletros (c)	119	518
Total	794	687

- (a) Refere-se a prestação de serviços médico-hospitalar/odontológico utilizados pelos usuários relacionados ao convênio de reciprocidade firmado entre o Plano Eletros-Saúde com outras fundações e empresas do setor elétrico.
- (b) O Fundo Rotativo ELETROBRAS representa os recursos disponibilizados pela ELETROBRAS em adiantamento para fazer face aos pagamentos de despesas médico-hospitalares dos participantes do plano de saúde da ELETROBRAS.
- (c) Refere-se aos valores das despesas administrativas a serem ressarcidas à Eletros.

13 Tributos e encargos sociais a recolher

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os tributos e contribuições a recolher apresentava a seguinte composição:

Descrição	Exercício findo em	
	2018	2017
INSS	480	311
Imposto de renda retido na fonte	42	42
Imposto Sobre Serviços (ISS)	37	30
Contribuições previdenciárias	107	75
Outros	94	92
Total	760	550

14 Empréstimos e financiamentos a pagar

Refere-se a valores a pagar para a Fundação FABES, oriundos do saldo remanescente no Fundo Transitório, transferido em sua totalidade à FABES, conforme decisão tomada na 164ª. Reunião do Conselho Deliberativo da Eletros, em 18 de dezembro de 2009, e o disposto no Termo de Acordo para Transferência de Créditos em favor da Fundação FABES (IPA-019-09), datado de 30 de dezembro de 2009.

A amortização do empréstimo com a FABES iniciou-se em janeiro de 2010, em continuação ao plano de amortização estabelecido anteriormente, com as seguintes condições:

- **Prazo de amortização:** 15 anos

- **Reajuste:** INPC
- **Taxa de juros:** 0,5% a.m.
- **Periodicidade do reajuste:** anual

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2018 e 2017 está composto da seguinte forma:

Descrição	<u>Exercício findo em</u>	
	2018	2017
Circulante	648	590
Não Circulante	1.937	2.498
Total	<u>2.585</u>	<u>3.088</u>

15 Provisões para contingências

A Eletros constitui provisão para contingências com base na avaliação do risco de perda dos processos judiciais, assessorada por seus advogados. Com isso, a entidade reconhece provisão para os processos cuja estimativa de desembolso seja provável. Os saldos provisionados estão demonstrados a seguir:

Descrição	<u>Exercício findo em</u>	
	2018	2017
Tributárias	5.463	4.786
PIS	774	679
COFINS	4.689	4.107
Cíveis	478	437
Total	<u>5.941</u>	<u>5.223</u>

Essas provisões tiveram, nesse exercício, a seguinte evolução:

	<u>Movimentação do Exercício 2018</u>			
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2017	<u>4.786</u>	-	<u>437</u>	<u>5.223</u>
Constituição de provisões	711	-	142	853
Reversão de provisões	(1)	-	-	(1)
Baixas	-	-	(40)	(40)
Pagamentos	(33)	-	(61)	(94)
Saldo em 31/12/2018	<u>5.463</u>	<u>-</u>	<u>478</u>	<u>5.941</u>

	Movimentação do Exercício 2017			
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2016	3.895	-	308	4.203
Constituição de provisões	968	-	184	1.152
Reversão de provisões	(77)	-	(48)	(125)
Baixas	-	-	(4)	(4)
Pagamentos	-	-	(3)	(3)
Saldo em 31/12/2017	4.786	-	437	5.223

Eletros possui depósitos judiciais, quando requeridos, registrados em seu ativo referentes aos processos em andamento (Nota Explicativa nº 9).

Os processos com probabilidade de perda possível, em função do CPC 25, não são reconhecidos contabilmente, mas devem ser divulgados em notas explicativas, representam o montante de R\$ 991 (R\$ 446- 2017) e envolvem ações judiciais de natureza cível, relacionadas, principalmente, à questionamentos referentes à procedimentos médicos, medicamentos e reajuste de mensalidade.

16 Ativos garantidores

A Resolução Normativa nº 392/15 da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e suas alterações descreve a diversificação dos Ativos das Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde para aceitação como Ativos Garantidores das Provisões Técnicas. Demonstramos as Provisões Técnicas constituídas e as Garantias Financeiras, os Ativos Garantidores em Aplicações Financeiras Vinculadas e de Lastro.

	Exercício findo em	
	2018	2017
Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA	4.353	3.684
Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS	35	13
Provisão de Eventos a Liquidar - Avisados há mais de 60 dias	548	79
Provisões Técnicas a serem Vinculadas	4.936	3.784
Aplicação Financeira Vinculada	7.562	6.488
(A) Suficiência de Ativos Garantidores Vinculados	2.626	2.704
Provisão de Eventos a Liquidar - Avisados Até 60 dias	2.121	1.626
Provisões Técnicas a serem Lastreadas	2.121	1.626
Aplicação Financeira não Vinculada	11.057	12.382
Disponibilidades Bancárias	381	12
(B) Suficiência de Lastros	9.317	10.769
(C) = (A+B) Suficiência de Ativos Garantidores Vinculados e de Lastros	11.943	13.481

A RN 274/2011 estabelece que as operadoras de plano de assistência à saúde com até 100.000 (cem mil) beneficiários pode optar a vinculação de ativos garantidores para a parcela da Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar referente aos eventos/sinistros que tenham sido avisados nos últimos 60 (sessenta) dias.

17 Patrimônio social

Descrição	Exercício findo em	
	2018	2017
Patrimônio Social	1.849	1.849
Patrimônio Social	1.849	1.849
<i>Superávit Acumulados</i>	4.968	7.201
Total	6.817	9.050

Patrimônio Mínimo Ajustado (PMA)

O PMA representa o valor mínimo do Patrimônio Líquido da operadora de saúde, ajustado para efeitos econômicos, calculado a partir da multiplicação do fator “K”, emitido pela ANS pelo capital base do qual é ajustado, anualmente, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE).

	Exercício findo em	
	2018	2017
Patrimônio Social Contábil	6.817	9.050
Patrimônio Social Ajustado	6.817	9.050
Capital Mínimo Exigido	753	721
Insuficiência / Suficiência do PMA	6.064	8.329

- (*) De acordo com a Instrução Normativa ANS 50/2012, o montante de obrigações legais refere-se ao saldo contábil de provisões judiciais fiscais e tributárias, excluído da parcela do depósito judicial.

Margem de Solvência

A Margem de Solvência corresponde à suficiência do Patrimônio social ajustado por efeitos econômicos, para cobrir o maior montante entre os seguintes valores:

- (i) 0,20 (zero vírgula vinte) vezes a soma dos últimos 12 (doze) meses: de 100% (cem por cento) das contraprestações líquidas na modalidade de preço preestabelecido, e de 50% (cinquenta por cento) das contraprestações líquidas na modalidade de preço pós-estabelecido, o que representa em 31 de dezembro de 2018, R\$ 13.538; ou

- (ii) 0,33 (zero vírgula trinta e três) vezes a média anual dos últimos trinta e seis meses da soma de: 100% (cem por cento) dos eventos indenizáveis líquidos na modalidade de preço preestabelecido e de 50% (cinquenta por cento) dos eventos indenizáveis líquidos na modalidade de preço pós-estabelecido, o que representa em 31 de dezembro de 2018, R\$ 19.357.

A Operadora deve observar integral e mensalmente as regras da Margem de Solvência, durante o prazo máximo de 10 (dez) anos, contados a partir de janeiro de 2014, na proporção cumulativa mínima de 1/120, a cada mês, do valor calculado. A seguir está demonstrada a posição de 31 de dezembro de 2018:

	Exercício findo em 31.12.18
Patrimônio Social Ajustado	6.910
Margem de Solvência	
(A) - 0,20 vezes CPL - últimos 12 meses (60/120 meses)	6.769
(B) - 0,33 vezes EIL - últimos 36 meses (60/120 meses)	9.679
Maior entre (A) e (B)	9.679
(Insuficiência) / Suficiência da margem de Solvência	(2.769)

Para manutenção do equilíbrio financeiro do Plano Eletros-Saúde para o exercício de 2018, foi deliberada em 10 de novembro de 2017, na 331ª Reunião do Conselho Deliberativo, o reajuste de 9,40% para os Plano Eletros-Saúde Assistidos e Eletros-Saúde Essencial, 8,62% para o Plano Eletros-Saúde Fundação, 4,31% para o Plano Eletros-Saúde Vinculados e Plano Eletros Família.

Para manutenção do equilíbrio financeiro do Plano Eletros-Saúde para o exercício de 2019, foi deliberada em 26 de novembro de 2018, na 358ª Reunião do Conselho Deliberativo, o reajuste de 28,67% para o Plano Eletros-Saúde Assistidos, 14,00% para o Plano Eletros-Saúde Fundação, 6,27% para o Plano Eletros-Saúde Vinculados, Plano Eletros Família e Plano Eletros Saude Assistidos Essencial..

18 Distribuição dos saldos de Eventos Médicos Hospitalares Assistência Médico Hospitalar

Em consonância com o subitem 6.2.1., Capítulo I, Normas Básicas, da Resolução Normativa nº 344/13. Contemplamos, a seguir, os quadros da distribuição dos saldos de eventos médicos hospitalares, assistência médico hospitalar e outros.

18.1 Médico Hospitalares

Em 31.12.18

Cobertura Assistencial com Preço Pré Estabelecido - Carteira de Planos Coletivos Empresariais depois da Lei 9.656/1998							
	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Demais Despesas	Total
Rede Contratada	1.095	4.556	4.084	23.115	1.909	4.574	39.333
Reembolso	687	33	172	1.330	62	445	2.729
Total	1.782	4.589	4.256	24.445	1.971	5.019	42.062

Em 31.12.17

Cobertura Assistencial com Preço Pré Estabelecido - Carteira de Planos Coletivos Empresariais depois da Lei 9.656/1998							
	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Demais Despesas	Total
Rede Contratada	1.190	4.728	2.512	20.719	1.818	3.661	34.628
Reembolso	754	42	160	1.347	76	687	3.066
Total	1.944	4.770	2.672	22.066	1.894	4.348	37.694

Em 31.12.18

Cobertura Assistencial com Preço Pós Estabelecido - Carteira de Planos Coletivos Empresariais depois da Lei 9.656/1998							
	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Demais Despesas	Total
Rede Contratada	1.606	5.406	2.802	19.913	1.593	3.816	35.136
Reembolso	829	51	1.070	966	372	1.100	4.338
Total	2.435	5.457	3.872	20.879	1.965	4.916	39.474

Em 31.12.17

Cobertura Assistencial com Preço Pós Estabelecido - Carteira de Planos Coletivos Empresariais depois da Lei 9.656/1998							
	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Demais Despesas	Total
Rede Contratada	1.764	5.337	2.042	19.135	1.646	4.379	34.303
Reembolso	826	50	1.085	1.032	423	1.299	4.715
Total	2.590	5.387	3.127	20.167	2.069	5.678	39.018

Procedimentos Odontológicos

Em 31.12.18

**Cobertura Assistencial com Preço Pré Estabelecido Carteira de Planos
Coletivos Empresariais depois da Lei 9.656/1998**

	Consulta Odontológica	Total
Rede Contratada	745	745
Reembolso	59	59
Total	804	804

Em 31.12.17

**Cobertura Assistencial com Preço Pré Estabelecido Carteira de Planos
Coletivos Empresariais depois da Lei 9.656/1998**

	Consulta Odontológica	Total
Rede Contratada	815	815
Reembolso	93	93
Total	908	908

Em 31.12.18

**Cobertura Assistencial com Preço Pós Estabelecido Carteira de Planos
Coletivos Empresariais depois da Lei 9.656/1998**

	Consulta Odontológica	Total
Rede Contratada	1.967	1.967
Reembolso	446	446
Total	2.413	2.413

Em 31.12.17

**Cobertura Assistencial com Preço Pós Estabelecido Carteira de Planos
Coletivos Empresariais depois da Lei 9.656/1998**

	Consulta Odontológica	Total
Rede Contratada	2.225	2.225
Reembolso	550	550
Total	2.775	2.775

19 Despesas administrativas

Descrição	Exercício findo em	
	2018	2017
Pessoal	6.125	6.074
Serviços de terceiros (a)	1.219	1.173
Localização e funcionamento (b)	787	804
Tributos (c)	702	916
Despesas administrativas indiretas (d)	345	231
Outras	526	424
Total	9.704	9.622

- (a) Serviços advocatícios e de consultoria, entre outros;
- (b) Utilização e manutenção das instalações da entidade, como luz, água, serviços de manutenção, etc.;
- (c) Impostos e contribuições (IPTU, PIS, COFINS e taxa de saúde suplementar); e
- (d) Este valor refere-se à parcela atribuída ao Plano Eletros-Saúde de acordo como o critério de rateio das despesas administrativas comuns da Eletros.

20 Outras despesas operacionais

Descrição	Exercício findo em	
	2018	2017
Provisão Para Contingência Cível	3	3
Convênio Cooperação Técnica CV-048/03	264	256
Provisão Contingência Cível-Plano Eletrobrás e Outros	41	138
Total	308	397

21 Resultado financeiro

Descrição	Exercício findo em	
	2018	2017
Receitas Financeiras		
Aplicações financeiras (a)	1.041	1.668
Outras	275	346
Total	1.316	2.014
Despesas Financeiras		
Empréstimos e financiamentos (b)	258	220
	258	220
Resultado Financeiro	1.065	1.794

- (a) Refere-se ao rendimento das aplicações financeiras em fundos de investimentos de Renda Fixa.
- (b) Refere-se aos encargos financeiros sobre valores a pagar para a Fundação Fabes.

22 Exposição e gestão de riscos

A Fundação apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros mencionados na Nota nº 3.2:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

As informações abaixo apresentam informações sobre a exposição da Fundação a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da entidade, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Fundação são estabelecidas pelo Comitê de Gestão de Riscos e Auditoria, que realiza a identificação e análise dos riscos enfrentados, define limites e controles de riscos apropriados e monitora riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Fundação. O Comitê reporta ao Conselho Deliberativo os riscos identificados e controles para mitigar tais riscos.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Fundação caso um projeto ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Fundação. Os critérios para a escolha dos emissores de ativos, além de passarem por uma avaliação interna, tem seus *ratings* de crédito avaliados por agências nacionais como a Lopes Filho & Associados (RISKbank) e em indicadores de liquidez, solvência e outros.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Fundação encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Fundação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Fundação.

As informações com os vencimentos contratuais de passivos financeiros foram apresentados na nota explicativa 14 e a entidade possui ativos suficientes para honrar os pagamentos nos vencimentos.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, impactariam os ganhos e perdas da Fundação. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno. A Fundação dilui os riscos de mercado através de investimentos em seu fundo exclusivo, reduzindo significativamente os riscos, em função da autogestão desse fundo.

Mensuração dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros passivos da Fundação estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos dos instrumentos financeiros da Fundação são equivalentes aos seus valores contábeis.

Análise de sensibilidade

Em complemento ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, o Eletros Saúde divulga o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado, considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a Entidade está exposta na data do balanço, incluindo todas as operações com instrumentos financeiros, conforme abaixo.

Descrição	Nota Explicativa	Risco	Cenário I - Provável	Cenário II	Cenário III
Aplicações Financeiras	5	Taxa CDI	6,4%	6,2%	6,6%
		Efeito Líquido	19.814	19.773	19.848
			Nulo	(41)	75

Descrição	Nota Explicativa	Risco	Cenário I - Provável	Cenário II	Cenário III
Empréstimos e Financiamentos a pagar	14	Taxa INPC	4,50%	3,50%	5,50%
		Efeito Líquido	247	227	267
			Nulo	(20)	40

23 Conciliação entre lucro líquido e caixa líquido gerado nas atividades operacionais

Atividades Operacionais	2018	2017
Superávit /Déficit do exercício	(2.233)	2.265
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciação e Amortização	8	1
Varição da Provisão de Perdas sobre Créditos	(16)	(599)
Varição da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados	669	429
Varição da Provisão para Contingências	718	1.020
Despesas de Juros	264	258
	<u>(590)</u>	<u>3.374</u>
Atividades de Investimento		
Aquisição Imobilizado e Intangível	-	(53)
(Aumento) / diminuição em ativos operacionais		
Redução/Aumento Aplicações Financeiras	252	(1.827)
Redução/Aumento Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	(1.176)	435
Redução Créditos de Operações de Assistência à Saúde não Relacionados	-	(224)
Redução Bens e Títulos a Receber	548	(533)
Depósitos Judiciais e Fiscais	(688)	(882)
Aumento / (diminuição) em passivos operacionais		
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	1.666	102
Receita Antecipada de Contraprestações/Prêmios	805	156
Débitos com Operações de Assistência à Saúde Não Relacionadas com o plano	107	(43)
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	210	143
	<u>1.134</u>	<u>648</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	1.134	648

* * *

Diretoria Executiva

Afrânio Barreira de Alencar Matos Filho
Presidente

Luiz Guilherme de França Nobre Pinto
Diretor Financeiro

Marcio Peres Silvado
Diretor de Benefícios Previdenciários

Contador Responsável

Cleber Leal
Contador CRC/RJ - 62.288/O-3

Administração



Nesta parte do relatório, apresentamos os Quadros com a composição dos Órgãos estatutários da ELETROS, compostos pela Diretoria Executiva (DEE), Conselho Deliberativo (CDE) e Conselho Fiscal (CFE), responsáveis pela administração e fiscalização da entidade.

Composição da Diretoria Executiva e dos Conselhos Deliberativo e Fiscal em 31.12.2018

DIRETORIA EXECUTIVA - DEE

Membros	Cargo	Período de gestão
Afrânio Barreira de Alencar Matos Filho	Presidente	23.09.2016 a 22.09.2019
Marcio Peres Silvado	Diretor de Benefícios Previdenciários	23.09.2016 a 22.09.2019
Luiz Guilherme de França Nobre Pinto	Diretor Financeiro	06.01.2017 a 05.01.2020

Os membros da Diretoria Executiva estão no exercício de seus segundos mandatos.

CONSELHO DELIBERATIVO – CDE

Membros	Suplentes	Período de gestão	Forma de participação
Jailson José Medeiros Alves – Presidente (*)	— (***)	07/07/2017 a 30/06/2019	Indicação Eletrobras
Jack Nottingham Steiner	— (****)	01.07.2015 a 30.06.2019	Eleitos - Assistidos
Carol Sampaio Diogo de Siqueira	— (**)	10/02/2017 a 21/11/2020	Eleitos -Ativos/Assistidos
Rosane Barboza da Silva	Paulo Tadeu Paes Alves	10/02/2017 a 21/11/2020	Indicação CEPEL
Paulo Roberto Miguez Bastos da Silva	Alessandra Lemos de Souza	01.07.2015 a 30.06.2019	Eleitos - Ativos
Alice Valderez de Andrade Salomão	Marcio Kennedy de Almeida	10/02/2017 a 21/11/2020	Indicação ONS

Em ordem cronológica:

(*) Em virtude da renúncia por sua antecessora em 28/06/2017, dando seguimento ao mandato já iniciado anteriormente.

(**) Considerando a renúncia do suplente Sergio Mendes de Azevedo Tinoco em 10/10/2017.

(***) Considerando a renúncia do suplente Rodrigo Madeira Henrique de Araujo, registrada na reunião do CDE, de 03/08/2018;

(****) Por motivo de óbito, em 23/08/2018, do até então suplente Paulo Sergio Petis Fernandes.

CONSELHO FISCAL – CFE

Membros	Suplentes	Período de gestão	Forma de participação
José Carlos Nunes Bianco – Presidente (*)	–	01/07/2015 a 30/06/2019	Eleito – Ativos
Orsino Borges de Oliveira Filho até 14/11/2017	–	De fevereiro de 2017 a 13/11/2017 (como suplente)	Eleito Assistidos
Hiram Carneiro Toledo dos Santos (**)		14/11/2017 a 21/11/2020 (como efetivo)	
Paula Prado Rodrigues Couto	–(***)	01.07.2015/ 30.06.2019	Indicação Eletrobras
Carlos Eduardo Brasil Pereira	Gustavo Botrel Coutinho de Melo	01/02/2017 a 21/11/2020	Indicação ONS

Em ordem cronológica:

(*) Desde 01/02/2017.

(**) A partir de 14/11/2017 o Conselheiro Hiram Carneiro Toledo dos Santos passou a ser membro efetivo, já que o Conselheiro Orsino Borges de Oliveira Filho foi indicado a Diretor do CEPEL, o que é impeditivo para o cargo de Conselheiro, conforme Estatuto da ELETROS.

(***) Considerando a renúncia do suplente Pedro Paulo da Cunha em 30/01/2018.

Juntamente com a composição do CDE, CFE e DEE, ilustramos abaixo as principais realizações do ano de 2018, de acordo com a esfera de competência de cada Órgão Estatutário.

CONSELHO DELIBERATIVO

Composto por 6 (seis) membros e respectivos suplentes, é o órgão de orientação superior da Entidade. O período de mandato dos membros do CFE é de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução ou reeleição, considerando-se, para esses efeitos, como mandato aquele exercido em pelo menos 3/4 (três quartos) do período. Os artigos 32 e 33 do Estatuto da ELETROS dispõem sobre as competências do CDE.

Principais realizações/aprovações:

- **aprovação das demonstrações** contábeis consolidadas individuais por Plano de Benefícios, do exercício de 2018 e do Plano de assistência à saúde (Eletros-Saúde) amparadas em pareceres da auditoria independente e do Conselho Fiscal, e das demonstrações atuariais dos Planos de Benefícios em 31/12/2018/ Planos de Custeio amparados nos respectivos pareceres atuariais, a vigorarem a partir de abril/2019;
- **aprovação da revisão do Planejamento Estratégico da ELETROS para o biênio 2018 a 2020;**
- **aprovação da revisão do Planejamento Estratégico do Plano Eletros-Saúde para o biênio 2018 a 2019;**
- **aprovação, a pedido da Patrocinadora CERON, da alteração do Regulamento do Plano CD CERON**, sendo necessárias as aprovações nas demais instâncias competentes;
- **aprovação do aperfeiçoamento do critério** para o cálculo das taxas de juros a serem aplicadas nos empréstimos financeiros;
- **aprovação das premissas atuariais (biométricas e demográficas) dos Planos de Benefícios BD - Eletrobrás / Cepel / ELETROS, CD-Eletrobrás, CD-ONS, CD-CERON e CV-EPE**, de acordo com os estudos atuariais (Testes de Aderência), a vigorar a partir de 31.12.2018;
- **acompanhamento do retrofit do Edifício Mário Bhering para locação à Eletrobras;**
- **ciência dos Relatórios de Manifestação semestrais emitidos pelo Conselho Fiscal**, conforme Resolução CGPC 13/2004;
- **aprovação do orçamento da ELETROS para 2019, incluindo a aprovação dos indicadores de desempenho de gestão;**
- **acompanhamento mensal dos indicadores de desempenho de gestão;**
- **aprovação do orçamento do Plano Eletros-Saúde para 2019;**
- **aprovação da taxa (limite) para cobertura das despesas administrativas, de acordo com o art. 6º da Resolução CGPC 29/2009;**
- **aprovação da Política de Investimento para 2019 de cada Plano de Benefícios Previdenciários e do Plano de Gestão Administrativa;**

- **considerando a Carta ELETROBRAS CTA-DJ-2622/17**, Parecer da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC 42/2017, e demais procedimentos, após estudos técnicos e reuniões na PREVIC, ocorreu a aprovação, por maioria, da implantação, com a maior brevidade, das recomendações da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST e PREVIC, de forma a atender a legislação aplicável e às orientações emanadas dos órgãos de controle e formar grupo de trabalho com representantes da patrocinadora Eletrobras para acompanhamento das alterações solicitadas nos planos de equacionamento e realização de TAC na PREVIC, nos moldes recomendados na Carta CTA DJ 2622/2017, de 22.09.2017, conforme amplamente divulgado, bem como outras correspondências da PREVIC a respeito da elaboração do TAC para revisão dos planos de equacionamento dos déficits do Plano BD;

- **aprovação das Premissas Biométricas e Demográficas do Plano de Benefícios BD** - Eletrobrás / Cepel / ELETROS, consubstanciado pelo relatório da empresa de Consultoria Atuarial Externa responsável pela avaliação atuarial do Plano BD, a vigorar a partir de 31.12.2018;

- **aprovação das Premissas Biométricas e Demográficas dos Planos CDs e CV administrados** pela ELETROS, consubstanciado pela Nota Técnica elaborada pela área responsável, a vigorar a partir de 31.12.2018;

- **aprovação da Premissa de Taxa Real de Juros do Plano de Benefícios BD** - Eletrobrás / Cepel / ELETROS, conforme os Testes de Aderência, consubstanciado no relatório da empresa de Consultoria Atuarial Externa responsável pela avaliação atuarial do Plano BD, a vigorar a partir de 31.12.2018;

- **aprovação da Premissa de Taxa Real de Juros dos Planos de Contribuição Definida e Variável administrados** pela ELETROS, consubstanciada no relatório elaborado pela área responsável pela avaliação atuarial dos Planos CD e CV, a vigorar a partir de 31.12.2018;

- **aprovação das taxas de juros dos empréstimos financeiros e fundos prestamistas para 2019;**

- **aprovação da revisão/reedição da Política de Empréstimos;**

- **aprovação da adequação do Organograma;**

- **aprovação da revisão da Política de Risco de Investimentos;**

- **acompanhamento do status da implantação dos sistemas.**

CONSELHO FISCAL

Composto por 4 (quatro) membros e respectivos suplentes, é o órgão de apoio ao controle interno e de fiscalização das atividades econômico-financeiras da ELETROS. O período de mandato dos membros do CFE é de 4 (quatro) anos, vedada a recondução. O artigo 46 do Estatuto da ELETROS dispõe sobre as competências do CFE.

As conclusões, recomendações, análises e manifestações do Conselho Fiscal devem ser levadas, em tempo hábil, ao conhecimento do Conselho Deliberativo, a quem cabe decidir sobre as providências que eventualmente devam ser adotadas.

Destacamos as seguintes ações do CFE no exercício de 2018:

- **apreciou os balancetes mensais;**

- **apreciou o acompanhamento orçamentário mensal e as justificativas trimestrais, bem como acompanhou os indicadores trimestralmente;**
- **apreciou os relatórios de conjuntura e risco dos investimentos dos Planos de Benefícios Previdenciários administrados pela ELETROS;**
- **acompanhou os resultados trimestrais dos Planos;**
- **emitiu parecer sobre as Demonstrações Contábeis auditadas e Atuariais do exercício de 2018, Planos de Custeio, tomando por base os pareceres atuariais;**
- **emitiu e aperfeioou os Relatórios de Manifestação semestrais do Conselho Fiscal, conforme Resolução CGPC 13/2004;**
- **acompanhou os trabalhos e monitorou as recomendações sobre Controles Internos;**
- **acompanhou o relato de atendimento às auditorias das patrocinadoras;**
- **acompanhou o relato de atendimento aos Ofícios da PREVIC;**
- **emitiu Parecer sobre as Hipóteses Biométricas e de Taxas de Juros dos Planos de Benefícios Previdenciários administrados pela ELETROS, em virtude dos Testes de Aderência;**
- **acompanhou o assunto Revisão dos Planos de Equacionamento dos déficits do Plano BD Eletrobrás, bem como as providências relativas aos Ofícios da PREVIC a respeito, incluindo o Parecer 42/2017 da PREVIC e demais correspondências da PREVIC nesse sentido;**
- **acompanhou a posição dos processos de cobrança em andamento com as patrocinadoras Eletrobras e Cepel;**
- **acompanhou o reporte do retrofit do Ed. Mário Bhering;**

DI RETORIA EXECUTIVA

Composta por 3 (três) membros, que possuem mandato de 3 (três) anos, permitida uma recondução ou reeleição permitida uma recondução ou reeleição, considerando-se, para esses efeitos, como mandato aquele exercido em pelo menos 3/4 (três quartos) do período. Além de submeter ao CDE as propostas de matérias para deliberações com toda a documentação técnica necessária, e dar o suporte técnico necessário ao CFE, cabe ressaltar que em 2017 a DEE supervisionou as ações do planejamento estratégico, projetos e metas, exercendo suas atividades de acordo com as diretrizes traçadas pelo CDE. As principais competências da DEE encontram-se estabelecidas no art. 37 do Estatuto.

Dentre as realizações de 2018, destacamos:

- **a continuidade dos estudos técnicos referentes à revisão dos planos de equacionamento dos déficits técnicos do Plano BD Eletrobrás com atuação junto às patrocinadoras, Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, intensificadas após o recebimento do Parecer 42/2017 e demais correspondências da PREVIC nesse sentido.**
- **aperfeiçoamento dos processos de cobrança em andamento com as patrocinadoras Eletrobras e Cepel;**
- **atualização do Critério de Rateio das Despesas Administrativas;**

- **condução do processo de locação do Ed. Mário Bhering** à patrocinadora-instituidora Eletrobras e monitoramento das providências relativas ao projeto de retrofit do referido imóvel, referentes ao Contrato de Locação;
- **apoio ao CDE no andamento das Propostas das Políticas Institucionais da ELETROS;**
- **estímulo** às ações de redução de despesas administrativas;
- **acompanhamento e supervisão dos trabalhos do Projeto SOMAR;**
- **acompanhamento da continuidade na implementação de aperfeiçoamentos no atendimento** aos participantes e assistidos, bem como no atendimento aos usuários do Plano Eletros-Saúde;
- **aprovação do aperfeiçoamento das normas, procedimentos e controles da ELETROS;**
- supervisão do atendimento aos Ofícios da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, bem como o acompanhamento das recomendações/determinações;
- supervisão do atendimento às auditorias das patrocinadoras;
- **aprovação de normas e atualização/aperfeiçoamento de normas/Regimentos Internos de Comitês de Investimentos** e procedimentos decorrentes da revisão das Políticas Institucionais aprovadas pelo CDE, bem como referentes à adesão da ELETROS ao Código de Autorregulação de Investimentos da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – ABRAPP;
- **aprovação de metas e providências para** elaboração do Programa de Certificação dos processos visando à certificação ISO 9001 (Sistema de Gestão da Qualidade), iniciando pela Diretoria de Benefícios Previdenciários;

Levantamento realizado por Malba Patricia Herbene da Cunha Palhano Teixeira – Assessoria aos Órgãos Estatutários. Em 01.04.2019.

Contatos



CENTRAL DE RELACIONAMENTO COM PARTICIPANTE ELETROS

Telefone: (21) 2138-6000 – opção 2

E-mail: atendimento@eletros.com.br

Endereço: Rua Uruguaiana, 174 – 6º andar – Centro – Rio de Janeiro

Atendimento Presencial: de segunda à sexta, das 10h às 15h30

Atendimento Telefônico: de segunda à sexta, de 9h às 16h

OUVIDORIA

ouvidoria@eletros.com.br

CENTRAL DE RELACIONAMENTO ELETROS-SAÚDE

Telefone: (21) 2138-6000 – opção 1

E-mail: atendimento@eletrossaude.com.br

Endereço: Rua Uruguaiana, 174 – 5º andar – Centro – Rio de Janeiro

Atendimento Presencial: de segunda à sexta, das 10h às 15h30

Atendimento Telefônico: de segunda à sexta, de 8h às 17h

OUVIDORIA ELETROS-SAÚDE

ouvidoria@eletrossaude.com.br

EXPEDIENTE

O Relatório Anual de Informações é uma publicação da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – Eletros exclusiva para seus participantes e assistidos.

Editoria

Assessoria de Comunicação

Projeto gráfico e editorial

Assessoria de Comunicação

Infobase Interativa

www.iinterativa.com.br

www.eletros.com.br